

BNI.

Banco Nacional
de Investimento



RELATÓRIO E CONTAS
2023

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

É com imensa honra e satisfação, que apresentamos o Relatório e Contas de 2023, do Banco Nacional de Investimento, BNI –SA, no qual demonstramos nosso compromisso incansável em promover o desenvolvimento socioeconómico de Moçambique e criar valor de forma sustentável para o nosso accionista.

O ano 2023 foi marcado por mudanças na liderança do Banco, incluindo a transição da presidência da Comissão Executiva e a minha nomeação como PCE. Gostaria de expressar a minha profunda gratidão a liderança anterior e trabalho excepcional que resultaram em crescimento significativo e sustentável do Banco. Na época como Administrador Executivo, tive o privilégio de contribuir para esse sucesso.

O ano 2023 foi desafiador devido às elevadas incertezas e riscos internos e externos que condicionaram o desempenho da economia moçambicana, em geral, e do sector bancário, em particular, o que requereu do nosso lado, uma actuação de prontidão e muito prudente no que diz respeito às decisões de alocação de capital em activos financeiros e à implementação de medidas reforçadas para melhorar a qualidade dos activos e da carteira de crédito. Paralelamente, exploramos outras oportunidades de negócios na área de assessoria, cujas receitas foram determinantes para compensar o crescimento pouco expressivo da margem financeira.

Neste contexto, a Administração do Banco reformulou a estratégia comercial priorizando a segmentação de clientes, o desenvolvimento e optimização da plataforma informática, adopção de novos serviços, por um lado, e, por outro, fortaleceu a base de parceiros que garantem o *funding* do Banco, tendo fechado com sucesso contratos de empréstimo para operações de *trade finance* e de investimento de médio e longo prazos. Estes alicerces foram fundamentais para o reforço da capacidade de intervenção no mercado e de alcance de um conjunto de conquistas e realizações que considero de extrema relevância para o BNI, enquanto Banco de desenvolvimento e de investimento.

Destaco, igualmente, a assessoria a uma empresa moçambicana do sector energético, na estruturação e mobilização de um parceiro técnico com mérito internacional para a implementação de um projecto de geração de energia solar fotovoltaica de 150 MW, que para além de trazer benefícios ambientais inegáveis, tem o potencial de fornecer eletricidade para mais de 150.000 famílias moçambicanas.

Do mesmo modo, fortalecemos os quadros conceptuais do risco corporativo e operacional, incluindo a revisão e elaboração de um conjunto de normativos, bem como desenvolvimento e implementação de novas ferramentas para o controlo e mitigação dos riscos.

Fico orgulhoso em dizer que, em 2023, o BNI foi reconhecido como um dos dez melhores empregadores de Moçambique na categoria de benefícios sociais, segundo a avaliação da consultoria *Tempus Global Group*. Esse feito reflecte o nosso compromisso contínuo com o bem-estar e desenvolvimento de nossos colaboradores.

Ainda em 2023, reafirmamos o nosso compromisso em promover e apoiar diversos projectos sociais, alinhados com a nossa política de responsabilidade social corporativa, procurando agregar valor às comunidades. Destacamos o apoio às famílias afectadas pelos desastres naturais e a oferta de estágios profissionais no âmbito das nossas parcerias com as instituições de ensino superior, reconhecendo a importância fundamental da educação para o desenvolvimento sustentável e prosperidade do nosso país.

O crescimento do balanço do Banco no mercado, a exploração e desenvolvimento de novos negócios na componente de assessoria financeira, para além do aprimoramento dos processos internos de gestão de riscos, foi fundamental para mantermos um nível de crescimento sustentável. Esses esforços, resultaram na maior solidez e liquidez com os rácios de solvabilidade e de liquidez a aumentarem de 17.57% e 95.39% em 2022, para 23.50% e 106.89% em 2023, respectivamente, mantendo-se ambos acima dos requisitos regulamentares. Do mesmo modo, os resultados líquidos aumentaram em 29.05%, totalizando MT 269.22 milhões, com impacto positivo em todos os indicadores de rentabilidade. Destacamos especialmente a rentabilidade dos capitais próprios e dos activos, que se situaram em 7.09% (2022: 5.78%) e 2.30% (2022: 2.02%), respectivamente.

Manter o ritmo de crescimento em 2024 representa um desafio real e para assegurar esse crescimento contínuo, direcionaremos o nosso foco no fortalecimento da estratégia comercial, com maior aposta para o segmento *corporate* e de médias empresas com elevado potencial de crescimento onde se pretende alavancar a indústria transformadora e agro-negócio, bem como oportunidades emergentes na área de infraestruturas, sobretudo, dos sectores energético e logístico. Esta estratégia será acompanhada da melhoria da eficiência operacional e financeira do Banco.

O sucesso contínuo do BNI é inteiramente atribuído aos seus valorosos colaboradores que se têm dedicado de forma abnegada e com alinhamento estrito com a visão, missão e valores do Banco para a prossecução da sua missão. Pelo que, expresso em nome do Conselho de Administração, o profundo agradecimento a todos eles. Para terminar, expresso o meu apreço e gratidão a todos os membros do Conselho de Administração, pelo apoio e colaboração prestados ao longo do ano de 2023, e não só. Os meus agradecimentos são extensivos ao Governo, pela confiança e apoio prestado, através do accionista, o IGEPE - Instituto de Gestão das Participações do Estado e do Ministério de Economia e Finanças.

Reconheço e agradeço a colaboração e contribuição de todos nossos clientes e parceiros de financiamento, que confiaram no nosso trabalho e nos deram uma oportunidade para contribuir para o desenvolvimento do país. Finalmente, agradeço a todos os *stakeholders* que directa ou indirectamente contribuíram para o desenvolvimento das actividades do BNI em 2023. Comprometemo-nos a fazer sempre o nosso melhor para maximizar cada vez mais o valor do Banco e a contribuir, efectivamente, para a melhoria das condições de vida dos moçambicanos.

2. PRINCIPAIS INDICADORES

	2019	2020	2021	2022	2023
Balanço					
Activo total	6,056,382,677	9,154,227,897	9,454,407,471	11,175,711,872	12,275,058,886
Activos remuneráveis	4,516,045,214	7,188,029,794	7,466,244,356	9,101,776,694	9,683,218,132
Crédito a clientes (bruto)	2,026,437,586	4,247,654,137	5,939,695,583	6,013,389,399	4,651,260,280
Capitais próprios	3,315,266,871	3,405,764,525	3,551,660,661	3,668,674,557	3,922,795,613
Passivo total	2,741,115,807	5,748,463,373	5,902,746,810	7,507,037,313	8,352,263,272
Resultados					
Produto bancário	675,764,812	621,831,609	692,948,377	916,958,857	997,721,991
Margem Financeira	358,624,138	415,355,159	696,068,535	727,746,636	804,170,316
Margem Complementar	317,140,674	206,476,450	(3,120,158)	189,212,221	193,551,675
Custos Operacionais	346,489,726	381,387,865	460,208,449	522,023,830	592,036,067
Imparidades e Provisões	194,687,480	23,835,064	77,202,107	151,311,988	84,894,504
Imposto sobre Resultados	70,133,216	79,096,326	39,799,550	35,001,565	51,571,975
Resultado líquido	64,454,390	137,512,353	115,738,272	208,621,475	269,219,445
Rentabilidade					
Margem financeira/Produto bancário	53.07%	66.80%	100.45%	79.37%	80.60%
Margem Complementar/Produto bancário	46.93%	33.20%	-0.45%	20.63%	19.40%
Imparidades e Provisões/Produto bancário	28.81%	3.83%	11.14%	16.50%	8.51%
Produto Bancário/Activo Líquido Médio	10.45%	8.25%	7.45%	8.89%	8.51%
Rentabilidade do activo médio (ROAA)	1.00%	1.81%	1.24%	2.02%	2.30%
Rentabilidade dos capitais próprios médios (ROEA)	1.90%	4.09%	3.33%	5.78%	7.09%
Solvência					
Rácio de Solvabilidade regulamentar	44.46%	40.43%	33.38%	17.57%	23.50%
Rácio de liquidez	110.34%	54.52%	40.02%	95.39%	106.89%
Alavacagem (passivo/passivo + fundos próprios)	45.26%	62.80%	62.43%	67.17%	68.04%
Eficiência					
Margem Financeira / Activo Remunerado	7.94%	5.78%	9.50%	8.78%	8.56%
Custos Operacionais/Produto bancário	51.27%	61.66%	66.41%	56.93%	59.34%
Custos com Pessoal / Produto Bancário	29.35%	35.89%	41.47%	33.08%	33.08%
Outros Indicadores					
Nº de colaboradores	59	65	71	74	80
Nº de agências	2	2	2	2	2

3. O BNI

3.1. BREVE DESCRIÇÃO

O Banco Nacional de Investimento, S.A. (doravante designado como “BNI” ou simplesmente “Banco”) foi constituído a 14 de Junho de 2010 e é um banco de desenvolvimento e de investimento moçambicano, vocacionado para o financiamento de projectos que apostam na inovação e que contribuam para o processo de desenvolvimento sustentável de Moçambique e para a dinamização do sector empresarial, através da assessoria na estruturação e mobilização de recursos no mercado nacional e internacional.

O BNI é um interlocutor privilegiado não só junto das empresas moçambicanas e de investidores internacionais, mas também das instituições nacionais e internacionais responsáveis pela disponibilização de instrumentos financeiros de apoio ao desenvolvimento.

O Banco tem a sua sede na Avenida Julius Nyerere, n.º 3504, Bloco A2, na Cidade de Maputo.

3.2. ESTRUTURA ACCIONISTA

O Banco é detido em 100% pelo Estado Moçambicano, através do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), com um capital social no valor de MT 2.240 milhões, a 31 de Dezembro de 2023.

Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE)

O Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) foi criado em Dezembro de 2001, por Decreto n.º 46/2001, de 21 de Dezembro, do Conselho de Ministros, com o objectivo principal de gerir as participações financeiras do Estado, adquiridas no âmbito do processo de reestruturação do sector empresarial do Estado. Nesta fase, o IGEPE conta com 148 empresas participadas.

O IGEPE participa também, em representação do Estado, na promoção e constituição de empresas que envolvam fundos públicos, criando incentivos para iniciativas empresariais e de investimentos estratégicos no sector privado.

3.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 31 de Dezembro de 2023, a composição dos órgãos sociais do BNI era representada pelo seguinte organograma:

Mesa da Assembleia Geral:		Conselho Fiscal:	
Presidente:	Mário Fumo Bartolomeu Mangaze	Presidente:	Diogo da Cunha Amaral
Secretário:	Madalena Ernestina Atanásio	Vogal:	Valentim Naftal Nhampossa
		Vogal:	Aminate Bachir
Conselho de Administração:			
Presidente:	Omar Osumane Momade Mithá		
Vogal:	Abdul Bâcite Daiaram Jivane	Comissão de Remunerações:	
Vogal:	Lúisa Mário Francisco Tivane	Presidente:	Ester dos Santos José
Vogal:	Edson Bartolomeu Manguinhane	Vogal:	Tomás Ernesto Dimande
Vogal:	Tomás Ernesto Dimande	Vogl:	Mussá Usman
Vogal:	Mussá Usman		
Vogal:	Ester dos Santos José	Comissão de Controlo Interno, Risco, Compliance e Auditoria	
		Presidente:	Mussá Usman
Comissão Executiva:		Vogal:	Tomás Ernesto Dimande
Presidente:	Abdul Bâcite Daiaram Jivane	Vogal:	Ester dos Santos José
Vogal:	Lúisa Mário Francisco Tivane		
Vogal:	Edson Bartolomeu Manguinhane		

3.4. VISÃO, MISSÃO, VALORES

O BNI orienta-se pelos seguintes princípios:

Visão	Missão	Valores
Ser o banco de investimento e de desenvolvimento de referência do mercado Moçambicano.	Promover o desenvolvimento socio-económico e sustentável para a melhoria das condições de vida dos moçambicanos	Rigor Integridade Transparência Competência Ambição

4. SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2023, a economia global continuou a enfrentar um conjunto de adversidades, com destaque para os altos níveis de inflação, o conflito em curso Rússia-Ucrânia e os efeitos residuais da pandemia de COVID-19 sobre a economia. Esses desafios combinados continuam a gerar incertezas e pressões significativas sobre os mercados financeiros e as perspectivas económicas globais, demandando respostas coordenadas e eficazes por parte das autoridades económicas e políticas internacionais.

Apesar desse contexto internacional desafiador, a economia moçambicana foi marcada por avanços satisfatórios nos indicadores macroeconómicos, impulsionados em grande parte pelo desempenho positivo do sector da Indústria Extractiva e suas actividades associadas. O vigor demonstrado por estes segmentos económicos não apenas contribuiu para fortalecer a base económica do país, mas também gerou expectativas favoráveis para o futuro, sugerindo oportunidades de expansão e desenvolvimento contínuo em áreas estratégicas.

Neste quadro, a economia moçambicana apresentou um crescimento económico positivo de 5.03%, conforme indicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), correspondente à meta de 5.00% estabelecida no Plano Económico e Social e no Orçamento de Estado para o ano de 2023.

O comportamento da inflação também apresentou resultados positivos, com uma taxa situada em 7.13%, representando uma queda significativa de 2.64 pontos percentuais (pp) em relação ao ano anterior, por um lado, devido à estabilidade cambial derivada da política monetária prudente, e, por outro, ao desempenho positivo da demanda agregada que observou preços mais baixos nos produtos alimentares. Esses factores compensaram os efeitos adversos dos conflitos geopolíticos e a possível pressão sobre os preços dos combustíveis no cenário internacional.

O Banco de Moçambique intensificou as medidas de política monetária para conter a pressão inflacionária. Dentro desse contexto, foram implementados aumentos anuais nos coeficientes de reservas obrigatórias tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, totalizando um acréscimo de 1100 pontos base. Paralelamente, a *Prime Rate*, referência para as taxas de juros no país, foi elevada em 150 pontos base.

GESTÃO DE FUNDOS E DE ACTIVOS

O Banco presta serviços de gestão de fundos, montagem de carteiras e alocação dos activos de fundos próprios e de terceiros, incluindo gestão activa ou passiva de fundos de entidades privadas e públicas, estruturando soluções adaptadas ao seu perfil de risco. O BNI define e executa estratégias, nas suas vertentes de rentabilidade e risco, no contexto de globalização e internacionalização dos mercados. Para o efeito, o Banco possui uma sala de mercados devidamente equipada com instrumentos e sistemas que lhe permitem estar em contacto permanente com todos os mercados financeiros domésticos e internacionais.

GESTÃO DE ACTIVOS DE CLIENTES PÚBLICOS E PRIVADOS

O Banco executa a montagem e gestão de carteiras de activos financeiros próprios e de terceiros, estruturando soluções adaptadas ao seu perfil de risco e procede à definição e execução de estratégias de gestão de risco no contexto da globalização dos mercados financeiros.

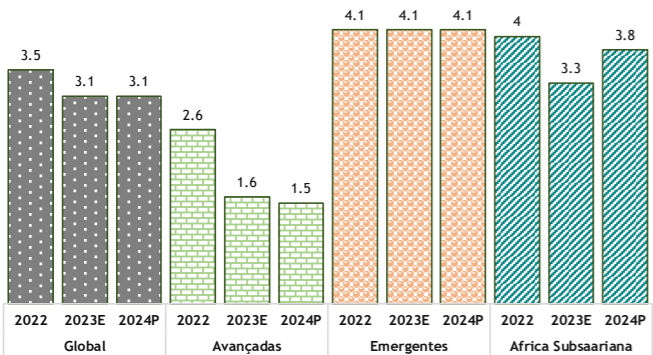
CAPITAL DE RISCO

SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO • VENTURE CAPITAL SOCIETY

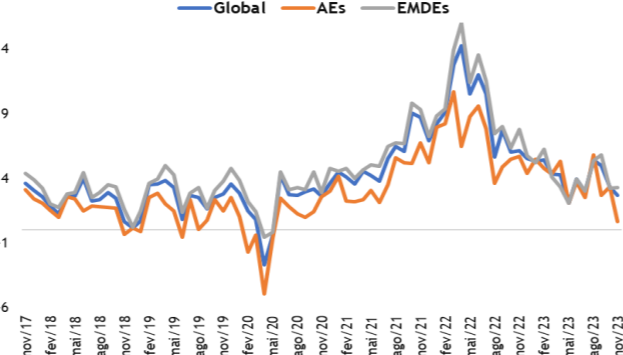


O BNI estrutura e gere fundos de capital de risco destinados a investidores qualificados, avaliando e adquirindo participações temporárias em empresas que têm insuficiente capacidade financeira, mas apresentam um potencial elevado de crescimento e de contribuição para a economia moçambicana gerando emprego, bem assim, possuem equipas de gestão profissional e dotadas de uma visão estratégica de negócio.

Perspectivas de Crescimento da Economia Global (%)



Evolução da Inflação Global (% y/y)



6. CONJUNTURA MACROECONÓMICA E PERSPECTIVAS

6.1. DESENVOLVIMENTOS RECENTES E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA GLOBAL

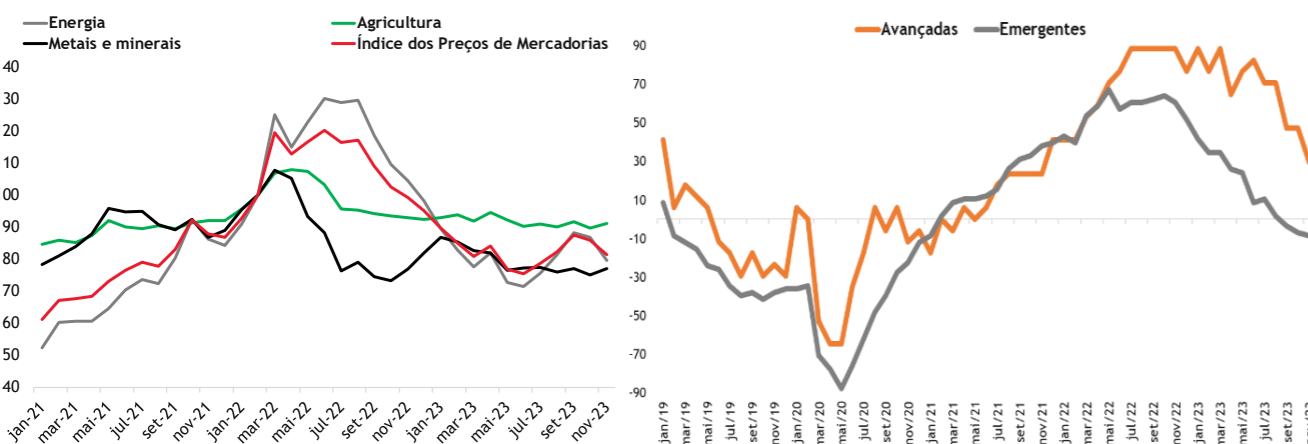
Em 2023, a economia global demonstrou um grau de resiliência maior do que o inicialmente previsto, apesar de enfrentar um aperto monetário significativo, conflitos geopolíticos com impacto na cadeia de suprimentos e no comércio internacional, incertezas e riscos em curso em todo o mundo.

Diante desse cenário de riscos e incertezas persistentes, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que o crescimento do PIB global tenha desacelerado de 3.5% em 2022 para 3.1% em 2023, esperando-se que se mantenha no mesmo nível em 2024, suportado, sobretudo, pelo desempenho das economias emergentes num contexto de desaceleração das economias avançadas. Porém, as projecções do crescimento para 2024-25, estão abaixo da média histórica (2000-19) de 3.8%, devido às taxas de juros elevadas dos bancos centrais para combater a inflação, à retirada do apoio fiscal em meio a uma alta dívida pública e ao baixo crescimento subjacente da produtividade, o que exerce pressão sobre a actividade económica.

Após dois anos de elevadas pressões inflacionárias, a inflação global desacelerou em 2023 saindo de 8.1% em 2022, o nível mais elevado em quase três décadas, para 5.7%, esperando-se uma queda adicional para 3.9% em 2024. As economias desenvolvidas experimentaram uma desaceleração pronunciada na inflação enquanto a maioria dos países em desenvolvimento atingiu o pico em 2023 e espera-se que continue moderando-se em 2024.

A desaceleração da inflação global é explicada pela desaceleração da inflação dos preços da energia e alimentos, juntamente com a desaceleração da procura pelos bens e serviços no contexto do aperto monetário e à recuperação das cadeias globais de abastecimento das mercadorias.

Porcentagem líquida dos Bancos Centrais no aperto/relaxamento Monetário



6.2. DESENVOLVIMENTOS RECENTES E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA MOÇAMBICANA

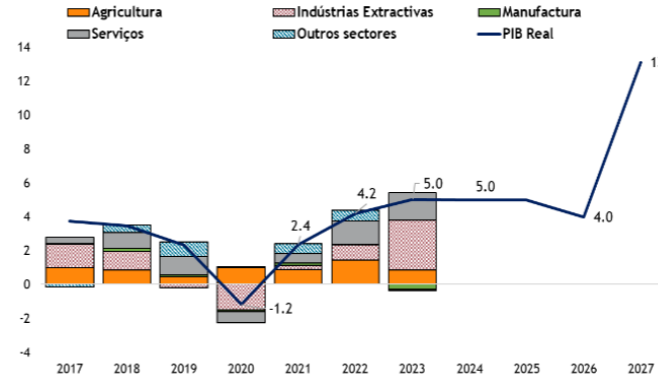
CRESCIMENTO ECONÓMICO E INFLAÇÃO

Em 2023, a economia moçambicana manteve o seu ciclo de recuperação, após a recessão registada em 2020, mesmo num ambiente de riscos e incertezas na economia global. O crescimento económico acelerou para 5.0% em 2023, depois dos 4.20% registados em 2022. Esse desempenho foi impulsionado pelo crescimento da indústria extractiva (35.9%), agricultura (3.7%), transportes e comunicações (5.4%) com um peso de 58%, 17% e 12%, respectivamente, na taxa de crescimento. A agricultura foi o sector com maior peso no PIB (23%), seguido pelos transportes e comunicações (11%) e indústria extractiva (8%).

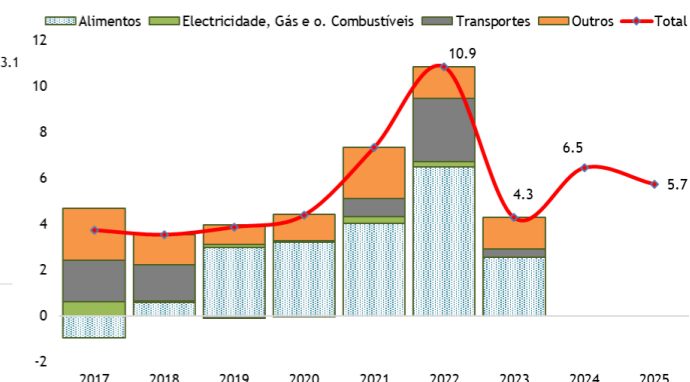
O desempenho da indústria extractiva foi impulsionado pelo aumento da produção e exportação do gás (218%), em particular pela ENI, que totalizou USD 1.73 mil milhões, três vezes mais do que o registado em 2022, e ainda o aumento da procura pelo carvão. O sector agrícola foi impulsionado pela melhoria na precipitação relativamente a 2022 e o sector dos transportes e comunicação resulta do pleno restabelecimento da mobilidade após a pandemia Covid-19 e do aumento dos serviços ferroviários de cabotagem em consequência do investimento para o aumento da capacidade para a recepção de grandes embarcações e no manuseamento das mercadorias.

O FMI prevê que a economia cresça a 5% em 2024 e 2025, esperando, porém, que alcance 13.10% em 2027, impulsionado pelo projecto do Gás Natural Liquefeito da Total, maior procura global pelo GNL e pelo clima favorável para a campanha agrícola. Entretanto, o recrudescimento do conflito em Cabo Delgado e os desastres naturais continuam sendo os principais factores de riscos.

Evolução do Produto Interno Bruto (% y/y)



Evolução da Inflação (% y/y)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BNI

A inflação atingiu o pico dos últimos cinco anos, com o aumento global dos preços dos combustíveis e dos alimentos, para além das condições meteorológicas adversas que reduziram a produção doméstica de alimentos. A inflação global atingiu 9.8% em 2022, impulsionada pela inflação dos alimentos. O Banco Central reagiu ao aumento de inflação aumentando consistentemente as taxas de juro directoras. A política monetária restritiva tem restringido o crescimento do crédito e colocado as taxas de juro reais de Moçambique entre as mais altas da região. As elevadas taxas de juro reais são também reflexo de um sector financeiro pouco desenvolvido, face ao baixo nível de poupança, ao poder de mercado dos investidores institucionais e ao aumento do endividamento público interno.

Após a aceleração registada em 2022, as pressões inflacionárias diminuíram consideravelmente em 2023. A inflação anual fixou-se em 4.3% em Dezembro de 2023 abaixo dos 9.8% registados em 2022. A queda da inflação reflectiu a queda da inflação dos produtos alimentares e dos transportes cuja contribuição conjunta para a inflação total caiu de 85% em Dezembro de 2022 para 68% em Dezembro de 2023. A queda da inflação alimentar reflecte a melhoria da época agrícola e a dos transportes resultou da queda dos preços dos combustíveis no mercado internacional. Foi determinante também para a queda da inflação a política monetária restritiva que contribuiu para a contração da procura agregada e a estabilidade cambial que refreou a inflação importada.

O Fundo Monetário Internacional prevê que a inflação se mantenha a um dígito a médio prazo, alcançando 6.5% em 2024, 5.7% em 2025 e uma média de 5.5% a médio prazo, o que é sustentado, sobretudo, pela estabilidade cambial e pela política monetária restritiva.

CRÉDITO E TAXAS DE JUROS

Em 2023, o mercado de crédito continuou a ser marcado por condições creditícias restritivas caracterizadas, sobretudo, por taxas de juros reais elevadas e restrições de liquidez resultantes de incrementos sucessivos das taxas de juros de referência e dos coeficientes de reservas obrigatórias. Entre 2021 e 2022, o Banco de Moçambique aumentou a taxa de juro de política monetária (MIMO) em 700 pontos base saindo de 10.25% no início de 2021 para 17.25% em 2022 e 2023, por um lado, e, por outro, aumentou os coeficientes de reservas obrigatórias para passivos em moeda nacional e externa em 10.5% e 11.5%, respectivamente, em Dezembro de 2022 para 39% e 39.5% em Dezembro de 2023, o que gerou restrições de liquidez aos bancos e acresceu os custos de capital para os Bancos.

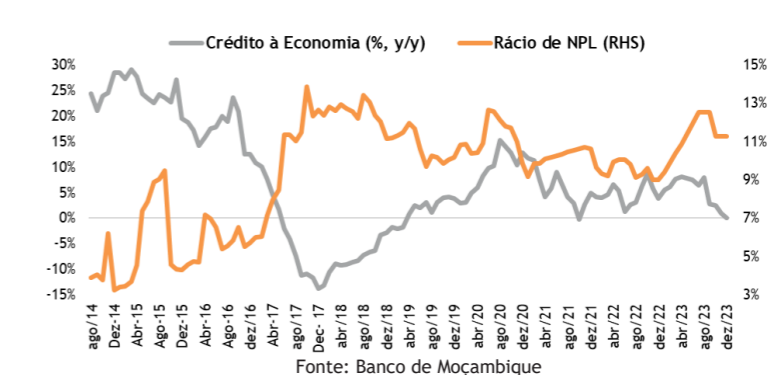
Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário

Taxas de Juro	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23
FPD	14.25%	14.25%	14.25%	14.25%	14.25%	14.25%	14.25%	14.25%	14.25%	14.25%	14.25%	14.25%	14.25%
FPC	20.25%	20.25%	20.25%	20.25%	20.25%	20.25%	20.25%	20.25%	20.25%	20.25%	20.25%	20.25%	20.25%
Taxa MIMO	17.25%	17.25%	17.25%	17.25%	17.25%	17.25%	17.25%	17.25%	17.25%	17.25%	17.25%	17.25%	17.25%
Reservas Obrigatórias (MZN)	10.50%	28.00%	28.00%	28.00%	28.00%	28.00%	39.00%	39.00%	39.00%	39.00%	39.00%	39.00%	39.00%
Reservas Obrigatórias (ME)	11.50%	28.50%	28.50%	28.50%	28.50%	28.50%	39.50%	39.50%	39.50%	39.50%	39.50%	39.50%	39.50%
BT's 364 Dias	17.72%	17.74%	17.80%	17.80%	17.81%	17.82%	17.82%	17.82%	17.83%	17.97%	18.20%	18.25%	18.50%

Fonte: Banco de Moçambique

A postura restritiva da política monetária, associada a outros factores estruturais, colocou as taxas de juro reais de Moçambique entre as mais altas da região e contribuiu para a queda da procura e oferta por crédito e para a deterioração da qualidade do crédito. Com efeito, o crédito à economia contraiu em 2.5% em 2023, após um crescimento modesto de 3.90% em 2022, por um lado, e, por outro, a qualidade do crédito medida pelo rácio dos créditos em incumprimento pela carteira do crédito deteriorou de uma média de 9% em Dezembro de 2022 para 11% em Dezembro de 2023, reflectindo não só as condições financeiras restritivas, mas também o agravamento do risco de crédito que elevaram a cautela do sector bancário na concessão de empréstimos ao sector privado.

Evolução do Crédito à Economia e do Rácio dos NPLs



Fonte: Banco de Moçambique

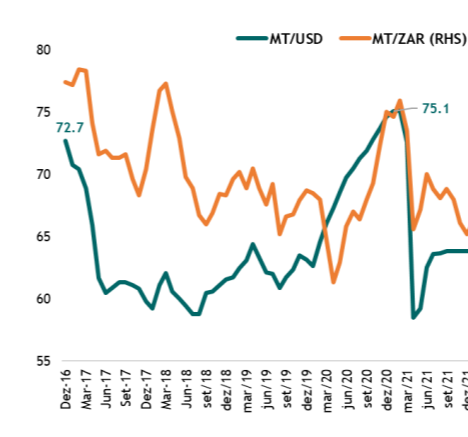
Não obstante a deterioração da qualidade do crédito, o sector bancário continua rentável, sólido e resiliente com níveis confortáveis de solvabilidade e liquidez. O rácio de solvabilidade do sector bancário situou-se em 38% em Dezembro de 2023, acima dos 12% regulamentares, por um lado, e, por outro, o rácio de liquidez situou-se em 39% em Dezembro de 2023, acima dos 25% regulamentares.

Estimativas da Fitch apontam para uma expansão do volume de activos do sector bancário em 9% em 2024 suportada, sobretudo, pela recuperação do crédito à economia que se espera que cresça em 9%. A expansão do crédito será suportada pela contínua recuperação da actividade económica e pelo já iniciado relaxamento da postura restritiva da política monetária do Banco de Moçambique, com a redução acumulada da taxa MIMO em 150 pontos base, fixando-se em 15.75% em Março de 2024, com potencial para impulsionar a queda dos custos de financiamento e aumento da procura do crédito.

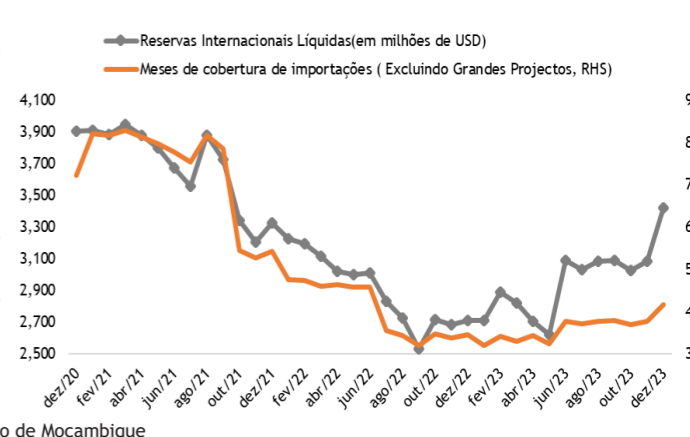
TAXA DE CÂMBIO E BALANÇA DE PAGAMENTOS

A taxa de câmbio do Metical manteve-se estável em relação às principais moedas, nomeadamente, o Dólar norte-americano, Euro e a Libra, tendo, porém, apreciado em relação ao Rand sul-africano. A evolução da taxa de câmbio reflectiu, sobretudo, o efeito conjugado da eliminação pelo Banco de Moçambique da provisão de moeda externa para a cobertura da factura do combustível em Junho de 2023 e o aumento de cerca de 280 pontos base do coeficiente de reservas obrigatórias para passivos em moeda externa para 39.5%, o que permitiu a acumulação de reservas internacionais e os meses de cobertura das importações. Adicionalmente, contribuiu para a estabilidade cambial a política monetária restritiva que reduziu a procura por moeda externa e o reforço da supervisão do sector bancário que limitou a especulação cambial.

Evolução das Taxas de Câmbio



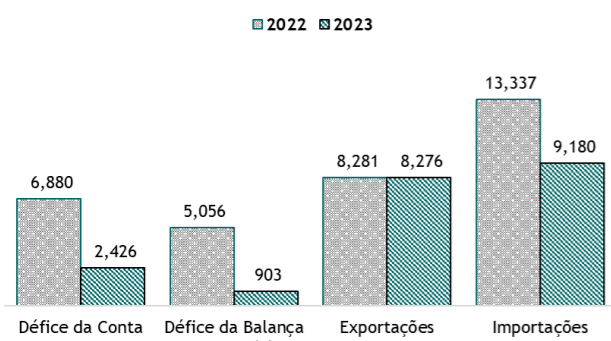
Evolução das Reservas Internacionais Líquidas



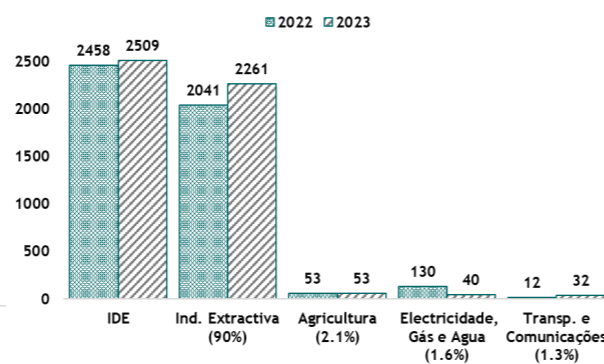
Fonte: Banco de Moçambique

A estabilidade cambial também foi suportada pela redução das necessidades de financiamento à economia reflectindo a melhoria do défice da conta corrente em 65% fixando-se em USD 2.426 milhões. A melhoria da conta corrente foi suportada, sobretudo, pela queda das importações de bens e serviços (30%) num contexto da manutenção do volume das exportações e investimento directo estrangeiro (IDE) nos mesmos níveis de 2022. A queda das importações é explicada pela redução das importações dos combustíveis (28%) e de maquinarias (70%) relacionadas particularmente às operações dos megaprojectos. A manutenção das exportações reflecte o efeito conjugado do aumento das exportações do gás natural liquefeito (219%) associado, sobretudo, ao projecto Coral Sul, que foi compensado essencialmente pela redução das exportações do carvão (22%) e do alumínio (33%). A manutenção do IDE reflecte o efeito conjugado do aumento dos investimentos no sector extractivo (11%) e dos transportes e comunicações (177%), que foram contrabalançados pela queda dos investimentos no sector da electricidade e gás (69%), indústria transformadora (44%) e hotelaria (23%).

Conta Corrente (em Milhões de USD)

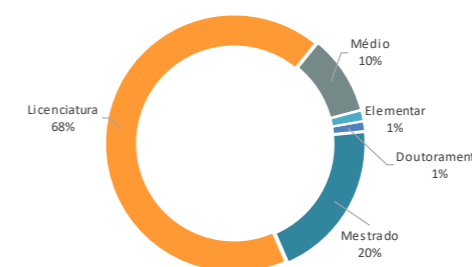


Investimento Directo Estrangeiro (Milhões de USD)



Fonte: Banco de Moçambique

Colaboradores por Grau Académico



FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

A formação e desenvolvimento dos colaboradores constitui a base fundamental na gestão do capital humano no BNI. Tal faz parte da estratégia do Banco, nomeadamente, o desenvolvimento de processos que garantem competências críticas na equipa de trabalho, catalisando, por conseguinte, o crescimento e a eficiência de maneira consistente. Esta abordagem permite que o Banco encare com confiança e resiliência os desafios dinâmicos do sector bancário.

Em 2023, uma série de iniciativas formativas foram implementadas com o intuito de aprimorar as competências e qualificações profissionais dos colaboradores. Estas acções formativas foram concebidas dentro de um ambiente de aprendizagem contínua, onde a ênfase recaiu para acções de carácter obrigatório para o desenvolvimento de competências técnico-profissionais.

Dentre as diversas acções de desenvolvimento de capital humano, merecem destaque os programas de formação especializada, abrangendo áreas cruciais como gestão bancária, fiscalidade, gestão de projectos de investimento e de riscos bancários que dotaram os colaboradores do Banco de habilidades essenciais para otimizar processos, tomar decisões estratégicas e lidar com as complexidades do sector financeiro.

Realizaram-se formações de carácter obrigatório, definidas pelo Banco de Moçambique, sobre prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, conduzidas pelo GIFIM para todos os colaboradores e membros dos órgãos sociais. Houve um reforço na conscientização sobre medidas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

Importa destacar que o Banco deu início a uma campanha de certificação internacional dos seus colaboradores, alinhando-os aos padrões globais e assegurando uma experiência de excelência para seus stakeholders. Esta iniciativa tem como objectivo fortalecer a confiança dos clientes e parceiros, consolidando a posição global do Banco no cenário financeiro.

Ainda no quadro formativo, o Banco ampliou as suas iniciativas de formação *on-the-job*, consolidando uma parceria estratégica com um dos maiores bancos de desenvolvimento em África. Nesse contexto, equipas do Banco provenientes da área de banca de investimento e da área jurídica participaram de um robusto programa de formação *on-the-job*, envolvendo-se em experiências práticas e direccionadas para o mercado, proporcionando-lhes uma compreensão aprofundada dos desafios e oportunidades específicos do sector financeiro.

Este investimento no desenvolvimento dos colaboradores visou não apenas a transmissão de conhecimentos essenciais, mas também promoveu uma cultura de partilha entre os colaboradores, criando um cenário propício para o enriquecimento mútuo.

Em termos de investimento em formação e desenvolvimento humano, o Banco investiu em 2023 cerca de MT 10,25 milhões, um acréscimo de 20,58% face ao período homólogo, evidenciando um notável aumento da prioridade estratégica dada à capacitação contínua dos colaboradores.

DESENVOLVIMENTO DE TALENTOS RECÉM-FORMADOS

O Banco fomenta o desenvolvimento de jovens talentos recém-licenciados, proporcionando oportunidades para iniciar as suas carreiras e aprimorar habilidades. Esse comprometimento se reflecte na concessão de estágios profissionais e remunerados aos melhores graduados das universidades moçambicanas, com a possibilidade de integração permanente no quadro dos estagiários que demonstrarem desempenho excepcional durante o estágio.

Em 2023, por meio deste programa de estágio, as áreas de *marketing*, *procurement*, recursos humanos, banca de investimento e de desenvolvimento fortaleceram as suas equipas, incorporando novos talentos ao quadro de pessoal.

O Banco ainda fomenta iniciativas educacionais reconhecendo e concedendo premiações financeiras aos melhores graduados do ensino superior.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

A preocupação com a saúde e bem-estar dos colaboradores, o activo mais importante do Banco constitui o cerne de todas as acções e prioridades institucionais. Neste contexto, o Banco fortaleceu a cobertura do plano de saúde garantindo uma abrangência territorial maior, um *plafond* com melhores benefícios médicos e atendimento rápido e personalizado.

Ainda neste contexto, foram promovidas palestras de sensibilização abordando questões cruciais relacionadas à saúde, com foco especial em doenças cardiovasculares, câncer da mama e da próstata. Estas iniciativas foram enriquecidas pela participação activa de renomados médicos especialistas, que compartilharam seus conhecimentos e experiências para sensibilização e informação dos colaboradores do Banco, promovendo a prevenção, a detecção precoce e a adopção de hábitos saudáveis para o bem-estar destes.

Estas abordagens proactivas foram reforçadas pela manutenção de contratos de serviços médicos que incluem o monitoramento da pressão arterial, medição e controlo do índice de massa corporal e consultas médicas regulares no local de trabalho, visando assegurar cuidados médicos básicos no ambiente de trabalho.

Adicionalmente, o Banco promoveu um conjunto de actividades físicas e recreativas para fomentar o bem-estar dos colaboradores. Em paralelo, reafirmou o seu compromisso com a política de zero acidentes de trabalho, realizando avaliações de risco de forma regular nos locais de trabalho e nas áreas de maior circulação, assegurando um ambiente de trabalho seguro.

Estes alicerces conjugados com a atribuição de uma remuneração competitiva, resultaram na reeleição do Banco, pelo segundo ano consecutivo, como uma das dez melhores empresas para se trabalhar em Moçambique na categoria de benefícios sociais, segundo a avaliação a consultoria *Tempus Global Group*.

7.2. ÁREAS DE NEGÓCIO

No actual contexto de recuperação económica, o Banco apresentou um desempenho positivo e dinâmico, fruto de consolidação de parcerias estratégicas a nível nacional e internacional. Essa colaboração tem gerado um impacto significativo na carteira de recursos, assim como um considerável aumento no volume de aplicações bancárias, operações cambiais e de *trade finance*.

Esses avanços não são apenas um testemunho da resiliência do Banco diante do contexto económico adverso, mas também ilustram sua habilidade em adaptar-se e progredir em meio a desafios, respaldados pela forte marca BNI, intrinsecamente vinculada à cultura de integridade que está profundamente incorporada no modelo de relacionamento institucional. Esses valores sustentam a nossa contínua evolução e crescimento, fortalecem a nossa posição no mercado financeiro nacional, solidificando o compromisso do Banco com a excelência e a confiança.

Na área de Banca de Investimento, o Banco tem concentrado esforços significativos para apoiar a implementação da Estratégia de Transição Energética do país, tendo marcado presença activa na 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, conhecida como COP28. Durante este evento, o Banco firmou um acordo para o desenvolvimento conjunto de uma Central de Energia Solar Fotovoltaica, com uma capacidade anual estimada de entre 125 e 200 MWp com um investimento orçado entre 150 e 250 milhões de dólares americanos. Este acordo resulta da assessoria financeira prestada a uma empresa moçambicana na estruturação de projectos, elaboração de estudos e mobilização de parceiro técnico reputado no sector energético.

7. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

7.1. RECURSOS HUMANOS

O Banco destaca e prioriza o capital humano como seu principal activo diferenciador e imprescindível para o alcance dos objectivos estratégicos, mantendo-se atento a todas as questões que impactam no bem-estar, no desenvolvimento de carreiras e no desempenho dos colaboradores. Este compromisso reflecte a prioridade que é dada ao capital humano e a busca constante pela criação de um ambiente que promova a excelência, a satisfação e desenvolvimento profissional.

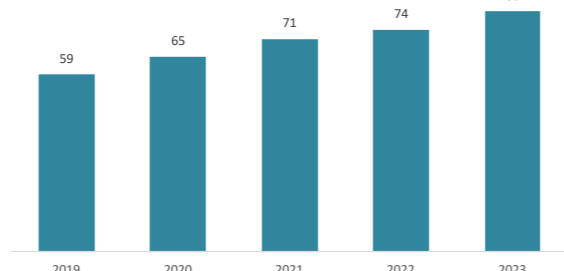
Neste contexto, as iniciativas do Banco em 2023 estiveram centradas na optimização da experiência dos colaboradores, através da harmonização de práticas relacionadas ao desempenho e recompensas, fortalecimento da liderança e da implementação de um plano de sucessão. Houve um compromisso destacado com a promoção de um ambiente de trabalho inclusivo, bem como com o desenvolvimento do talento para atender às exigências do mercado.

A ambição do BNI é a de manter uma organização que aspira a ser uma instituição próspera e preparada para o futuro, que atraia, desenvolva e retenha os melhores profissionais, fundamentada em sua cultura organizacional de rigor, integridade, transparência, competência e ambição.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE COLABORADORES

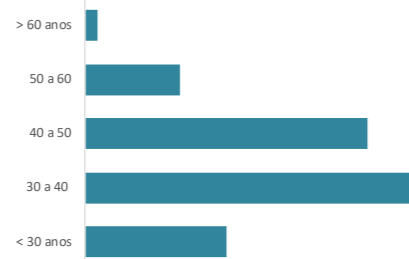
Em 31 de Dezembro de 2023, o Banco contava com um quadro de 80 colaboradores, um aumento de 8% em comparação com os 74 do período homólogo de 2022. Este crescimento reflecte o contínuo fortalecimento da equipa, bem assim, o reforço da capacidade do Banco para o alcance dos objectivos e em vista a manter a excelência nos seus serviços.

Evolução do Quadro de Colaboradores



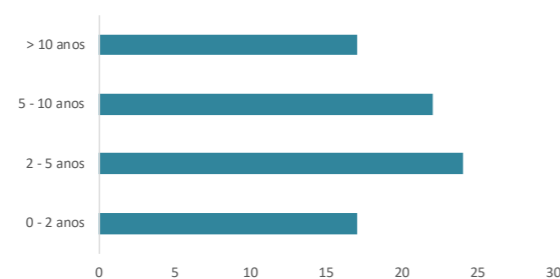
O Banco considera o equilíbrio de gênero como um elemento-chave e parte integrante dos seus objectivos, promovendo desse modo, um ambiente de trabalho inclusivo e diversificado. Em 31 de Dezembro de 2023, 62.5% dos colaboradores eram do sexo masculino e 37.5% do sexo feminino. Adicionalmente, a presença feminina na Comissão Executiva e no Conselho de Administração evidencia o compromisso contínuo com a equidade de gênero no Banco.

Colaboradores por Faixa Etária



O Banco mantém uma força de trabalho jovem e equilibrada, aproveitando a energia e as novas perspectivas das gerações mais jovens, bem como a valiosa experiência e anos de serviço das pessoas mais experientes. Em 31 de Dezembro de 2023, 47% do efectivo tinha idade até 40 anos e antiguidade média de 5 anos, destacando o compromisso do Banco com a renovação contínua e a valorização da experiência de trabalho ao mesmo tempo.

Distribuição de Colaboradores por Antiguidade



Em 2023, o Banco reforçou o seu compromisso com uma força de trabalho altamente qualificada, com ênfase em educação superior. Do total de 80 colaboradores, 89% possuíam formação académica superior, enquanto os restantes 11% possuíam níveis médios ou elementares, sendo 36% destes a frequentar o ensino superior. Esta estratégia evidencia o investimento contínuo na formação dos seus colaboradores para impulsionar a excelência profissional.

Este projecto, além de impulsionar a diversificação da matriz energética em Moçambique, está alinhado com as metas ambientais, visando uma redução anual significativa das emissões de dióxido de carbono, estimada em cerca de 232,900 toneladas. A sua implementação desempenhará um papel crucial na resposta à crescente demanda e às necessidades energéticas emergentes, tanto em Moçambique quanto na região Austral de África. Importa ressaltar que este esforço está totalmente alinhado com os objectivos do Governo de acelerar a eletrificação do país e com a agenda de desenvolvimento do *Millennium de 2030*.

Além dos benefícios ambientais, este projecto tem o potencial de fornecer electricidade a mais de 150,000 famílias moçambicanas, contribuindo diretamente para a melhoria das suas condições de vida. Durante a fase de construção, espera-se a criação de mais de 1,500 empregos, o que impulsionará a implementação do projecto e contribuirá significativamente para o desenvolvimento económico a nível local.

A iniciativa também abrirá oportunidades para o desenvolvimento de competências locais e fomentará a transferência de conhecimento tecnológico, fortalecendo a capacidade técnica e promovendo o crescimento sustentável do país. Este comprometimento com a sustentabilidade e o desenvolvimento socioeconómico consolida a posição do BNI como um agente de mudanças positivas não só a nível nacional, mas também no âmbito global.

O BNI também estabeleceu um acordo estratégico com o Banco Africano de Exportação e Importação (Afreximbank), referente à criação de uma linha de crédito no valor de 25 milhões de dólares americanos para apoiar as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) exportadoras, actuantes nas cadeias de valor do agronegócio, indústria ligeira, processamento alimentar e logística. Por meio dessa linha de crédito, espera-se proporcionar às empresas uma maior capacidade de expansão das suas operações e alcance de novos mercados, resultando no aumento significativo das exportações. Além disso, contribuirá para a entrada de divisas no país, promovendo a melhoria da balança comercial e reduzindo a dependência das importações.

Esta parceria estratégica entre o Afreximbank e o BNI representa um marco significativo no apoio ao sector das PME exportadoras, reconhecendo o papel crucial que desempenham no desenvolvimento económico do país. Com acesso aos recursos financeiros proporcionados por essa linha de crédito, as PME terão a oportunidade de alavancar seus negócios, fortalecendo assim a economia local. Através desse acordo, reafirmamos o nosso compromisso em impulsionar o crescimento sustentável das PME e promover a diversificação da economia nacional, criando um ambiente propício para o aumento da produção, desenvolvimento de novos produtos e expansão para mercados internacionais.

O serviço prestado pelo Banco na área de banca de investimento tendo como objectivo assessorar os clientes na análise e desenvolvimento de soluções específicas para investimento, financiamento e assessoria em diversos domínios, resume-se nos seguintes resultados:

Segmentos de negócio	Consultoria Estratégica e Financeira	Financiamentos Estruturados	Mercado de Capitais
Tipos de serviços prestados pelo Banco	Avaliação de empresas, reestruturações financeiras, estruturação, negociação de parcerias público-privadas, fusões e aquisições.	Estruturação, montagem, negociação e colocação de financiamentos estruturados - <i>project finance</i> .	Estruturação e colocação de títulos e montagem de transações no mercado de capitais, juntamente com o serviço de custódia de títulos.
Âmbito de trabalho	Assessoria Financeira na melhoria da classificação de risco de crédito e da sustentabilidade da dívida do país.	- Assessoria para o desenvolvimento de uma central solar com capacidade de 100MW, avaliada em de USD 150 milhões.	- Emissão de títulos (obrigações corporativas e papel comercial) no valor global de MT 870.0 milhões; - Assessoria e intermediação financeira para o aumento de liquidez das acções de uma empresa do sector de energia; - Intermediação na compra e venda de títulos no mercado secundário no valor de MT 750.0 milhões.
Deal ticket	MT 150 milhões	\$ 150-200 milhões	MT 1,620 milhões

No âmbito da banca de desenvolvimento, as iniciativas do BNI estiveram centradas no fortalecimento do tecido empresarial, através do financiamento de projectos de investimento e promoção do comércio externo. Apesar dos constrangimentos cada vez maiores na mobilização de recursos no mercado internacional, bem como das elevadas taxas de juro no mercado doméstico, o BNI conseguiu financiar projectos de investimento com recurso ao seu balanço, no valor global de MT 1,840.48 milhões, correspondente a uma evolução de 39.86% face ao montante de MT 1,315.93 milhões registado em igual período de 2022.

Paralelamente, o BNI concedeu crédito por assinatura no montante global de MT 7.89 mil milhões (MT 5.74 mil milhões em 2022), destacando-se a priorização de operações relacionadas com a importação de combustíveis. Essa abordagem estratégica demonstra a adaptabilidade do BNI à demanda do mercado e no esforço para impulsionar sectores essenciais para a economia.

Os sectores de combustíveis, indústria alimentar, infraestrutura e hotelaria, destacam-se como áreas-chave que receberam apoio directo do Banco, desempenhando um papel crucial na promoção do desenvolvimento económico e sustentável do país. Estes sectores foram seleccionados estrategicamente, considerando atentamente o seu papel para geração de impactos positivos, tais como, a criação de emprego, a diversificação da economia e o estímulo ao crescimento a longo prazo.

O apoio directo do Banco a esses sectores reafirma o compromisso inabalável com a prosperidade económica e a melhoria das condições de vida da população, consolidando assim, a posição do BNI como um agente-chave na promoção do desenvolvimento socioeconómico.

Sectores Financiados	Acções e Impactos
Comércio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O BNI desempenhou um papel essencial na facilitação da importação de um total de 101.60 toneladas métricas de produtos petrolíferos, por meio de emissão de garantias bancárias no montante global de USD 108.61 milhões. A intervenção do Banco na estrutura de importação de combustíveis teve um impacto expressivo na disponibilidade desses produtos no mercado local, contribuindo directamente para um abastecimento eficiente e sustentável, fortalecendo e contribuindo para o funcionamento normal da economia, para além de promover a estabilidade dos preços. ✓ Em paralelo, o BNI desempenhou um papel crucial ao conceder financiamentos no montante global de MT 655.00 milhões. Essa iniciativa desempenhou um papel crucial, gerando maior capacidade por parte dos operadores (OIC) na importação de combustíveis diversos para o país.
Agro-Indústria	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O BNI desempenhou um papel crucial na viabilização de projectos de investimento, principalmente voltados para o processamento, comercialização interna e exportação de cereais e grãos, através da concessão de financiamentos no valor global de MT 806.52 milhões (MT 693.15 milhões em 2022). Esses investimentos que representam cerca de 45% do crédito desembolsado em 2023, evidenciam o compromisso do Banco com o sector de agro-indústria pelas suas ligações intersectoriais, geração de emprego, maior disponibilidade de produtos alimentares, maior valor agregado e contribuição na estabilidade cambial por via das exportações.
Construção	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Intervenção no desenvolvimento de infraestrutura, com o desembolso de aproximadamente MT 100.0 milhões e comprometimento por via do crédito de assinatura no montante global de MT 756.02 milhões. Essa iniciativa desempenhou um papel fundamental ao viabilizar a modernização e expansão de infraestruturas essenciais, promovendo melhorias substanciais na conectividade e na eficiência operacional, por um lado, e, por outro, gerou oportunidades de emprego local, contribuindo para o crescimento económico e a sustentabilidade das comunidades envolvidas. Esta iniciativa expressa o compromisso contínuo do BNI em catalisar transformações positivas, alinhando-se com a visão de um desenvolvimento abrangente e sustentável.
Hotelaria e restauração	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio ao desenvolvimento de instâncias hoteleiras nas províncias de Maputo, Gaza e Niassa. Estas iniciativas fortaleceram a infraestrutura turística local e transformaram as regiões em destinos atractivos para investidores e turistas, fomentando o crescimento económico e gerando novas oportunidades de negócios. Ao investir na expansão do sector hoteleiro, o BNI contribuiu para o desenvolvimento económico e sustentável dessas províncias e desencadeou uma série de benefícios, incluindo maior fluxo de turistas, geração de empregos, oportunidades de negócios e atracção de investidores.

Em 2023, o Banco reafirmou a sua prioridade estratégica de financiamento às Pequenas e Médias Empresas (PME), com especial ênfase no segmento do agronegócio. Para o efeito, o Banco desenvolveu linhas de crédito específicas, com condições de financiamento ajustadas à estrutura financeira e operacional das PME, para além da assistência técnica aos proponentes, visando assegurar a implementação dos projetos, proporcionando recursos financeiros e orientação especializada para fortalecer e maximizar a eficácia e a sustentabilidade das iniciativas apoiadas pelo Banco.

Nesse contexto, o Banco disponibilizou ao mercado diversas opções de linhas de crédito, destinadas a atender necessidades específicas e fundamentais para o desenvolvimento económico, com destaque para (i) o financiamento ao agro-negócio e empreendedorismo (FAE), voltado para impulsionar projectos agrícolas e iniciativas empreendedoras ao longo do Vale de Zambeze; (ii) o financiamento às MPME afetadas pela Covid-19, visando mitigar os impactos económicos gerados pela pandemia; e (iii) os fundos de garantia, estrategicamente criados para cobrir os riscos inerentes ao sector agrícola. Estas linhas de crédito já demonstraram impacto positivo ao beneficiar um total de 615 MPME, totalizando um montante global de MT 1,460.9 milhões, com repercussões visíveis na economia.

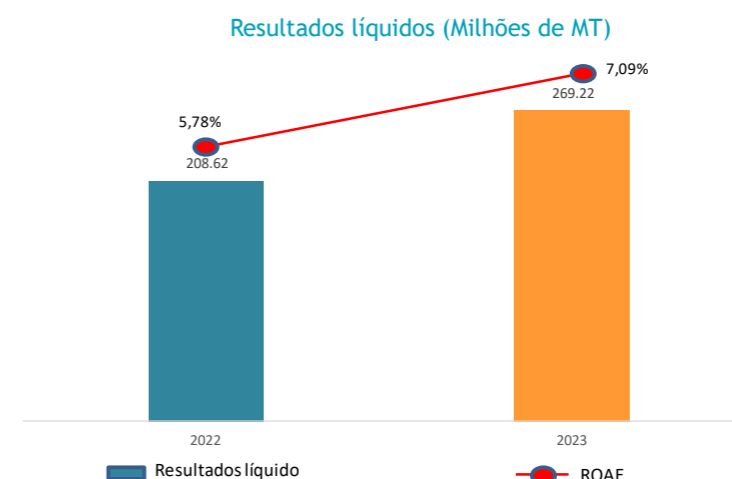
Para o BNI, o ano de 2023 é também de grande destaque, pelo início de um processo significativo de digitalização, com o objectivo de expandir a sua presença de forma a estar mais próximo e melhor servir os seus clientes, adoptando estrategicamente canais digitais para ampliar os seus serviços bancários, para além da infraestrutura física convencional. Essa abordagem inovadora representa a adaptação às tendências tecnológicas e visa proporcionar um serviço eficiente aos clientes corporativos. Com efeito, a iniciativa reflecte uma resposta proactiva às demandas do cenário financeiro contemporâneo, onde a digitalização desempenha um papel crucial. Ao incorporar canais digitais à sua oferta de serviços, o BNI busca aumentar a acessibilidade aos seus produtos e proporcionar maior eficiência operacional, reduzindo de forma significativa o tempo das transacções e melhorando a agilidade no atendimento aos clientes corporativos.

A transição para o ambiente digital permitiu ao BNI oferecer serviços mais personalizados. A agilidade e eficácia na adaptação às necessidades específicas dos clientes corporativos são prioridades, consolidando a posição do Banco como um parceiro financeiro ágil e orientado para as demandas do mercado empresarial em constante evolução.

Para 2024, a estratégia do Banco estará assente cada vez mais no financiamento à indústria, conquista de novos clientes, introdução de novos serviços e, em paralelo, assegurar a melhoria da qualidade dos activos do Banco e níveis de eficiência. Para a prossecução destes objectivos, o Banco irá investir na infraestrutura tecnológica, desenvolvimento de capital humano, doptar a área comercial de meios necessários para a persecução das suas metas e diversificar ainda mais as fontes de financiamento.

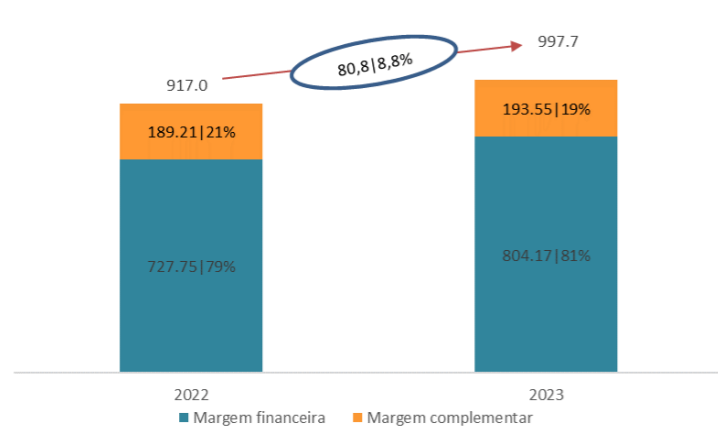
7.3. ANÁLISE FINANCEIRA

Num ano marcado por um ambiente de elevados riscos e incertezas, o Banco adoptou um conjunto de medidas assertivas e ponderadas que permitiram a solidez e rentabilidade do balanço, para além de manter níveis adequados de capital, liquidez e solvabilidade. Com efeito, o BNI encerrou o ano de 2023 com um Resultado Líquido de MT 269.22 milhões, 29.05% acima dos MT 208.62 milhões registados em igual período de 2022, propiciando o aumento da Rentabilidade dos Capitais Próprios Médios (ROAE) para 7.09% (5.78% em 2022) e da Rentabilidade dos Activos Médios para 2.28% (2.02% em 2022). Adicionalmente, os níveis de capital e liquidez melhoraram significativamente com o Rácio de Solvabilidade atingindo 23.50% (17.57% em 2022), e o Rácio de Liquidez 106.89% (95.39% em 2022) acima dos mínimos regulamentares de 12% e 25%, respectivamente. Este desempenho reforçou a capacidade do Banco para desenvolver as suas actividades de forma sustentável e a sua posição como um banco de desenvolvimento e investimento sólido e robusto no mercado.



O desempenho alcançado em 2023 reflecte uma gestão eficiente no binómio entre risco e rentabilidade, aliado a um aumento de 6,5% nos activos financeiros, resultando num crescimento do Produto Bancário em 9%, num contexto de elevadas taxas de juros. Destaca-se ainda, o aumento controlado dos custos operacionais, que cresceram dentro das expectativas e o desempenho positivo das Imparidades e Provisões, que reduziram em 44% face ao período homólogo de 2022.

Produto Bancário (Milhões de MT)



PRODUTO BANCÁRIO

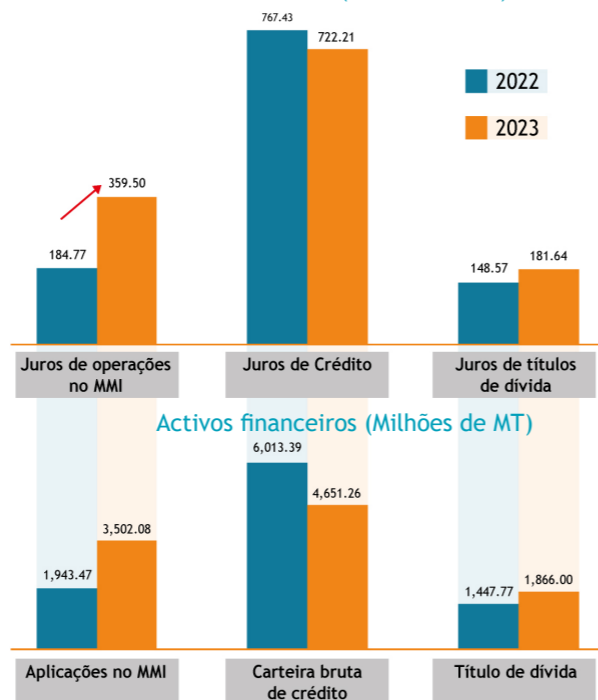
O produto bancário cresceu em 8.80%, atingindo MT 997.72 milhões em 2023, suportado pelo aumento da margem financeira (10.50%) e da margem complementar (3.19%), espelhando as medidas adoptadas pelo Banco para promover o crescimento sustentável e a rentabilidade do balanço, mantendo uma atenção rigorosa aos riscos bancários. A margem financeira correspondeu a 80% do produto bancário (contra 79% em 2022), enquanto a margem complementar representou 20% (21% em 2022).

Margem Financeira

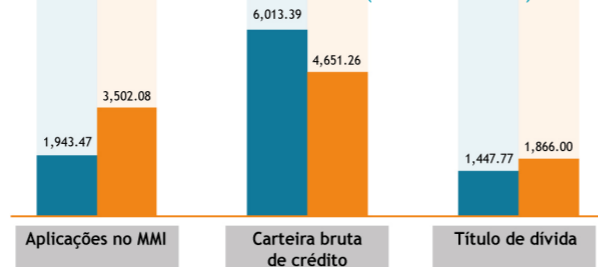
A margem financeira ascendeu MT 804.17 milhões, refletindo um crescimento de 10.50% em relação aos MT 727.75 milhões registados em 2022. Esta evolução foi suportada pelo aumento do volume de activos financeiros em 6.49% e pelo aumento da taxa de juro de retalho em 1.5 pp, o que requereu uma adequada gestão do gap positivo entre activos e passivos financeiros.

Face à difícil conjuntura que caracterizou o ano de 2023, o Banco apostou em activos líquidos, em particular em aplicações junto de outras instituições de crédito e títulos públicos, privilegiando a solidez do balanço. Em resultado desta estratégia, os juros de aplicações em outras instituições de crédito aumentaram em 95%, passando de MT 184.77 milhões em 2022 para MT 359.51 milhões em 2023. No entanto, os juros de crédito caíram apenas 6%, saindo de MT 767.43 milhões em 2022 para MT 722.21 milhões em 2023, como reflexo da redução da carteira de crédito em moeda nacional em 36.40%.

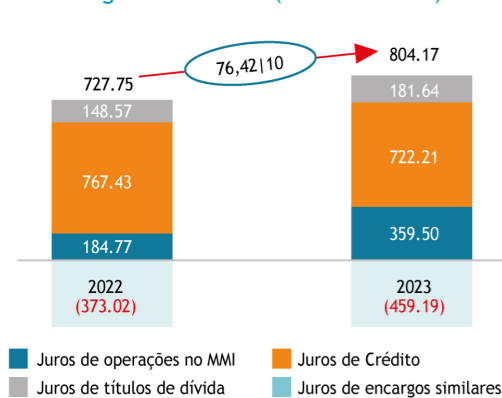
Juros e Proveitos similares (Milhões de MT)



Activos financeiros (Milhões de MT)



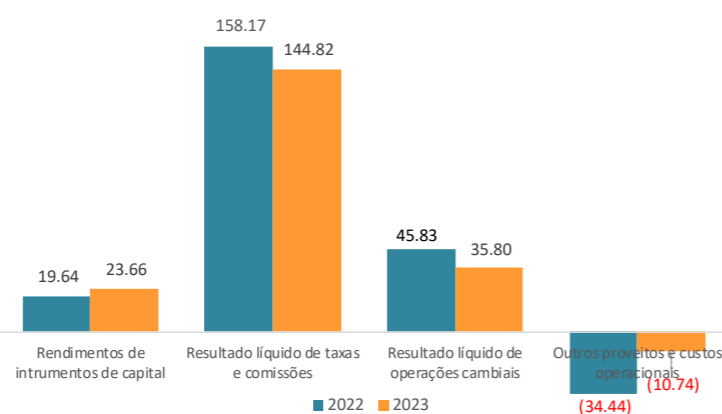
Margem Financeira (Milhões de MT)



Margem Complementar

A margem complementar, que engloba o lucro líquido de taxas e comissões, receitas de assessoria financeira, resultados de operações financeiras e rendimentos de capital, alcançou um desempenho positivo de MT 193.55 milhões, um aumento de 2.29% em relação aos MT 189.21 milhões registados no período homólogo de 2022. Este desempenho reflecte os esforços do Banco em mobilizar fontes alternativas de rendimentos com destaque para a emissão de garantias bancárias, intermediação cambial e a prestação de serviços de assessoria financeira.

O desempenho da margem complementar em 2023 foi penalizado pela reduzida procura por crédito por assinatura, devido à limitada actividade operacional do tecido empresarial e pela fraca disponibilidade de moeda externa no último trimestre do ano, o que resultou numa redução do volume de operações de intermediação cambial e de *trade finance*, em particular na emissão de garantias bancárias para a cobertura do risco associado à importação de *commodities*.



Custos de estrutura

O Banco tem vindo a implementar medidas de racionalização de custos operacionais, que compreendem à renegociação de contratos, optimização de processos, revisão da componente de *marketing* e publicidade que, ainda assim, não foi suficiente para conter o aumento dos custos. Esta rubrica que inclui gastos com pessoal, gastos gerais administrativos e amortizações do exercício, totalizou MT 592.04 milhões em 2023, 13% acima dos MT 522.02 milhões registados em 2022, reflectindo-se ligeiramente no rácio de eficiência, que passou de 57% em 2022 para 59% em 2023.

Custos de Estrutura	2022	2023	Variação	
	MT	MT	MT	%
Gastos com pessoal	303,326,326.49	351,790,530	48,464,204	16%
Outros gastos administrativos	162,209,302.61	178,429,823	16,220,520	10%
Depreciação e Amortizações	56,488,200.99	61,815,714	5,327,513	9%
Total de Custos Operacionais	522,023,830.09	592,036,067	70,012,237	13%
Produto bancário	916,958,857.36	997,721,991	80,763,134	9%
Rácio de eficiência (Cost-to-income)	57%	59%	-	2pp

Custos com o pessoal

Os custos com o pessoal cifraram-se em MT 351.79 milhões em 2023, 16% acima dos MT 303.33 milhões registados em 2022. Este incremento está intrinsecamente relacionado ao fortalecimento da governação corporativa do Banco, que implicou: (i) o reforço do quadro de colaboradores (especialmente, em posições-chave) por forma a adequar à actual estrutura operacional do Banco ao mesmo tempo que se procurou elevar a qualidade dos serviços prestados ao cliente; (ii) implementação de medidas para valorização e reconhecimento do mérito dos colaboradores; e (iii) actualização da tabela salarial anual.

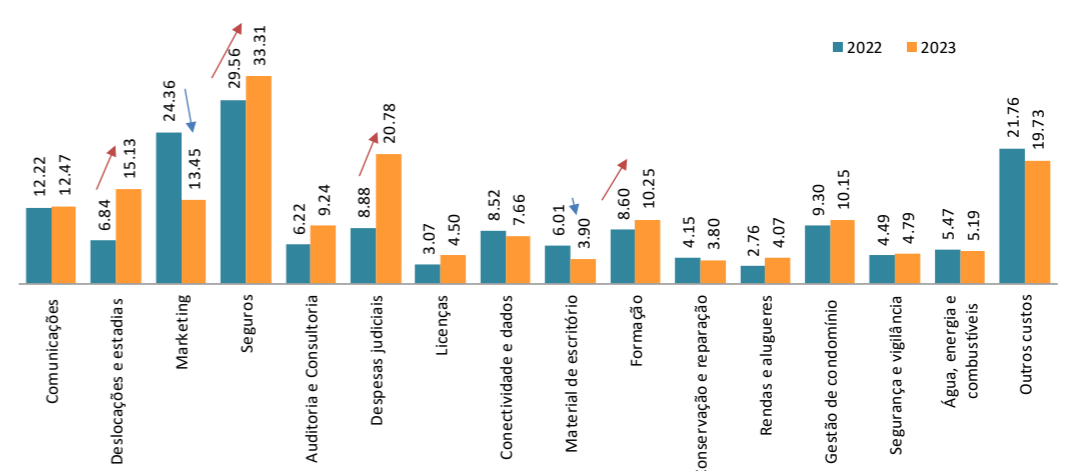
O investimento nos recursos humanos destaca o comprometimento do Banco em promover uma gestão eficaz, alinhada com as práticas de governação corporativa e a necessidade de atender às dinâmicas do negócio bancário e a promoção dum pacote remuneratório competitivo em resposta ao elevado *turn over* de colaboradores no sector bancário.

Gastos gerais administrativos

Os Gastos Gerais Administrativos totalizaram MT 178.43 milhões em 2023, o que reporta aumento de 10% em relação aos MT 162.21 milhões de 2022. Este incremento é, em grande medida, justificado pelo aumento dos processos de contencioso relacionados à recuperação de crédito, tendo representado 73% do aumento total (MT 16.22 milhões) dos gastos gerais administrativos. No entanto, expurgando o efeito das despesas jurídicas, o incremento dos gastos gerais administrativos situar-se-ia em 2.80%, abaixo da taxa anual de inflação de 7.0%, indicando um desempenho sólido associado a uma gestão interna eficiente dos custos operacionais, sendo notável a redução das despesas publicitárias acima de 100%.

Paralelamente, registou-se um incremento dos custos com deslocações e estadias associadas, em grande parte, à busca de oportunidades de negócio e à monitoria dos projectos financiados pelo Banco. Adicionalmente, registaram aumentos expressivos nos custos com formações e consultorias especializadas visando o fortalecimento das habilidades técnicas dos colaboradores, com destaque para um programa de pós-graduação em gestão bancário para 36 Gestores por uma instituição de ensino superior reputada da Europa.

Estrutura do Activo (Milhões de MT)



Amortizações e Depreciações do Exercício

As amortizações do exercício cifraram-se em MT 61.82 milhões, um aumento de 9% face aos MT 56.49 milhões registados em 2022. Este aumento reflecte os investimentos em infraestrutura operacional, em particular em equipamentos informáticos e de comunicação, com vista a adequar o Banco de meios necessários para suportar o aumento do nível de actividade e a melhoria da eficiência operacional.

Imparidades e Provisões do Exercício

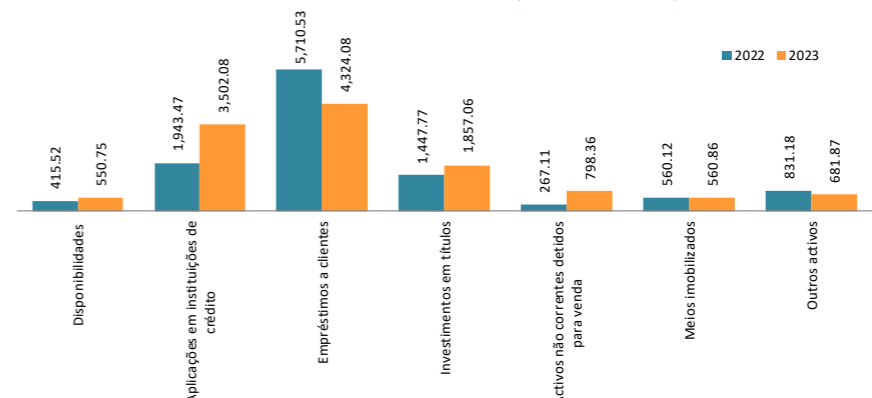
Em 2023, o custo com as imparidades e provisões líquidas registou um desempenho positivo, ao situar-se em MT 84.89 milhões, 44% abaixo dos MT 151.31 milhões registados no exercício anterior. Este cenário, resultou da redução das exposições ao risco de crédito, tanto nas operações do balanço como fora do balanço, conjugado com a antecipação da constituição de imparidades nos exercícios anteriores para minimizar o impacto da concretização dos respectivos custos diante de um cenário macroeconómico adverso.

Non obstante, o Banco manteve-se prudente na avaliação do risco do negócio: (i) reforçando imparidades de crédito no valor de MT 85.93 milhões (MT 108.06 milhões em 2022) em relação às exposições específicas de risco acrescido, atenuados pelas reversões das operações de crédito liquidadas; e (ii) constituindo imparidades no valor de cerca de MT 109.79 milhões sobre os outros activos por conta da actualização dos factores de risco.

Posição financeira

O Activo total do Banco ascendeu a MT 12,275.06 milhões em 2023, um crescimento de 10% face aos MT 11,175.71 milhões registados em 2022. Este aumento reflectiu a expansão da carteira de instrumentos financeiros líquidos e de baixo risco, como aplicações em outras instituições de crédito e investimentos em Títulos do Tesouro, como alternativas de investimento face ao actual cenário de elevado risco e de reduzida procura por crédito. Esta estratégia não só contribuiu para o fortalecimento da qualidade dos activos, mas também para o desempenho positivo alcançado no ano de 2023.

Gastos Gerais Administrativos (Milhões de MT)



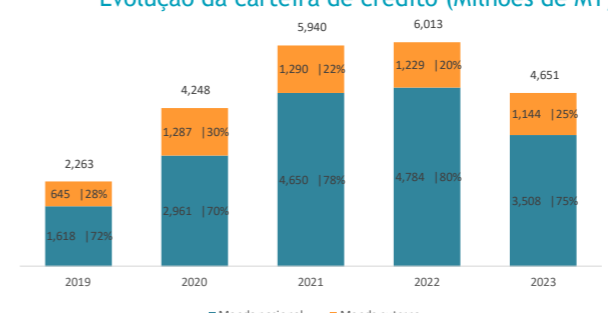
Os activos geradores de juros continuam sendo a maior componente do balanço com um peso de 80%. No entanto, houve uma alteração na composição do balanço, com destaque para o aumento significativo da contribuição da carteira de aplicações em outras instituições de crédito e de investimentos em títulos que cresceram, respectivamente, em 11 pp e 2 pp, atingindo 28% e 15% em 2023, por um lado, e, por outro, o peso da carteira de crédito diminuiu para 35% em comparação com 51% em 2022. Esta alteração da composição do Activo, reflecte a estratégia de realocação dos investimentos do Banco para fazer face ao ambiente de elevados riscos e incertezas no mercado financeiro.

Empréstimos a clientes

Num contexto económico ainda adverso, marcado pelo elevado risco de crédito, o Banco intensificou o rigor na selecção dos projectos a financiar, em função do risco e da rentabilidade, bem como na melhoria continua dos processos de avaliação e diversificação da carteira. Neste quadro, foram financiados projectos com nível de risco aceitável num valor global de MT 1,840.48 milhões, 39.86% acima do registado no período homólogo.

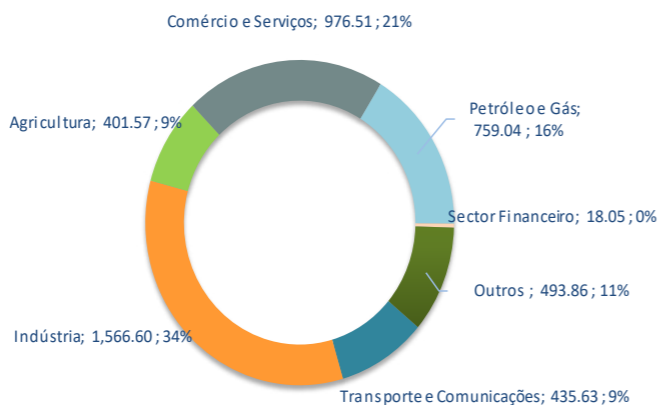
Embora o volume de novas operações de crédito tenha aumentado, a carteira bruta de crédito diminuiu em 23%, fixando-se em MT 4,651.26 milhões em 2023 em comparação com MT 6,013.39 milhões em 2022. Esta redução é essencialmente explicada pela queda de 36.39% na carteira de crédito em moeda nacional, reflectindo, sobretudo, a liquidação de cinco (5) operações de crédito expressivas equivalentes a MT 1,544.05 milhões, dos quais 57% por liquidação financeira e 43% por dano em cumprimento.

Evolução da carteira de crédito (Milhões de MT)



A carteira de crédito do Banco está concentrada no sector da indústria, representando 34% (41% em 2022) da carteira total, dos quais 87% representam a indústria alimentar, seguido pelo comércio e serviços com o peso de 21% (18% em 2022) e petróleo e gás com o peso de 16% (8% em 2022). A carteira de crédito esteve concentrada em operações de curto prazo com um peso de 71% (61% em 2022) contra os 29% (39% em 2022) das operações de longo prazo. As operações de crédito estão concentradas no curto prazo devido à limitada maturidade dos recursos mobilizados e às limitações do Balanço do Banco. Essa concentração apresenta um desafio notável ao Banco como Banco de Desenvolvimento, especialmente na obtenção de recursos permanentes para financiamentos de longo prazo, especialmente projectos de infraestrutura.

Distribuição sectorial da carteira de crédito (Milhões de MT)



Qualidade da Carteira de Crédito

Em 2023, o crédito em incumprimento teve um desempenho favorável, com uma notável redução de 32.50%, passando de MT 1,776.31 milhões em 2022 para MT 1,340.96 milhões, estando quase toda a carteira em incumprimento coberta por garantias, limitando potenciais perdas financeiras. Este desempenho positivo é resultante da prudência na concessão de novos financiamentos, reestruturação de operações com viabilidade comercial, recuperação por via judicial e acompanhamento individual dos mutuários, permitindo acções proactivas para reduzir o risco de inadimplência.

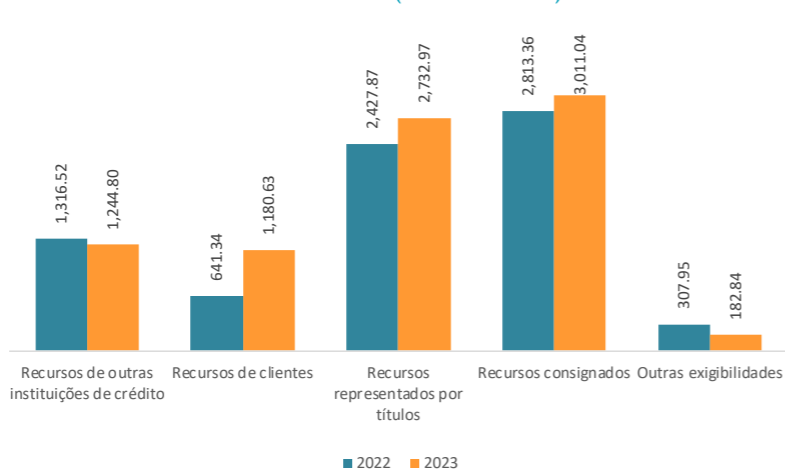
De todo modo, não obstante o crédito em incumprimento ter reduzido em MT 435.0 milhões, a queda do volume da carteira de crédito acabou limitando a melhoria da qualidade da carteira de crédito medida pelo crédito em incumprimento em 1.21% face ao nível registado em 2022.

Passivo

No final de 2023, o passivo do Banco atingiu MT 8,352.26 milhões, com um crescimento de 11.26% em relação aos MT 7,507.04 milhões do ano anterior. Esse aumento foi impulsionado pelo crescimento dos recursos de clientes (84.09%) e dos empréstimos obrigacionistas (12.57%), reflectindo o alargamento da base de parceiros. Esta expansão permitiu o aumento da carteira de activos financeiros, fortalecendo a estabilidade financeira e a rentabilidade do Banco.

A abordagem de financiamento ao Activo do Banco resultou na consolidação dos instrumentos financeiros oneráveis como principal fonte de financiamento com um peso de 61% (57.8% em 2022) do passivo. Dentre esses instrumentos, 15% (17.5% em 2022) provém de outras instituições de crédito, 32% (37% em 2022) representam empréstimos obrigacionistas, e 8.5% (14% em 2022) correspondem a depósitos a prazo.

Passivo (Milhões de MT)



Capitais Próprios e Solvabilidade

Os capitais próprios totalizaram MT 3,922.79 milhões em 2023, uma evolução de 7% em relação a MT 3,668.67 milhões de 2022. Este desempenho é explicado pelo resultado líquido positivo do ano e pela incorporação de 71% do resultado líquido de 2022 no valor de MT 208.62 milhões em reserva legal e resultados transitados.

Fundos Próprios	2022		2023		Variação	
	MT	MT	MT	MT	MT	%
Capital social ordinário	2,240,000,000	2,240,000,000	-	-	-	-
Resultados transitados	886,995,213	972,978,749	85,983,536	10%		
Reservas de justo valor	68,085,543	113,038,647	44,953,104	66%		
Reserva legal	264,972,330	327,558,772	62,586,442	24%		
Resultado do exercício	208,621,473	269,219,445	60,597,972	29%		
Total	3,668,674,559	3,922,795,613	254,121,054	7%		

A evolução positiva dos Capitais Próprios conjugada com a melhoria da qualidade dos activos do Banco contribuiu para o fortalecimento nos indicadores de adequação de capital, evidenciado pelo aumento significativo dos Fundos Próprios Regulamentares em 22%, fixando-se em MT 2,277.24 milhões em 2023. Adicionalmente, o rácio de solvabilidade global apresentou uma melhoria notável, passando de 17.57% em 2022 para 23.50%, mantendo-se confortavelmente acima do mínimo exigido pelo regulador - o Banco de Moçambique (12.00%).

Conselho de Administração

Omar Ossumane Momec Mithá
Presidente do Conselho de Administração

Abdul Bécite Daiaram Jivane
Vogal

Luisa Mário Francisco Tivane
Vogal

Edson Bartolomeu Manguinhane
Vogal

Tomás Ernesto Dimande
Vogal

Mussá Usman
Vogal

Ester dos Santos José
Vogal

8. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de Abril de 2024 deliberou a aplicação dos resultados líquidos do exercício findo a 31 de Dezembro de 2023, no valor de 269,219,445, nos seguintes termos:

	%	Valor (MT)
Reserva Legal	30.00%	80,765,833.50
Distribuição de dividendos	27.86%	75,000,000.00
Resultados Transitados	42.14%	113,453,611.50
Total	100.00%	269,219,445.00

Conselho de Administração

Omar Ossumane Momec Mithá
Presidente do Conselho de Administração

Abdul Bécite Daiaram Jivane
Vogal

Luisa Mário Francisco Tivane
Vogal

Edson Bartolomeu Manguinhane
Vogal

Tomás Ernesto Dimande
Vogal

Mussá Usman
Vogal

Ester dos Santos José
Vogal

9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9.1 Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

	Notas	2023		2022	
		MT	MT	MT	MT
Juros e proveitos similares	4	1,263,360,308	1,100,763,096		
Juros e encargos similares	4	(459,189,992)	(373,016,461)		
Margem Financeira		804,170,316	727,746,635		
Rendimentos de instrumentos de capital	5	23,662,721	19,642,643		
Resultado líquido de serviços e comissões	6	144,822,253	158,172,993		
Resultado líquido de operações cambiais	7	35,804,249	45,831,969		
Outros rendimentos e gastos operacionais	8	(10,737,548)	(34,435,383)		
Produto bancário		997,721,991	916,958,857		
Imparidade em activos	11	(84,894,504)	(151,311,989)		
Gastos com pessoal	9	(351,790,530)	(303,326,326)		
Outros gastos administrativos	10	(178,429,823)	(162,209,303)		
Depreciação e Amortizações	19 e 20	(61,815,714)	(56,488,201)		
Custos operacionais		(676,930,571)	(673,335,819)		
Resultados antes de impostos		320,791,420	243,623,038		
Imposto sobre o rendimento		(51,571,975)	(35,001,565)		
Impostos correntes	21	(63,651,708)	(43,311,836)		
Impostos diferidos	31	12,079,733	8,310,271		
Lucro do exercício		269,219,445	208,621,473		
Outro rendimento integral					
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para resultados					
Alterações nas reservas dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	25	66,107,508	(66,635,689)		
Impostos diferidos	25	(21,154,401)	21,323,421		
Total de rendimento integral do exercício		314,172,552	163,309,205		

Conselho de Administração

Omar Ossumane Momec Mithá
Presidente do Conselho de Administração

Abdul Bécite Daiaram Jivane
Vogal

Luisa Mário Francisco Tivane
Vogal

Edson Bartolomeu Manguinhane
Vogal

Tomás Ernesto Dimande
Vogal

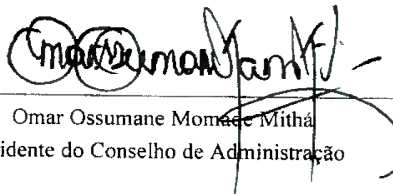
Mussá Usman
Vogal

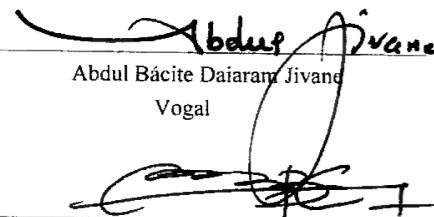
Ester dos Santos José
Vogal

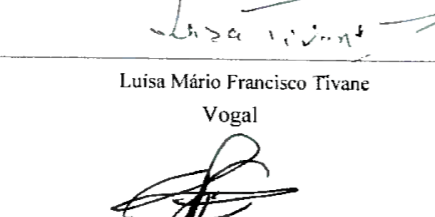
9.2 Demonstração da Posição Financeira para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

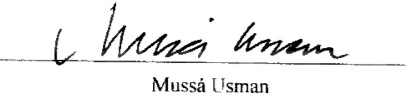
	Notas	2023	2022
		MT	MT
Activo			
Caixa e Depósitos no Banco Central	12	322,674,069	87,296,348
Disponibilidades em instituições de crédito	13	228,075,918	328,224,615
Aplicações em instituições de crédito	14	3,502,075,116	1,943,470,457
Empréstimos a clientes	15	4,324,078,870	5,710,532,006
Investimentos em títulos	16	1,857,064,146	1,447,774,230
Outros activos	17	525,332,718	709,814,449
Activos não correntes detidos para venda	18	798,361,666	267,111,300
Activos tangíveis	19	560,827,805	560,123,284
Activos intangíveis	20	35,335	225
Activos por impostos correntes	21	156,533,242	121,364,957
Total do Activo		12,275,058,886	11,175,711,871
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital social ordinário	22	2,240,000,000	2,240,000,000
Resultados transitados	24	972,978,749	886,995,213
Reservas de justo valor	25	113,038,647	68,085,543
Reserva legal	24	327,558,772	264,972,330
Resultado do exercício		269,219,445	208,621,473
Total do Capital Próprio		3,922,795,613	3,668,674,559
Passivo			
Recursos de Outras Instituições de crédito	26	1,244,799,143	1,316,516,868
Recursos de clientes	27	1,180,628,341	641,339,103
Responsabilidades representadas por títulos	28	2,732,965,566	2,427,873,709
Recursos consignados	29	3,011,035,141	2,813,358,244
Outros passivos	30	75,159,925	156,618,247
Passivos por impostos diferidos	31	102,037,662	92,911,494
Provisões	32	5,637,494	58,419,647
Total do Passivo		8,352,263,272	7,507,037,312
Total do Passivo e Capital Próprio		12,275,058,886	11,175,711,871

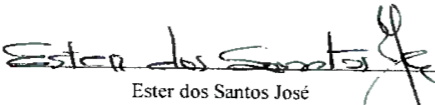
Conselho de Administração


Omar Ossumane Momec Mithá
Presidente do Conselho de Administração


Abdul Bácio Daiaram Jivane
Vogal


Luísa Mário Francisco Tivane
Vogal


Edson Bartolomeu Manguinhane
Vogal


Tomás Ernesto Dimande
Vogal

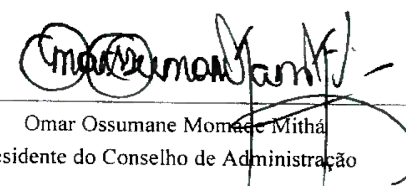

Mussá Usman
Vogal

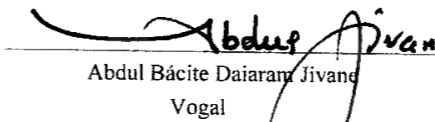

Ester dos Santos José
Vogal

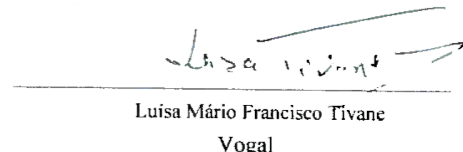
9.3 Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

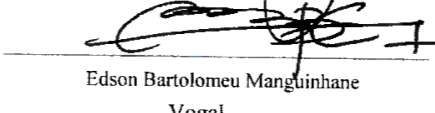
	Nota	Capital	Reserva de justo valor	Reserva Legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
		MT	MT	MT	MT	MT	MT
Saldo em 1 de Janeiro de 2022		2,240,000,000	113,397,810	230,250,848	852,273,732	115,738,272	3,551,660,662
Rendimento integral							
Outro rendimento integral							
Alterações de justo valor de activos financeiros		-	(66,635,688)	-	-	-	(66,635,688)
Impostos diferidos		-	21,323,421	-	-	-	21,323,421
Lucro do exercício		-	-	-	-	208,621,473	208,621,473
Total de rendimento integral reconhecido no exercício		2,240,000,000	68,085,543	230,250,848	852,273,732	324,359,745	3,714,969,868
Reforço da reserva legal		-	-	34,721,482	-	(34,721,482)	-
Dividendos aos accionistas		-	-	-	-	(46,295,309)	(46,295,309)
Transferência de resultados para resultados acumulados		-	-	-	34,721,481	(34,721,481)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		2,240,000,000	68,085,543	264,972,330	886,995,213	208,621,473	3,668,674,559
Rendimento integral							
Outro rendimento integral							
Alterações de justo valor de activos financeiros	25	-	66,107,507	-	-	-	66,107,507
Alterações de impostos diferidos	25	-	(21,154,403)	-	-	-	(21,154,403)
Regularização do efeito de aplicação de NIRF's		-	-	-	(51,496)	-	(51,496)
Lucro do exercício		-	-	-	-	269,219,445	269,219,445
Total de rendimento integral reconhecido no exercício		2,240,000,000	113,038,647	264,972,330	886,943,718	477,840,918	3,922,795,613
Reforço da reserva legal	24	-	-	62,586,442	-	(62,586,442)	-
Dividendos aos accionistas	24	-	-	-	-	(60,000,000)	(60,000,000)
Transferência de resultados para resultados acumulados	24	-	-	-	86,035,031	(86,035,031)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		2,240,000,000	113,038,647	327,558,772	972,978,749	269,219,445	3,922,795,613

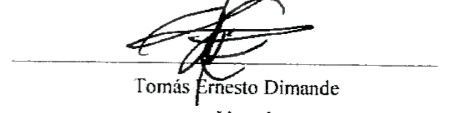
Conselho de Administração

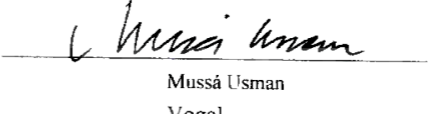

Omar Ossumane Momec Mithá
Presidente do Conselho de Administração

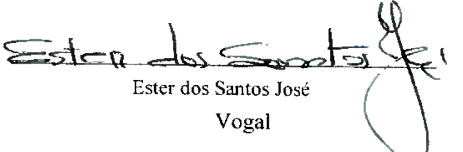

Abdul Bácio Daiaram Jivane
Vogal


Luísa Mário Francisco Tivane
Vogal


Edson Bartolomeu Manguinhane
Vogal


Tomás Ernesto Dimande
Vogal


Mussá Usman
Vogal

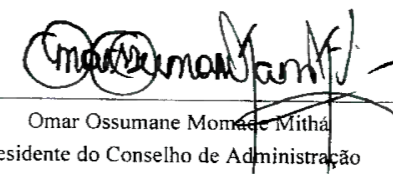

Ester dos Santos José
Vogal

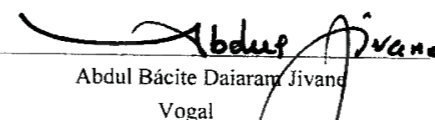
9.4 Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

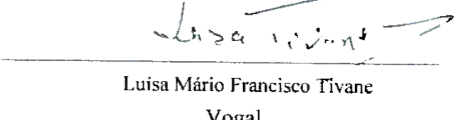
	Nota	2023	2022
		MT	MT
Fluxo de caixa de actividades operacionais			
Juros, Comissões e outros rendimentos recebidos		1,771,763,535	1,024,768,434
Juros, comissões e outros gastos pagos		(474,524,689)	(390,668,432)
Pagamento a empregados e fornecedores		(621,124,883)	(394,821,016)
Fluxo líquido proveniente de rendimentos e gastos		676,113,964	239,278,985
Varição nos activos e passivos operacionais			
Diminuições/Aumentos em:			
Varição do limite mínimo de reservas obrigatórias		(152,389,739)	21,902,281
Aplicações em instituições de crédito		45,767,999	(94,918,459)
Investimento em títulos		(356,585,743)	(52,719,319)
Crédito á clientes		452,711,294	(374,278,409)
Recursos de Clientes		562,935,175	(290,675,946)
Recursos de outras instituições de crédito		(113,161,316)	139,936,536
Responsabilidades representadas por títulos		270,000,000	25,682,000
Recursos consignados		398,400,605	1,575,148,060
Outros activos		(11,015,870)	21,256,950
Impostos Pagos		(35,068,285)	(11,735,883)
Imposto pago sobre juros de aplicações e títulos		(63,651,708)	(43,311,836)
Fluxo líquido proveniente de activos e passivos operacionais		997,942,412	916,285,975
Fluxo de caixa líquido de actividades operacionais		1,674,056,376	1,155,564,961
Fluxo de caixa de actividades de investimento			
Aquisições de activos tangíveis e activos intangíveis		(71,141,026)	(39,207,491)
Receita da venda de activos tangíveis		723,916	-
Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento		(70,417,110)	(39,207,491)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento			
Dividendos pagos		(60,000,000)	(46,295,309)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento		(60,000,000)	(46,295,309)
Varição líquida em caixa e equivalentes de caixa		1,543,639,266	1,070,062,161
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		38,220,915	41,670,951
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1,664,190,986	552,457,874
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		3,246,051,166	1,664,190,986
Reconciliação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e depósitos no Banco Central	12	322,674,069	87,296,348
Disponibilidade sobre instituições de crédito	13	228,075,917	328,224,615
Aplicações em instituições de crédito excluindo juros a receber	14	2,925,275,543	1,326,254,647
Reservas no Banco Central	12	(229,974,363)	(77,584,624)
Total		3,246,051,166	1,664,190,986

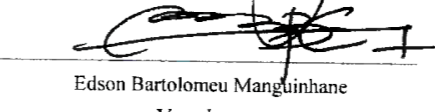
As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

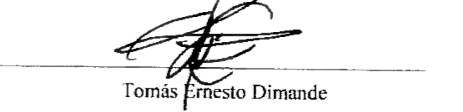
Conselho de Administração

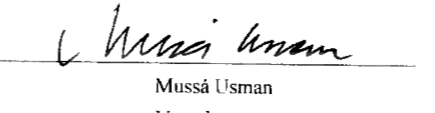

Omar Ossumane Momec Mithá
Presidente do Conselho de Administração

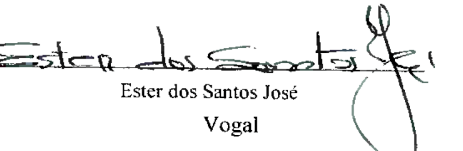

Abdul Bácio Daiaram Jivane
Vogal


Luísa Mário Francisco Tivane
Vogal


Edson Bartolomeu Manguinhane
Vogal


Tomás Ernesto Dimande
Vogal


Mussá Usman
Vogal


Ester dos Santos José
Vogal

Notas às Demonstrações Financeiras

Do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

1. Incorporação e actividades

O Banco Nacional de Investimento, S.A., doravante designado BNI, foi constituído em 14 de Junho de 2010; tem a sua sede na Avenida Julius Nyerere, nº 3504 Bloco A2, na Cidade de Maputo. O Banco é participado em 100% pelo Instituto de Gestão de Participações do Estado (IGEPE) e iniciou a sua actividade em 20 de Junho de 2011.

O BNI tem por objecto social a realização de actividades de banca de desenvolvimento e de investimento, visando apoiar o desenvolvimento da economia moçambicana, intervindo, essencialmente, no financiamento e aconselhamento de projectos de investimento que contribuam para a dinamização e desenvolvimento sustentável de Moçambique.

2. Base de preparação e síntese das principais políticas contabilísticas

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos financeiros registados ao seu justo valor.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações. Ao efectuar esta avaliação, o Conselho de Administração considerou uma ampla gama de informações, incluindo projecções de rentabilidade, requisitos de capital regulamentar e necessidades de financiamento, e ainda, análise de cenários macroeconómicos e os seus potenciais impactos na rentabilidade, capital e liquidez do Banco.

Foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco aos 04 de Abril de 2024.

1.1.1. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional do Banco é o Metical. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em meticais, arredondados para a unidade do Metical (MT) mais próxima.

1.1.2. Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir das estimativas. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e constituem uma base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes.

Os pressupostos em que as estimativas assentam são objecto de análise contínua. Estas revisões de estimativas contabilísticas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

O Banco usa o julgamento ao estabelecer os critérios para avaliar se o risco de crédito associado a um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Esse processo inclui a definição da metodologia a incorporar na informação prospectiva para a mensuração da perda de crédito esperada (ECL), e na selecção e aprovação dos modelos utilizados para mensurar a ECL.

- Nota 2.2.9.: (ii): Classificação dos activos financeiros: avaliação do modelo de negócio dentro do qual os activos são mantidos e a avaliação se os termos contratuais do activo financeiro são SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) sobre o valor principal em aberto.
- Nota 3.1.5.: Estabelece os critérios para determinar se o risco de crédito num activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, estabelecendo a metodologia correspondente.

b) Pressupostos

As informações sobre as premissas e as incertezas de estimativa na data do relatório que tenham um risco significativo de resultar num ajuste material nos valores contabilísticos de activos e passivos estão incluídos nas seguintes notas:

- Nota 2.2.8.: Activos por impostos diferidos - o reconhecimento de imposto diferido activo pressupõe a existência de lucro e matéria colectável suficientes no futuro. O imposto diferido activo foi determinado com base na legislação fiscal actualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação futura;
- Nota 2.2.9. (ix): Justo valor de instrumentos financeiros - preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para a transferência de um passivo numa transacção normal entre participantes no mercado na data de mensuração;
- Nota 2.2.9. (x): Imparidade dos instrumentos financeiros - determinada através dos *inputs* no modelo de mensuração da perda de crédito esperada (ECL), o qual engloba a integração de informações prospectivas.

1.1.3. Alterações nas políticas contabilísticas e divulgações

As políticas contabilísticas adoptadas são consistentes com as utilizadas no exercício anterior, excepto quanto à adopção das seguintes normas, emendas e revisões, as quais têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em ou após 1 de Janeiro de 2023:

Norma	Períodos anuais iniciados a ou após
IAS 12	1 de Janeiro de 2023
IAS 1 and IFRS practice Statement 2	1 de Janeiro de 2023
IAS 1	1 de Janeiro de 2023
IAS 8	1 de Janeiro de 2023

Estas alterações às normas não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

2.2. Síntese das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas durante o exercício de 2023 foram as seguintes:

1.1.1. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são convertidas mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data da operação. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data do relato. As diferenças cambiais resultantes da conversão são registadas na demonstração do rendimento integral. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data da correspondente operação.

1.1.2. Ganhos e perdas cambiais

A quantia escriturada dos activos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinada nessa moeda estrangeira e convertida pela taxa à vista no final de cada período de relato financeiro. Especificamente:

- Para activos financeiros mensurados ao custo amortizado que não fazem parte de um relacionamento de *hedge* designado, as diferenças de câmbio são reconhecidas no resultado na linha de "outros resultados";
- Para instrumentos de dívida mensurados ao justo valor, através de outro rendimento integral que não fazem parte de um relacionamento de *hedge* designado, as diferenças de câmbio sobre o custo amortizado do instrumento da dívida são reconhecidas no resultado na linha de "outros rendimentos". Outras diferenças cambiais são reconhecidas em outro rendimento integral na reserva de reavaliação de investimentos;
- Para instrumentos de capital próprio mensurado ao justo valor, através de outro rendimento integral, as diferenças de câmbio são reconhecidas em outro rendimento integral na reserva de reavaliação de investimentos.

1.1.3. Juros e rendimentos similares

Os rendimentos e gastos financeiros para todos os instrumentos financeiros, excepto aqueles classificados como mantidos para a negociação ou todas as outras variações do justo valor dos activos e passivos detidos para a negociação, são reconhecidos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), através do método da taxa de juros efectiva.

A taxa de juro efectiva (TJE) é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados do instrumento financeiro ao longo da sua vida esperada, ou, quando apropriado, num período mais curto, para o valor líquido actual do activo ou passivo financeiro. O seu cálculo inclui todas as taxas pagas ou recebidas, custos de transacção e todos os descontos ou prémios que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção representam os custos marginais directamente atribuíveis à aquisição, emissão ou venda de um activo ou passivo financeiro.

O Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro classificados nos estágios 1 e 2, apurados aplicando a taxa de juro efectiva a cada contrato sobre o seu valor bruto de balanço. O valor bruto de balanço de um contrato é o seu custo amortizado antes da dedução da respectiva imparidade. Para os contratos de instrumentos financeiros classificados no estágio 3, os juros são reconhecidos na Margem Financeira com base no seu valor de balanço líquido (deduzido da imparidade). O reconhecimento de juros é efectuado sempre de forma prospectiva, isto é, o reconhecimento de juros sobre o custo amortizado líquido de imparidade ocorre com início na data em que entra para o estágio 3. Na conta de balanço, juros a receber, o juro é reconhecido na totalidade.

Apresentação

Os juros e rendimentos similares são determinados através do método da taxa de juro efectivo apresentado na Demonstração do Rendimento Integral na qual inclui:

- Juros sobre activos financeiros e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado;
- Juros sobre instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os juros e encargos similares apresentados na Demonstração do Rendimento Integral incluem passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e encargos com juros sobre passivos de locação.

1.1.4. Receita de serviços e comissões

Os resultados de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- Quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

As outras despesas de taxas e comissões referem-se, principalmente, às taxas de transacções e serviços, as quais são reconhecidas como despesas, à medida que os serviços forem sendo recebidos.

Os contratos com clientes que resultam no reconhecimento de instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras do Banco podem ser parcialmente enquadráveis na NIRF 9 ou NIRF 15. O Banco aplica primeiramente a NIRF 9 para mensurar e separar a parte contratual enquadrável a NIRF 9 sendo o remanescente aplicado a NIRF 15.

1.1.5. Resultados em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras incluem os ganhos e perdas que resultarem das transacções de comercialização de moeda estrangeira e da conversão para moeda nacional de itens monetários em moeda estrangeira e os juros e variações no justo valor dos activos e passivos detidos para negociação.

1.1.6. Dividendos

O rendimento de dividendos é reconhecido quando o direito de receber o pagamento é estabelecido. Esta é a data do último dividendo para os valores mobiliários listados e, geralmente, a data em que os accionistas aprovam o dividendo para acções não listadas.

1.1.7. Locações

No momento da celebração dos contratos, o Banco avalia se o contrato se refere ou não a uma locação. Um contrato contém uma locação se compõe o direito de uso de activo identificado por um determinado período de tempo em troca de uma compensação.

Banco enquanto locatário

No momento da celebração ou da modificação de um contrato que contenha uma componente de locação, o Banco imputa a retribuição no contrato a cada componente da locação tendo por base o respectivo preço relativo. No entanto, dos activos sobre o direito de uso, o Banco escolheu não separar os componentes não abrangidos pela locação e as contas para os componentes abrangidos ou não pela locação como componentes singulares de locação.

O Banco reconhece os activos de que detenha o direito de uso e a responsabilidade da locação na data de início da locação. Os activos com direito de uso são inicialmente mensurados pelo custo, que inclui o montante inicial da responsabilidade pela locação ajustado por eventuais pagamentos efectuados para a locação na data de início ou previamente, mais eventuais custos directos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos de desmontagem ou remoção de eventuais melhorias aplicadas aos activos sobre o direito de uso.

Os activos com direito de uso são subsequentemente amortizados pelo método linear, desde a data do início até ao fim do período de locação. Adicionalmente, os activos com direito de uso são reduzidos periodicamente por eventuais perdas de imparidade e ajustados para mensurações específicas da responsabilidade da locação.

A responsabilidade da locação é inicialmente mensurada pelo valor actual dos pagamentos da locação que não sejam efectuados à data do seu início, descontada a taxa de juro implícita na locação, ou, se essa taxa não puder ser facilmente determinada, a taxa de empréstimo incremental do Banco. Geralmente, o Banco usa a sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

O Banco determina a sua taxa de empréstimo incremental, analisando os seus empréstimos junto de várias origens externas e procede a determinados ajustes para reflectir os termos da locação e o tipo do activo locado.

Os pagamentos da locação incluídos na mensuração da responsabilidade desta incluem os seguintes:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos substancialmente fixos;
- Pagamentos variáveis de locações que dependam de índices ou de taxas, mensurados inicialmente utilizando o valor do índice ou da taxa na data de início;
- Montantes cujo pagamento seja expectável ao abrigo de uma garantia de valor residual; e
- O preço de exercício associado a uma opção de compra que o Banco tenha certeza razoável para exercitar, os pagamentos de locações durante um período de renovação opcional se o Banco tiver certeza razoável de exercer uma opção de extensão e as penalidades para a rescisão antecipada a menos que o Banco tenha certeza razoável de não rescindir antecipadamente.

A responsabilidade da locação é mensurada pelo custo amortizado usando o método dos juros efectivos. É remensurada caso se verifiquem alterações nos pagamentos futuros da locação decorrentes das alterações de índices ou taxas, em caso de existir uma alteração na estimativa do Banco relativamente ao montante que se espera ser pago ao abrigo de uma garantia de valor residual, se o Banco alterar a sua avaliação relativamente ao exercício ou não de uma opção de compra, extensão ou rescisão, ou se se verificar uma revisão de um pagamento de locação substancialmente fixo.

Quando a responsabilidade da locação é remensurada desta forma é realizado um ajuste correspondente ao valor contabilístico do activo com direito de uso, ou será contabilizada na conta de resultados, caso o valor contabilístico do activo com direito de uso tenha sido reduzido a zero.

O Banco contabiliza os activos com direito de uso como tangíveis e as responsabilidades de locação como outras responsabilidades de demonstração da posição financeira.

Locações de curto prazo e locações de activos de baixo valor

O Banco optou por não reconhecer os activos com direito de uso e os passivos de locação para locações de activos de baixo valor e para locações de curto prazo, nomeadamente, as locações de equipamentos informáticos. O Banco reconhece os pagamentos de locações associadas a estas locações como despesas distribuídas linearmente ao longo do período de locação.

1.1.8. Imposto corrente e diferido

O gasto com o imposto sobre o lucro do exercício inclui o imposto corrente e o diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido em ganhos ou perdas, excepto a parte que diz respeito aos *itens* directamente reconhecidos em capital próprio ou no Rendimento Integral.

O imposto corrente é aquele que se espera pagar ou receber sobre o rendimento ou prejuízo tributável do exercício, com utilização das taxas prescritas por lei, ou que estejam em vigor à data do balanço e qualquer ajustamento ao imposto a pagar respeitante a anos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido segundo o método do balanço, fornecido para diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos, com vista à preparação de relatórios financeiros e os valores usados para efeitos de tributação. O valor do imposto diferido apurado baseia-se na forma esperada de realização ou de determinação do valor contabilístico dos activos e passivos, com a utilização de taxas prescritas por lei ou em vigor à data do balanço.

Um activo por imposto diferido é reconhecido para prejuízos fiscais não usados, créditos fiscais e diferenças temporárias quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos. Os impostos por activos diferidos são avaliados a cada data do balanço e reduzidos no pressuposto de que não é mais provável que o benefício do imposto seja realizado.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Em cada encerramento contabilístico, os impostos diferidos registados são revistos, tantos os activos como os passivos, com o objectivo de comprovar que se mantêm vigentes, efectuando-se as correcções sobre os mesmos.

1.1.9. Activos e passivos financeiros

- (i) Reconhecimento e mensuração inicial

O Banco faz o reconhecimento inicial dos empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação que é a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os activos e passivos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, desde que não sejam classificados ao justo valor, através de resultados. O justo valor de um instrumento financeiro é geralmente o preço da transacção.

- (ii) Classificação

Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, que é a data em que o Banco se compromete a adquirir ou a alienar o activo. A classificação dos activos financeiros pode ser efectuada em três categorias, usando diferentes critérios de mensuração (justo valor através de resultados, justo valor através do outro rendimento integral e custo amortizado). A classificação dos activos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual os activos financeiros são geridos, bem como nas características dos fluxos de caixa contratuais.

O Banco classifica os activos financeiros da seguinte forma:

- Activos financeiros ao custo amortizado - os activos financeiros detidos com o objectivo de receber fluxos de caixa contratuais e que em simultâneo respeitam o princípio de pagamentos exclusivos de capital e juros (SPPI). Os activos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao custo amortizado. Os activos financeiros nesta categoria são sujeitos à avaliação de perdas por imparidade e reconhecidos em resultados.
- Activos financeiros ao justo valor, através de outro rendimento integral - são registados nesta categoria de activos financeiros que o Banco detém com o objectivo de receber capital e juros contratuais ou a vender, que respeitam o critério SPPI. Os activos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos e posteriormente mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são reconhecidas no rendimento integral, excepto no reconhecimento dos ganhos ou perdas por imparidade, receita de juros e ganhos e perdas cambiais que são reconhecidas no resultado líquido.
- Activos financeiros ao justo valor, através de resultados - são uma categoria residual, na qual são classificados os activos financeiros que não cumprem os requisitos para serem classificados nas categorias de custo amortizado ou de justo valor, através de outro rendimento integral. Os activos financeiros incluídos na categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor com todas as alterações reconhecidas no resultado líquido.

- (iii) Avaliação do modelo de negócio

O Banco efectua uma avaliação do objectivo de um modelo de negócio no qual um activo é detido ao nível da carteira, tomando em conta que reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e as informações são fornecidas à gestão. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objectivos declarados para a carteira e o funcionamento dessas políticas na prática, tomando em consideração, a estratégia da gestão face aos *cash flows* contratuais, mantendo um perfil específico da taxa de juro, combinando a duração dos activos financeiros com a duração dos passivos que estão a financiar esses activos ou a realizar fluxos de caixa através da venda dos activos;
 - O modelo de avaliação e reporte do desempenho da carteira à gestão;
 - Os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e a sua estratégia de como esses riscos são geridos;
 - A remuneração dos gestores de negócio - e.g. em que medida a compensação depende do justo valor dos activos sob gestão ou dos *cash flows* contratuais recebidos; e
 - A frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas e as suas expectativas sobre a actividade de vendas futuras. Porém, as informações sobre as actividades das vendas não são consideradas separadamente, mas como parte de uma avaliação geral de como o objectivo declarado do Banco para gerir os activos financeiros é atingido e como os fluxos de caixa são realizados.
- (iv) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos relativos ao capital e aos juros.

Para efeitos de avaliação, o capital é definido como o justo valor do activo financeiro no seu reconhecimento inicial. Os juros são o valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito associado ao valor do capital a receber para um determinado período de tempo, incluindo outros riscos básicos de empréstimos e custos (por exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), bem como a margem de lucro.

Aquando da avaliação de fluxos de caixa contratuais, o Banco considera os termos contratuais básicos do activo financeiro. Isto pressupõe avaliar se o activo financeiro que contém um termo contratual, pode alterar o prazo e o valor dos fluxos de caixas contratuais, de forma que ele não satisfaça a essa condição. Nesta avaliação, o Banco considera o seguinte:

- Eventos contingentes que podem alterar o prazo e o valor dos fluxos de caixa contratuais;
- Outros recursos;
- Condições contratuais que alteram o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais;
- Termos que limitam o Banco de recuperar ou reivindicar fluxos de caixa referentes a activos específicos (exemplo: empréstimos sem recursos);
- Elementos que alteram o prazo e o valor dos fluxos de caixa contratuais (ex.: redefinição periódica das taxas de juros).

O Banco detém uma carteira de crédito à taxa de juro variável, pela qual tem a opção de rever as taxas de juros em datas de redefinição periódica. Este direito de revisão está limitado à taxa de juro de mercado à data da revisão. O Banco determinou que os fluxos de caixa contratuais dos seus empréstimos são apenas SPPI.

- (v) Reclassificação

Os activos financeiros não são reclassificados posteriormente ao seu reconhecimento inicial, excepto no período após o Banco ter alterado o seu modelo de negócio para a gestão de activos financeiros.

- (vi) Desreconhecimento

Activos financeiros

O Banco desreconhece um activo financeiro quando: (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram; (ii) tenha se transferido os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais, através de uma transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua *deteccão ou tenha transferido o controlo sobre os activos*.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre o valor contabilístico do activo (ou o valor contabilístico alocado à parte do activo desreconhecido) e a soma: (i) do valor recebido (incluindo qualquer activo novo obtido menos qualquer passivo novo assumido); (ii) de qualquer ganho ou perda acumulado que tenha sido reconhecido no rendimento integral é reconhecido em resultados.

Quaisquer juros em activos financeiros transferidos que se qualificam para desreconhecimento e que sejam criados ou retidos pelo Banco são reconhecidos como um activo ou passivo em separado.

Nos casos em que o Banco realiza operações em que transfere os activos reconhecidos na demonstração da posição financeira, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou uma parte deles, os activos transferidos não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando tem as suas obrigações contratuais satisfeitas, canceladas ou quando estas expiram.

- (vii) Modificações de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Se os termos de um activo financeiro forem modificados, neste caso, o Banco avaliará se os fluxos de caixa do activo modificado são substancialmente diferentes.

Se os fluxos de caixa forem diferentes de forma substancial, os direitos contratuais dos fluxos de caixa do activo financeiro original são considerados expirados. Neste caso, o activo financeiro original é desreconhecido e é reconhecido um novo activo financeiro pelo justo valor, acrescido de possíveis custos de transacção elegíveis.

Quaisquer comissões recebidas como parte da modificação são contabilizadas do seguinte modo:

- As comissões consideradas na determinação do justo valor do novo activo e as representativas do reembolso dos custos de transacção são incluídas na mensuração inicial do activo; e
- As outras comissões são incluídas na demonstração de resultados, como parte dos ganhos ou perdas por desreconhecimento.

Se os fluxos de caixa forem alterados quando o mutuário enfrentar dificuldades económicas, o objectivo da modificação será, normalmente, a maximização da recuperação dos termos contratuais originais em vez de originar um novo activo com termos substancialmente diferentes. Se o Banco planear a modificação de um activo financeiro de uma forma que implique o perdão de fluxos de caixa, começará por considerar a possibilidade de liquidação de uma porção do activo antes de a modificação ocorrer. Esta abordagem afecta o resultado da avaliação quantitativa e significa que, nestes casos, os critérios de desreconhecimento não são normalmente cumpridos.

Se a modificação de um activo financeiro mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor, através de outro rendimento integral não tiver como consequência o desreconhecimento do activo financeiro, o Banco começará por recalculer o valor contabilístico bruto do activo financeiro usando a taxa de juro efectivo original do activo e em seguida reconhecerá o ajuste resultante como um ganho de modificação ou uma perda na conta de resultados. Para os activos financeiros de taxa variável, a taxa de juro efectivo original usada para calcular os ganhos ou perdas com a modificação é ajustada para reflectir as condições de mercado correntes no momento da modificação. Quaisquer custos ou comissões incorridas ou comissões de modificação recebidas ajustam o valor contabilístico bruto do activo financeiro modificado e são amortizadas durante o período remanescente do activo financeiro modificado.

Se uma modificação deste tipo ocorrer devido às dificuldades financeiras do mutuário, o ganho ou perda será apresentado juntamente com as perdas por imparidade. Noutros casos, será apresentado como receita financeira calculada, através do método da taxa de juro efectivo.

Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificados são substancialmente diferentes. Neste caso, é reconhecido um novo passivo financeiro pelo justo valor e baseado nos termos modificados. A diferença entre o valor contabilístico do passivo financeiro desreconhecido e a contrapartida paga é reconhecida na conta dos resultados. A contrapartida paga inclui os activos não-financeiros transferidos, se existirem, e a assunção dos passivos, nomeadamente, do passivo financeiro recém-modificado.

Se a modificação de um passivo financeiro não for contabilizada como desreconhecimento, o custo amortizado do passivo será recalculado por desconto dos fluxos de caixa modificados à taxa de juro efectivo original e os ganhos ou perdas daí resultantes são reconhecidos na conta dos resultados. Para os passivos financeiros de taxa variável, a taxa de juro efectivo original usada para calcular os ganhos ou perdas com a modificação é ajustada para reflectir as condições de mercado correntes no momento da modificação. Quaisquer custos ou comissões incorridas são reconhecidos como um ajuste ao valor contabilístico do passivo e amortizados ao longo do prazo remanescente do passivo financeiro modificado, através do recálculo da taxa de juro efectivo aplicada ao instrumento.

(viii) Compensação

Os activos financeiros e passivos financeiros são compensados pelo montante líquido apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, o Banco tiver um direito legal de compensar os montantes e pretender liquidá-los numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os rendimentos e custos são apresentados numa base líquida, apenas quando tal for permitido pelas NIRF, ou para rendimentos e custos provenientes de transacções similares do Banco na sua actividade operacional.

(ix) Mensuração do justo valor

O justo valor é o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago pela transferência de um passivo numa transacção normal entre participantes no mercado à data de mensuração do capital, ou, na sua ausência, o preço de mercado mais vantajoso a que o Banco tenha acesso nessa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de incumprimento.

O Banco mensura o justo valor de um instrumento usando o preço estabelecido num mercado activo para esse instrumento quando disponível. Um mercado é considerado activo se as transacções sobre o activo ou passivo se realizarem com frequência e volume suficiente para fornecer informações sobre o preço de forma contínua.

Se não existir um preço estabelecido num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização de dados relevantes observáveis e minimizando a utilização de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado levariam em consideração ao determinar o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um activo financeiro no reconhecimento inicial é, normalmente, o preço de transacção - ou seja, o justo valor da contrapartida dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção e o justo valor não é evidenciado por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo semelhante, nem baseado numa técnica de avaliação para qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, o activo financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor, ajustado para aferir a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da transacção. Subsequentemente, essa diferença é reconhecida na demonstração de resultados numa base adequada ao longo da vida do activo, mas não depois de a avaliação ser totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transacção ser encerrada.

(x) Perdas de crédito esperadas (PCE)

A política do Banco exige que em cada data do balanço seja avaliada a existência de evidência objectiva de imparidades em activos financeiros que sejam mensurados com base no custo amortizado ou com base no justo valor, através de outro rendimento integral e em exposições extra-patrimoniais (compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira), com base em um modelo interno de cálculo objectivo e independente, que permite determinar as perdas de crédito esperadas.

O modelo de PCE toma em consideração as informações históricas e actuais e requer decisões de gestão, estimativas e pressupostos, particularmente nos seguintes domínios: avaliação da existência de um aumento significativo do risco desde o momento de reconhecimento inicial (SICR) e incorporação da informação *forward - looking*. O modelo determina as perdas de crédito esperadas de cada operação em função da deterioração do risco de crédito verificada desde o seu reconhecimento inicial, tendo a classificação das operações nos seguintes estágios:

Estágio 1	PCE até 12 meses é aplicável às operações que não tenham sofrido um aumento significativo do risco de crédito desde o seu registo inicial e não tenham incorrido em perdas por imparidade. Para estas exposições, as imparidades são reconhecidas com base nas PCE por eventos de incumprimento que sejam possíveis no prazo de 12 meses, a contar da data do balanço e para os activos com uma maturidade inferior a 12 meses.
Estágio 2	PCE até à maturidade do contrato é aplicável para exposições para as quais o risco de crédito tenha aumentado, significativamente, desde o reconhecimento inicial, mas ainda não tenha incorrido em perdas por imparidade. Neste estágio, o Banco reconhece perdas de crédito esperadas correspondentes ao período remanescente da vida útil estimado do activo financeiro. O aumento significativo do risco de crédito é avaliado com base numa série de factores quantitativos e qualitativos do mutuário, cujo peso depende do tipo de produto e da contraparte. Qualquer exposição que ultrapasse os 30 dias de incumprimento, também será incluída neste estágio.
Estágio 3 (Activos com imparidade)	PCE até à maturidade do contrato é aplicável para exposições que satisfazem a definição de incumprimento, quando é improvável que o mutuário pague na íntegra as suas obrigações de crédito ao Banco, sem que este tenha de recorrer à execução de garantias (se houver alguma); ou se o activo financeiro se encontrar vencido há mais de 90 dias. As provisões de perda contra activos financeiros em imparidade de crédito são determinadas com base numa avaliação dos fluxos de caixa que poderão resultar na execução das garantias ou de colaterais associados ao crédito concedido, deduzido dos custos inerentes ao respectivo processo de recuperação. As provisões para perdas realizadas representam a diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber, designado por valor recuperável, descontado com base na taxa de juro efectivo original do activo e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Mensuração da Perda de Crédito Esperada

A Perda de Crédito Esperada é uma estimativa das perdas de crédito ponderadas pela probabilidade. A sua mensuração é feita da seguinte forma:

- Activos financeiros que não apresentem imparidade de crédito à data do balanço: como o valor actual de todas as insuficiências de fluxos financeiros esperadas (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber);
- Activos financeiros com imparidade de crédito à data do balanço: como a diferença entre o valor contabilístico bruto e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados;
- Compromissos de empréstimos não realizados: como o valor actual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Banco se o compromisso for levantado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e
- Contratos de garantia financeira: os pagamentos esperados para reembolsar pelo titular líquidos de quaisquer montantes que o Banco espera recuperar.

Para o desconto de fluxos de caixa futuros, o Banco considera a taxa que reflecte a actual avaliação de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos dos fluxos de caixa.

Activos financeiros reestruturados

Se os termos de um activo financeiro forem renegociados ou modificados ou se um activo financeiro existente for substituído por um novo devido às dificuldades financeiras do mutuário é realizada uma avaliação para determinar se o activo financeiro deve ser desreconhecido e as perdas de crédito esperadas são mensuradas da seguinte forma:

- Se a reestruturação esperada não resultar no desreconhecimento do activo existente, os fluxos de caixa esperados resultantes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo da insuficiência do fluxo de caixa financeiros esperados do activo existente;
- Se a reestruturação esperada resultar no desreconhecimento do activo existente, então, o justo valor esperado do novo activo é tratado como um fluxo de caixa final do activo financeiro existente no momento do seu desreconhecimento. Este valor é incluído no cálculo da insuficiência de fluxo de caixa financeiro dos activos financeiros existentes que são descontados desde a data esperada de desreconhecimento até à data do balanço utilizando a taxa de juro efectiva original do activo financeiro existente.

Activos financeiros com imparidades de crédito

A cada data do balanço, o Banco avalia se os activos financeiros registados ao custo amortizado e ao justo valor, através de outro rendimento integral estão em imparidade. Na avaliação para verificar se um activo está em imparidade, o Banco toma em consideração os seguintes factores:

- Dificuldades financeiras significativas do mutuário ou emitente;
- Uma violação de contrato, como um evento de incumprimento ou de vencimento ultrapassado;
- A reestruturação de um empréstimo ou adiantamento em condições que o Banco não consideraria de outra forma;
- Tornar-se provável que o mutuário vá entrar em processo de falência ou outra reestruturação financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse título devido às dificuldades financeiras.

Um empréstimo que tenha sido renegociado devido a uma deterioração da condição do mutuário é, normalmente, considerado como tendo imparidade de crédito, a menos que haja evidência de que o risco de não receber fluxos de caixa contratuais tenha diminuído, significativamente, e não existam outros indicadores de imparidade.

O Banco considera os seguintes factores ao avaliar se um investimento em dívida soberana tem ou não imparidade de crédito:

- A avaliação da fiabilidade creditícia do mercado, reflectida nas taxas de rentabilidade das obrigações;
- As avaliações das agências de notação sobre a fiabilidade creditícia;
- A capacidade de o país aceder aos mercados de capitais para a emissão de nova dívida;
- A probabilidade de a dívida ser reestruturada, resultando em perdas para os titulares, através do perdão voluntário ou obrigatório da dívida;
- Os mecanismos de apoio internacional em vigor para fornecer o apoio necessário como prestador de último recurso àquele país, bem como a intenção, reflectida em declarações públicas, dos governos e agências de utilizar esses mecanismos. Tal inclui uma avaliação da profundidade desses mecanismos, e, independentemente da intenção política, se há capacidade de cumprir os critérios exigidos.

Apresentação da provisão para perdas esperadas (PCE) na demonstração da posição financeira

As provisões para PCE são apresentadas na demonstração da posição financeira da seguinte forma:

- Para activos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor, através de outro rendimento integral - são apresentados como uma dedução do valor bruto dos activos;
- Para compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira - são apresentados como provisão; e
- Quando um instrumento financeiro inclui tanto uma componente cuja garantia foi accionada ou não e o Banco não pode identificar a PCE na componente de compromisso de empréstimo, separadamente daquela cuja garantia foi accionada, o Banco apresenta uma provisão de perda combinada para ambas as componentes. O montante combinado é apresentado como uma dedução do valor contabilístico bruto da componente cuja garantia foi accionada. Qualquer excesso de provisão para perdas sobre o valor bruto da componente cuja garantia foi accionada é apresentado como uma provisão.

(xi) Crédito abatido ao activo (*Writte offs*)

Empréstimos e títulos de dívida são abatidos quando o Banco não tem expectativas razoáveis de recuperar o activo financeiro (seja em sua totalidade ou parte dele). Esse é o caso quando o Banco determina que o mutuário não possui activos ou fontes de rendimento que possam gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos ao abate. Um abate constitui um evento de desreconhecimento. O Banco pode aplicar actividades de execução a activos financeiros abatidos. As recuperações das actividades de execução do Banco resultam em ganhos de imparidade.

1.1.10. Contratos de garantia financeira detidos

O Banco avalia se um contrato de garantia financeira é um elemento integrante de um activo financeiro que é contabilizado como uma componente desse instrumento ou se é um contrato que é contabilizado separadamente. O Banco toma em consideração os seguintes factores no processo de avaliação:

- A garantia faz implicitamente parte dos termos contratuais do instrumento de dívida;
- A garantia é exigida pelas leis e regulamentos que regem o contrato do instrumento de dívida;
- A garantia é constituída ao mesmo tempo que o instrumento de dívida e em contemplação do mesmo;
- A garantia é prestada pela empresa-mãe do mutuário ou por outra empresa do Banco do mutuário.

Se o Banco determinar que a garantia é um elemento integrante do activo financeiro, qualquer prémio a pagar relacionado com o reconhecimento inicial do activo financeiro é tratado como um custo de transacção de aquisição do mesmo. O Banco considera o efeito da protecção na mensuração do justo valor do instrumento de dívida na mensuração das perdas de crédito esperadas.

Se o Banco determinar que a garantia não é um elemento integrante do instrumento de dívida reconhecerá que um activo representa qualquer pré-pagamento do prémio de garantia e um direito à compensação por perdas de crédito. Um activo com prémio pré-pago, apenas é reconhecido se a exposição garantida não estiver com imparidade de crédito nem tiver sofrido um aumento significativo no risco de crédito no momento de aquisição da garantia, sendo estes activos reconhecidos em outros activos e os ganhos ou perdas sobre um direito de compensação apresentados em resultados na rubrica perdas por imparidade em instrumentos financeiros.

1.1.11. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses, a contar da data de aquisição/contratação cujo risco de variação de valor é imaterial, e são utilizados pelo Banco na gestão de seus compromissos de curto prazo, onde se incluem caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

Caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto do Banco de Moçambique.

1.1.12. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço seja essencialmente recuperado, através da venda e esta seja considerada muito provável.

Para que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Que a probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- Que o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual; e

– Esperando-se que a venda seja realizada num período até doze meses, após a classificação do activo nesta rubrica, exceptuando as situações em que o atraso na venda do activo seja causada por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Banco e se houver prova suficiente de este continuar comprometido com o plano de venda do activo.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados e são valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido dos custos de venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações efectuadas por entidades especializadas. Caso o valor registado em balanço seja inferior ao justo valor deduzido dos custos de venda são registadas perdas por imparidade na rubrica apropriada.

O Banco classifica nesta rubrica os imóveis e outros bens obtidos, através de recuperação de créditos vencidos, objecto de registo pelo valor da arrematação judicial e o valor em dívida é regularizado quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, por contrapartida do valor do crédito.

1.1.13. Empréstimos e adiantamentos

A rubrica de empréstimos e adiantamentos a bancos na demonstração da posição financeira inclui empréstimos e adiantamentos a bancos mensurados ao custo amortizado. Estes são inicialmente mensurados pelo justo valor, acrescido dos custos de transacção directos e incrementais, e posteriormente pelo seu custo amortizado, através do método do juro efectivo.

A rubrica empréstimos e adiantamentos a bancos na demonstração da posição financeira inclui:

– Empréstimos e adiantamentos mensurados ao custo amortizado. Estes são inicialmente mensurados pelo justo valor acrescido dos custos directos da transacção e incrementais e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado usando o método de juros efectivos;

– Empréstimos e adiantamentos que são obrigatoriamente mensurados pelo justo valor por via do resultado ou designados pelo justo valor por via do resultado, estes são mensurados ao justo valor com as alterações sendo reconhecidas imediatamente no resultado do exercício; e

– Valores a receber de locação.

Quando o Banco compra um activo financeiro e simultaneamente celebra um acordo para revender o activo (ou um activo substancialmente similar) a um preço fixo em uma data futura (reverse repo ou empréstimo de acções), a contraprestação paga é contabilizada como um empréstimo ou adiantamento e o activo subjacente não é reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco.

1.1.14. Investimentos em títulos

A rubrica de investimento em títulos na demonstração da posição financeira inclui:

– Títulos de dívida mensurados ao custo amortizado, sendo estes inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directos da transacção e incrementais, e subsequentemente, ao seu custo amortizado utilizando o método do juro efectivo;

– Títulos de investimento de capital e dívida são mensurados obrigatoriamente ao justo valor por via do resultado ou designados como justo valor por via do resultado. Estes títulos são mensurados pelo justo valor com as alterações serem reconhecidas imediatamente no resultado do exercício;

– Títulos de dívida mensurados pelo justo valor, através de outro rendimento integral;

– Títulos de investimento de capital designados como justo valor, através de outro rendimento integral.

Para os títulos de dívida mensurados pelo justo valor, através de outro rendimento integral, os ganhos e perdas são reconhecidos em outro rendimento integral, excepto os seguintes, que são reconhecidos na conta de resultados da mesma forma que para activos financeiros mensurados ao custo amortizado:

– Receita de juros usando o método de juros efectivos;

– PCE e reversões; e

– Ganhos e perdas cambiais.

Quando o título de dívida mensurado pelo justo valor, através de outro rendimento integral é desreconhecido, o ganho ou perda acumulado anteriormente reconhecido no outro rendimento integral é reclassificado do capital próprio para o resultado.

O Banco poderá optar por apresentar alterações no valor justo de certos investimentos em instrumentos de capital próprio que não estejam detidos para negociação no outro rendimento integral. A decisão para cada um dos instrumentos é feita no reconhecimento inicial e é irrevogável.

1.1.15. Activos tangíveis

Activos próprios

(i) Reconhecimento e mensuração

Os *itens* de Activos tangíveis são mensurados pelos valores históricos, líquidos de amortizações acumuladas e de prejuízos por redução do seu valor recuperável. O custo dos activos de construção própria inclui o custo dos materiais, trabalho directo e uma parcela adequada de custos indirectos de produção.

Nos casos em que um *item* de propriedade e equipamento inclua componentes principais com períodos de vida útil estimados diferentes, os mesmos são contabilizados como *itens* separados de propriedade e equipamento.

(ii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou são reconhecidos como um activo separado, conforme apropriado, e apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco e o custo do *item* puder ser medido de forma fiável. As restantes despesas com manutenção e reparação são reconhecidas em outras despesas operacionais durante o período financeiro em que as mesmas incorrerem.

Depreciação

A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes ao longo do seu período de vida útil estimada. Os períodos de vida útil estimada, actual e comparativo, são os seguintes:

As despesas em edifícios alheios são depreciadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Os valores residuais dos activos e a sua vida útil são revistos e ajustados, se necessário, em cada data do balanço. Os activos que são sujeitos à amortização são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou as mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contabilístico pode não ser recuperável. O valor contabilístico de um activo é, imediata e parcialmente ajustado para o seu valor recuperável, quando o valor contabilístico do activo é superior ao seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o justo valor do activo menos os custos de venda e o valor de uso, quando superior.

Os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e são incluídos noutras despesas operacionais na demonstração de resultados.

	Número de anos
▪ Edifícios	50
▪ Equipamento	4 - 10
▪ Veículos	4
▪ Outros bens imobilizados	6 - 10

1.1.16. Activos intangíveis

Os activos incorpóreos adquiridos pelo Banco são mensurados pelo seu custo histórico deduzido da amortização acumulada (ver abaixo) e das perdas acumuladas por imparidade e incluem o *software*.

Amortização

A amortização é reconhecida em resultados, sendo calculada segundo o método das quotas constantes ao longo do período de vida útil estimada dos activos incorpóreos. Os activos incorpóreos são amortizados durante um período máximo de 3 anos. Os métodos de amortização, a vida útil e o valor residual são revistos a cada data de reporte e ajustados, se necessário.

1.1.17. Imparidade de activos não financeiros

O Banco avalia, a cada data do relato, a quantia escriturada dos seus activos não-financeiros (que não sejam por impostos diferidos) para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Se existir uma tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo.

Para testar a imparidade, os activos são agrupados em grupos de activos mais pequenos que geram entradas em caixa decorrentes do uso continuado, que são maioritariamente independentes dos fluxos de caixa ou de outros activos.

A quantia recuperável de um activo e o maior entre o seu valor de utilização e o seu justo valor, deduzido dos custos de venda. O valor de utilização baseia-se nos fluxos de caixa futuros estimados, descontados para o seu valor actual usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflecta as actuais avaliações do mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o activo.

Quaisquer perdas por imparidade serão reconhecidas se a quantia escriturada de um activo exceder a sua quantia recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados.

1.1.18. Depósitos e títulos de dívida

Os depósitos e títulos de dívida constituem as fontes de financiamento da dívida do Banco.

Quando o Banco vende um activo financeiro, e simultaneamente celebra um acordo para recomprar o activo (ou um activo similar) a um preço fixo numa data futura (acordo de venda e recompra), a importância recebida é contabilizada como um depósito e o activo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco.

O Banco classifica os instrumentos de capital como passivos financeiros ou instrumentos de capital próprio de acordo com a substância dos termos contratuais dos instrumentos.

Os depósitos e títulos de dívida são inicialmente mensurados ao justo valor, deduzidos os custos directos da transacção e incrementais. Subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efectivos, excepto quando o Banco designa os passivos ao justo valor por via do resultado.

Quando o Banco designa um passivo financeiro ao justo valor por via do resultado, o valor da alteração no justo valor do passivo que é atribuível a alterações do seu risco de crédito é apresentado em outro rendimento integral como uma reserva de crédito do passivo. No reconhecimento inicial do passivo financeiro, o Banco avalia se a apresentação do valor da alteração no justo valor do passivo atribuível ao risco de crédito no outro rendimento integral criará ou ampliará um desfasamento contabilístico no resultado. Esta avaliação é feita usando uma análise de regressão para comparar:

– As mudanças esperadas no justo valor do passivo relacionadas a alterações no risco de crédito;

– O impacto nos resultados das alterações esperadas no justo valor dos instrumentos cujas características estejam economicamente relacionadas com as características do passivo.

Os valores apresentados na reserva de crédito do passivo não são posteriormente transferidos para o resultado. Quando estes instrumentos são desreconhecidos, o respetivo montante acumulado na reserva de crédito do passivo é transferido para os resultados transitados.

1.1.19. Garantias Financeiras e Compromissos de Empréstimos

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extra-patrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros rendimentos reconhecidos em resultados ao longo da vida das operações. Estas responsabilidades são sujeitas a testes de imparidade.

1.1.20. Provisões

O Banco reconhece provisões quando tem uma obrigação presente legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado, em que seja provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para cumprir a obrigação e o valor se possa estimar de forma fiável.

As provisões são mensuradas com base no valor presente dos custos que se espera que possam incorrer para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, reflectindo a avaliação actual do mercado do valor do dinheiro no tempo, e, quando necessário, o risco específico do passivo.

1.1.21. Benefícios aos empregados

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo ao pessoal, nomeadamente, os salários, os acréscimos de custos por desempenho, as deduções e os impostos sobre os salários são reconhecidos à medida que for prestado o serviço respectivo.

As obrigações originadas pelos benefícios de curto prazo são apuradas em função do valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo dos planos de bónus em dinheiro ou férias acumuladas, se o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

Benefícios por rescisão de contrato

Os benefícios por rescisão do contrato são reconhecidos como custo, quando o Banco se compromete, sem possibilidade realista de retirada, com um plano detalhado formal para rescindir o contrato de trabalho, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Se não se espera que os benefícios sejam totalmente liquidados no prazo de 12 meses, após a data de relato, então, estes são descontados.

1.1.22. Outros instrumentos de capital próprio

O Banco classifica os instrumentos emitidos como passivos financeiros ou instrumentos de capital próprio de acordo com a substância dos termos contratuais dos instrumentos. Os outros instrumentos de capital próprio do Banco não são resgatáveis pelos titulares e incluem direito a cupões ao critério exclusivo do Conselho de Administração. Dessa forma, são apresentados no capital próprio. As distribuições são, igualmente, reconhecidas no capital próprio. Com base na avaliação do Banco sobre os termos dos instrumentos, os pagamentos de cupões atendem à definição de dividendos. Assim, os respetivos impactos fiscais são reconhecidos nos resultados do exercício de acordo com a IAS 12, excepto se as transacções ou eventos que geraram esses lucros distribuíveis tenham sido reconhecidos fora dos resultados.

3. Gestão do risco financeiro

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. O risco pode ser descrito como sendo a medida do desvio em relação a uma determinada meta. O risco do Banco é gerido, através de um processo permanente de identificação, avaliação, monitorização e mitigação. Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado, liquidez e operacional - a que se encontra exposta a actividade do Banco.

O objectivo do BNI é o de atingir um equilíbrio permanente entre o risco e retorno e minimizar os efeitos potencialmente adversos sobre o seu desempenho financeiro.

As actividades nas quais o Banco está envolvido expõem-no a diversos riscos financeiros, sendo que essas actividades envolvem análise, avaliação, aceitação e gestão de um certo grau de risco ou combinação de riscos. Assumir riscos é essencial nos serviços financeiros desde que sejam devidamente avaliados e ponderados; os riscos de carácter operacional são uma consequência inevitável do exercício da actividade. O objectivo do BNI é o de atingir um equilíbrio adequado entre risco e retorno e minimizar os efeitos potencialmente adversos que possam afectar o seu desempenho financeiro.

O controlo e gestão de risco do BNI são realizados pelo Gabinete de Gestão de Risco (GGR), no âmbito das políticas aprovadas pela Comissão Executiva. Este Gabinete identifica, avalia e monitora os diversos riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais do Banco.

Os diversos órgãos de estrutura com intervenção na gestão de risco do BNI e as respectivas responsabilidades estão abaixo apresentados:

Órgãos de gestão e de governo

Os órgãos de gestão do BNI são o Conselho de Administração e a Comissão Executiva:

(i) Conselho de Administração (CA)

Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios do Banco e fiscalizar a sua gestão.

(ii) Comissão Executiva (CE)

À Comissão Executiva compete, entre outras atribuições, gerir os negócios sociais do Banco e praticar todos os actos relativos ao objecto social.

(iii) Estruturas de apoio à gestão:

a) Gabinete do Presidente (GPR) - é um órgão do primeiro nível da estrutura orgânica do BNI, responsável por assegurar a coordenação de todas as actividades e os processos inerentes ao Presidente, bem como a supervisão funcional das actividades de natureza técnica, administrativa e de assessoria inerentes à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração;

b) Gabinete de Auditoria Interna (GAI) - entre outras funções, compete a este Gabinete verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis ao Banco, a eficácia e a gestão dos sistemas e metodologias de gestão dos riscos e a adequação dos procedimentos de controlo de maior relevância;

c) Gabinete de Gestão do Risco (GGR) - é um órgão orientado para a protecção do capital do Banco, no que se refere ao risco de crédito, de mercado e operacional, e para o acompanhamento e controlo das operações de financiamento. Cabe ainda, a este órgão, reportar ao Conselho de Administração a síntese dos principais aspectos de avaliação global do risco, com vista a identificar as deficiências e os incumprimentos detectados, bem como, as medidas adoptadas para os corrigir e ou prevenir;

d) Gabinete de Controle Interno e *Compliance* (GCC) - está orientado para verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis ao Banco, a eficácia e a gestão dos sistemas e metodologias de controlo interno, bem como, a adequação dos procedimentos estabelecidos. Assegura, igualmente, a gestão do risco de *Compliance* e garante a execução dos procedimentos internos em matéria de prevenção do crime de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e do abuso de mercado. Cabe ainda a este órgão, assegurar a conformidade do Banco com as normas internas instituídas, com as do Regulador e outras instituições, bem como, o reporte ao Conselho de Administração da síntese dos principais aspectos de avaliação global do controlo interno e do *compliance*, com vista a identificar as deficiências e os incumprimentos detectados e as medidas adoptadas para os corrigir e/ou prevenir.

e) Gabinete de Assuntos Jurídicos (GAJ) - é o órgão responsável por assegurar a coordenação técnica e a supervisão funcional das actividades de natureza técnico-jurídicas, bem como, a optimização de soluções organizacionais e procedimentais de suporte à actividade do BNI, para assegurar a integralidade, certeza e segurança jurídicas das operações.

(iv) Comissão de Auditoria Interna

À Comissão de Auditoria Interna compete, entre outras funções, fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos.

(v) Existem três comités na estrutura organizativa do BNI que são responsáveis por apreciar e ou decidir propostas relativas à implementação da estratégia de negócio e de gestão de riscos, nomeadamente:

- Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO);
- Comité de Controlo Interno, Risco, *Compliance* e Auditoria (CIRCA) e;
- Comité de Investimento.

O processo de Gestão de Risco é crítico na garantia da rentabilidade contínua do BNI, encontrando-se cada colaborador consciente da exposição ao risco relacionado com as suas responsabilidades.

De entre outros riscos, o BNI encontra-se exposto aos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional.

3.1 Risco de crédito

O BNI está exposto ao risco de crédito que consiste na possibilidade de ocorrência de prejuízo financeiro decorrente do eventual não cumprimento integral e pontual, pela contraparte ou terceiro, das obrigações relativas ao serviço da dívida acordado nos termos do respectivo contrato. Provisões para imparidade são constituídas para cobrir as perdas esperadas de crédito à data do balanço.

3.1.1. Controlo dos limites de risco de crédito

A exposição ao risco de crédito é gerida através da análise regular da capacidade dos mutuários e potenciais mutuários atenderem aos juros e reembolso de capital e através da alteração dos limites de crédito, quando adequado.

A Comissão Executiva tem a responsabilidade de implementar a política de crédito e exigir as garantias adequadas aos clientes antes do desembolso dos empréstimos aprovados.

São, geralmente, obtidas cauções aceitáveis, sob a forma de dinheiro, existências, investimentos cotados em bolsa ou outros bens, penhora de equipamento que assegure uma cobertura não inferior a 120% do capital em risco e hipotecas sobre imóveis ou bens móveis sujeitos a registo.

Garantias

O Banco utiliza uma série de políticas e práticas para atenuar o risco de crédito. A mais tradicional delas é a obtenção de adiantamentos de fundos de segurança, que é uma política comum. O Banco implementa directivas orientadoras sobre a aceitabilidade das categorias específicas de garantias de crédito ou de redução do risco de crédito. Os principais tipos de garantia para os empréstimos e adiantamentos são:

- Hipotecas sobre bens imóveis;
- Encargos sobre bens comerciais, tais como: instalações, equipamentos, existências e contas a receber;
- Encargos sobre instrumentos financeiros, nomeadamente, títulos de dívida e acções; e
- Penhor de depósitos.

Os financiamentos e os empréstimos de longo prazo a entidades empresariais são geralmente garantidos. Além disso, a fim de minimizar a perda de créditos, o Banco procura obter garantias adicionais das contrapartes, logo que são observados os indicadores de imparidades para empréstimos e adiantamentos individuais correspectivos.

A garantia mantida como segurança de activos financeiros que não sejam empréstimos e adiantamentos é determinada pela natureza do instrumento.

Geralmente, os títulos de dívida, obrigações do tesouro ou outras obrigações elegíveis não estão sujeitos à entrega de garantias, com excepção dos títulos suportados por activos e instrumentos similares, que são garantidos pelas carteiras de instrumentos financeiros.

Gestão do Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito do BNI está centralizada basicamente na Direcção de Crédito - para análises individuais de empresas, entidades do sector público e agentes financeiros e no Gabinete de Gestão de Risco - para análises, controles e modelos de dimensão agregada da carteira, bem como da análise do nível de exposição regulamentar e a análise da concentração sectorial.

(i) Identificação

O risco de crédito no BNI é identificado através do apuramento dos seguintes indicadores:

- Indicador de concentração da carteira - para exposições por sectores, taxas de concentração da carteira, concentração individual e sectorial;
- Acompanhamento de limites - exposição ao sector público, exposição por cliente e exposição sectorial;
- Indicadores de incumprimento; e
- Mitigantes de risco.

(ii) Mensuração

O processo de medição do risco de crédito é efectuado tendo em conta (i) a natureza específica do crédito e as condições contratuais e financeiras (maturidade, taxa de juro); (ii) o comportamento do perfil de exposição face aos principais movimentos do mercado; (iii) a existência de mitigantes de risco de crédito (colaterais ou garantias); e (iv) o potencial de incumprimento baseado em cálculos das componentes de risco de crédito (PD - probabilidade de incumprimento; LGD - perda observada dada a ocorrência de incumprimento e EAD - exposição no momento de incumprimento).

(iii) Acompanhamento

O acompanhamento do risco de crédito é efectuado mensalmente com base na monitoria dos limites de exposição conforme os parâmetros estabelecidos em normativos internos, bem como em normativos regulamentares.

(iv) Controlo

O controlo de risco de crédito no BNI é efectuado através do estabelecimento de limites de risco em normativos internos (políticas e procedimentos) aprovados pelo Conselho de Administração que define responsabilidades e linhas de autoridade. Estes limites servem como elementos de controlo de exposição aos vários riscos associados às actividades da instituição.

(v) Comunicação

Periodicamente são reportados ao Conselho de Administração, o relatório de Gestão de Risco de Crédito e o Relatório de Exposição por Grupo Económico. O primeiro contém informações sobre a qualidade da carteira, além de indicadores de concentração, incumprimento, exposição ao sector público, e por cliente, exposição sectorial e individual e a parcela do capital regulamentar de risco de crédito.

O Gabinete de Gestão de Risco reporta, ainda, ao Conselho de Administração o relatório trimestral de Gestão de Risco de Crédito do BNI. Este relatório traz informações detalhadas sobre todas as operações de crédito do BNI, tais como, a situação de incumprimento, recuperação de crédito, contencioso e outras informações. Também contém as estimativas das componentes de risco de crédito, indicadores de concentração e apuramento do capital regulamentar. Sempre que solicitado, o BNI disponibiliza estas informações para o órgão regulador e demais órgãos de controlo externo.

3.1.2 Exposição máxima ao risco de crédito antes de garantias ou outros aumentos de crédito

Para os activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual aos valores contabilísticos. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar caso a garantia fosse accionada.

Exposições ao risco de crédito relativas a rubricas do balanço e extra-patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 é a seguinte:

A tabela acima evidencia 75% (2022: 78%) do total da exposição máxima relativa a *itens* do balanço que é representado por empréstimos a clientes.

3.1.3 Qualidade de crédito

A qualidade dos instrumentos financeiros do Banco encontrava-se da seguinte forma em 31 de Dezembro de 2023:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Exposição ao risco de crédito relativa a itens do balanço				
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	322,674,069		87,296,348	
Disponibilidades sobre instituições de crédito	228,075,918		328,224,615	
Aplicações em instituições de crédito	3,502,075,116		1,943,470,457	
Empréstimos a clientes	4,324,078,870		5,710,532,006	
Investimento em títulos	1,857,064,146		1,447,774,230	
Outros activos	525,332,718		709,814,449	
	10,759,300,837		10,227,112,105	
Exposições ao risco de crédito relativas a itens extrapatrimoniais:				
Créditos documentários	3,571,053,737		2,472,921,740	
Garantias financeiras	40,918,405		390,163,181	
	3,611,972,142		2,863,084,921	
	14,371,272,979		13,090,197,026	

A qualidade dos empréstimos e adiantamentos a clientes apresenta-se conforme a tabela que se segue:

	2023			
	Estágio 1 MT	Estágio 2 MT	Estágio 3 MT	Total MT
Caixa e depósitos no Banco Central	322,674,069	-	-	322,674,069
Disponibilidades em Instituições de crédito	228,075,918	-	-	228,075,918
Aplicações em instituições de crédito	3,502,075,116	-	-	3,502,075,116
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,988,421,623,06	137,772,289	1,197,884,957	4,324,078,869
Activos financeiros	1,857,064,146	-	-	1,857,064,146
Outros activos	525,332,718	-	-	525,332,718
	9,423,643,590	137,772,289	1,197,884,957	10,759,300,836
	2022			
	Estágio 1 MT	Estágio 2 MT	Estágio 3 MT	Total MT
Caixa e depósitos no Banco Central	87,296,348	-	-	87,296,348
Disponibilidades em Instituições de crédito	328,224,615	-	-	328,224,615
Aplicações em instituições de crédito	1,943,470,457	-	-	1,943,470,457
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3,929,309,433	434,582,358	1,346,640,215	5,710,532,006
Activos financeiros	1,447,774,230	-	-	1,447,774,230
Outros activos	709,814,449	-	-	709,814,449
	8,445,889,532	434,582,358	1,346,640,215	10,227,112,105

3.1.4 Perda de crédito esperada

Em 31 de Dezembro, o Banco apresentava a seguinte decomposição de imparidades para perdas de crédito esperado por sector de actividades:

	2023		
	Crédito bruto	Imparidade	Crédito líquido da imparidade
Crédito vencendo	3,157,787,605	(153,379,079)	3,004,408,526
Crédito vencido	1,493,472,675	(157,815,430)	1,335,657,245
Exposição sem imparidade individual	276,514,327	(14,739,565)	261,774,762
Exposição com imparidade individual	1,216,958,348	(143,075,865)	1,073,882,483
	4,651,260,280	(311,194,509)	4,340,065,771

	2022		
	Crédito bruto	Imparidade	Crédito líquido da imparidade
Crédito vencendo	3,835,554,766	(66,800,346)	3,768,754,420
Crédito vencido	2,177,834,633	(216,377,218)	1,961,457,415
Exposição sem imparidade individual	646,786,936	(31,969,736)	614,817,200
Exposição com imparidade individual	1,531,047,697	(184,407,482)	1,346,640,215
	6,013,389,399	(283,177,564)	5,730,211,835

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Transporte e Comunicações	15,298,231	940,817	15,298,231	940,817
Petróleo e Gás	23,889,627	26,847,387	23,889,627	26,847,387
Indústria	111,237,853	96,821,005	111,237,853	96,821,005
Agricultura	31,605,679	29,564,018	31,605,679	29,564,018
Comércio e Serviços	107,893,153	112,654,273	107,893,153	112,654,273
Sector Financeiro	617,713	-	617,713	-
Outros	20,652,252	16,350,064	20,652,252	16,350,064
	311,194,508	283,177,564	311,194,508	283,177,564

Com o objectivo de mitigar o risco de crédito, as operações de empréstimos e adiantamentos a clientes têm garantias as-sociadas, nomeadamente, hipotecas, penhores, garantias financeiras e garantias soberanas. O justo valor dessas garantias é determinado à data da concessão do crédito, sendo reavaliado periodicamente. Seguidamente apresenta-se o valor bruto dos créditos em 31 de Dezembro:

	2023				2022	
	Estágio 1 MT	Estágio 2 MT	Estágio 3 MT	Total MT	Total MT	
Saldo em 01 de janeiro	66,678,709	32,091,374	184,407,481	283,177,564	175,642,342	
Transferência para estágio 1	628,694	(458,336)	(170,358)	-	-	
Transferência para estágio 2	(4,187,680)	10,943,951	(6,756,271)	-	-	
Transferência para estágio 3	-	(17,550,047)	17,550,047	-	-	
Reforços/reduções	79,055,682	(5,102,459)	(26,155,870)	47,797,353	44,038,652	
Novas entradas	24,372,311	1,919,994	11,845,072	38,137,377	64,022,524	
Write-offs	(13,168,637)	(7,104,913)	(37,644,237)	(57,917,787)	(525,954)	
Saldo em 31 de Dezembro	153,379,079	14,739,564	143,075,864	311,194,507	283,177,564	

	2022				2021	
	Estágio 1 MT	Estágio 2 MT	Estágio 3 MT	Total MT	Total MT	
Saldo em 01 de janeiro	92,905,374	65,045,612	17,691,356	175,642,342	111,449,694	
Transferência para estágio 1	1,282,754	(1,282,754)	-	-	-	
Transferência para estágio 2	(5,315,360)	5,315,360	-	-	-	
Transferência para estágio 3	(12,578,071)	(15,970,171)	28,548,242	-	-	
Reforços	-	-	91,700,425	91,700,425	43,866,638	
Novas entradas	17,029,323	-	46,993,201	64,022,524	32,241,206	
Reduções	(26,645,100)	(21,016,673)	-	(47,661,773)	(11,915,194)	
Write-offs	(211)	-	(525,743)	(525,954)	-	
Saldo em 31 de Dezembro	66,678,709	32,091,374	184,407,481	283,177,564	175,642,344	

3.1.5 Aumento significativo do risco de crédito

Ao determinar se o risco de incumprimento de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco toma em consideração a informação razoável e sustentável que é relevante e disponível, sem custos ou esforços excessivos. Isto inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, baseadas na experiência histórica e na avaliação de crédito, incluindo informações previsionais.

O objectivo da avaliação é identificar se ocorreu um aumento significativo do risco de crédito para uma exposição, através da comparação dos seguintes elementos:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Hipoteca de imóveis	2,657,960,539	3,638,695,781	2,657,960,539	3,638,695,781
Penhor de depósito	528,826,349	291,488,893	528,826,349	291,488,893
Penhor de equipamentos	328,614,971	207,519,836	328,614,971	207,519,836
Garantia soberana	205,357,984	874,852,600	205,357,984	874,852,600
Garantias financeiras	876,131,394	946,274,495	876,131,394	946,274,495
Outras	54,369,043	54,557,794	54,369,043	54,557,794
	4,651,260,280	6,013,389,399	4,651,260,280	6,013,389,399

- A probabilidade de incumprimento (PD) remanescente durante a vida útil na data do balanço; e
- A probabilidade de incumprimento durante a vida útil restante para esse período estimado no momento do reconhecimento inicial da exposição (ajustada, quando apropriado, para alterações nas expectativas de pré-pagamento).

O Banco considera os seguintes critérios na avaliação do aumento significativo do risco de crédito: (i) um *backstop* de 30 dias vencidos; e (ii) indicadores qualitativos.

Classificação de risco de crédito

O Banco atribui para cada exposição uma classificação de crédito com base numa variedade de dados que é determinada como preditiva do risco de incumprimento e aplicando a análise qualitativa de crédito. Essas classificações variam dependendo da natureza da exposição e do tipo de mutuário.

A cada exposição é atribuído um grau de risco de crédito no reconhecimento inicial e, subsequentemente, se procede uma monitoria contínua, o que pode resultar na transferência de uma exposição para um grau de risco de crédito diferente. A monitoria normalmente envolve o uso dos seguintes dados:

Exposições corporativas	Exposições a retalho (colaboradores)	Todas exposições
<p>- Informações financeira dos clientes, como é o caso de demonstrações financeiras auditadas, contas da administração, orçamentos e projecções. Na análise da posição dos clientes, o Banco toma como foco o seguinte: rácios de rentabilidade, rácios de alavancagem financeira, cobertura do serviço da dívida, cumprimento de acordos, prazo médio de recebimento, qualidade da gestão e mudanças na gestão sénior.</p> <p>- Dados de agências de referência de crédito, artigos de imprensa, alterações nas classificações de crédito externas.</p> <p>- Mudanças significativas actuais e esperadas no ambiente macroeconómico, político, regulamentar e tecnológico do mutuário ou nas suas actividades de negócio.</p>	<p>O Banco toma em consideração a formação interna sobre o comportamento do colaborador, como é o caso do rendimento mensal do colaborador, exposições creditícias em outras instituições de crédito, intenção de denúncia do contrato de trabalho.</p>	<p>- Registo de pagamento - inclui o estado de atraso, bem como uma série de variáveis sobre os rácios de pagamento;</p> <p>- Uso do limite concedido;</p> <p>- Pedido e concessão de moratória;</p> <p>- Mudanças existentes e previstas nas condições de negócio, financeiras e económicas.</p>

Pressupostos para o apuramento dos PD

Para o cálculo e o apuramento dos PD, o Banco utiliza um modelo que é conduzido por uma matriz que consubstancia os seguintes pressupostos:

- Os PD são atribuídos em função do risco específico de cada cliente;
- Os clientes são agrupados em dois grupos: o primeiro grupo constituído por entidades privadas e internas (colaboradores) e o segundo grupo por entidades do Estado, públicas e bancos;
- O grau de risco de cada cliente é determinado ou apurado com base no modelo interno de graduação de risco, aprovado pelo Banco;
- A graduação do risco varia de baixo, moderado, alto e insatisfatório para as entidades privadas, públicas e bancos, enquanto para clientes internos e para o Estado é considerado por *default* risco baixo;
- O modelo de graduação de risco associa cada grau de risco a um intervalo e ainda a uma notação específica de risco por cada cliente. A notação de risco atribuída ao cliente varia de 0.00 a 5.00 onde o limite inferior representa o extremo do risco mais alto e o limite superior representa o extremo do risco mais baixo. Os PD são atribuídos de acordo com o grau de risco que varia de 0% a 100%, onde o limite inferior representa o extremo de risco mais baixo e o limite superior representa o extremo mais alto;
- O PD específico a ser imputado ao cliente é apurado ou extraído dentro do intervalo de risco do cliente, por via da multiplicação da percentagem que representa o limite máximo de cada intervalo de risco, pelo factor de determinação do PD, sendo a seguinte a fórmula do cálculo: $PD - específico = \%1 * (1 - \%2)$, onde: %1 representa o limite máximo de intervalo de risco de cada cliente e %2 representa a proporção que a notação de risco que o modelo atribui ao cliente, equivale dentro do intervalo de risco.

O modelo assume que o valor do PD 12 meses é igual a PD *lifetime*, no pressuposto de que, o risco da operação no curto prazo, irá oscilar dentro do padrão até à maturidade.

Avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente

Como indicador geral considera-se que o risco de crédito de uma determinada exposição aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial se, com base num empréstimo estiver vencido há 30 dias ou mais. Os dias em atraso são determinados através da contagem do número de dias desde a data de vencimento em relação à qual o pagamento não tenha sido recebido.

Se houver evidência de que não há mais um aumento significativo do risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial, então, a provisão para perdas sobre um instrumento volta a ser mensurada em perda de crédito esperada de 12 meses.

Alguns indicadores qualitativos de um aumento do risco de crédito, como incumprimento ou a tolerância, podem ser indicativos de um aumento do risco de incumprimento que persiste depois do próprio indicador ter deixado de existir. Nestes casos, o Banco determina um período de acompanhamento durante o qual o activo financeiro é obrigado a demonstrar um bom comportamento para fornecer evidência de que o seu risco de crédito diminuiu suficientemente.

Quando os termos contratuais de um empréstimo tiverem sido modificados, há evidência de que os critérios para reconhecer a perda de crédito esperada durante o tempo de vida, não são mais cumpridos, incluindo um histórico de desempenho de pagamento actualizado em relação aos termos contratuais alterados.

Incorporação de informações prospectivas

O Banco incorpora informações prospectivas tanto na avaliação de risco de crédito de um instrumento que aumentou significativamente o risco desde o seu reconhecimento inicial, assim como na mensuração da perda de crédito esperada.

O Banco determina as perspectivas macroeconómicas, ao longo de um horizonte de planeamento de, pelo menos, três anos, com base nas perspectivas macroeconómicas que incluem considerações económicas futuras específicas para o cliente. A classificação do cliente reflecte, desta forma, o risco esperado do cliente tendo em conta as expectativas do Banco no que concerne às condições económicas e comerciais futuras. Ajustamentos adicionais, baseados em dados pontuais de mercado são feitos aos PD atribuídos a cada grau de risco para produzir PD e PCE representativas das condições de mercado.

Os factores-chave para o risco de crédito são: o crescimento do PIB e as taxas de inflação.

3.1.6 Concentração do risco

A concentração do risco de activos financeiros por indústria apresentava a seguinte estrutura:

2023						
	Caixa e disponibilidades no Banco Central	Disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito	Activos financeiros ao justo valor através de ORI	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Outros activos	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Governo	-	-	989.840,677	-	-	989.840,677
Indústria	-	-	-	1.566.595,841	-	1.566.595,841
Sectr Financeiro	322.674,069	228.075,918	702.320,302	18.052,757	-	1.271.123,046
Transporte e Comunicações	-	-	-	435.629,624	-	435.629,624
Petróleo e Gás	-	-	-	759.042,598	-	759.042,598
Agricultura	-	-	-	401.571,765	-	401.571,765
Comércio e Serviços	-	-	-	976.505,483	-	976.505,483
Outros	-	-	-	493.862,212	525.332,718	1.019.194,930
Total	322.674,069	228.075,918	1.692.160,979	4.651.260,280	525.332,718	7.419.503,964
Imparidades	-	-	(1.330,142)	(311.194,508)	-	(312.524,650)
Comissões associadas ao custo amortizado	-	-	-	(15.986,902)	-	(15.986,902)
Justo valor	-	-	166.233,306	-	-	166.233,306
Total	322.674,069	228.075,918	1.857.064,143	4.324.078,870	525.332,718	7.257.225,718

2022						
	Caixa e disponibilidades no Banco Central	Disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito	Activos financeiros ao justo valor através de ORI	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Outros activos	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Governo	-	-	705.984,478	-	-	705.984,478
Indústria	-	-	-	2.458.402,752	-	2.458.402,752
Sectr Financeiro	87.296,348	328.224,615	643.121,308	112.185,660	-	1.170.827,931
Transporte e Comunicações	-	-	-	475.382,346	-	475.382,346
Petróleo e Gás	-	-	-	492.589,945	-	492.589,945
Agricultura	-	-	-	997.413,732	-	997.413,732
Comércio e Serviços	-	-	-	1.058.236,127	-	1.058.236,127
Infraestruturas	-	-	-	50.404,302	-	50.404,302
Turismo	-	-	-	101.111,994	-	101.111,994
Outros	-	-	-	287.662,540	709.814,449	977.476,989
Total	87.296,348	328.224,615	1.349.105,786	6.013.389,398	709.814,449	8.487.830,596
Imparidades	-	-	(1.457,353)	(283.177,564)	-	(284.634,918)
Comissões associadas ao custo amortizado	-	-	-	(19.679,829)	-	(19.679,829)
Justo valor	-	-	100.125,797	-	-	100.125,797
Total	87.296,348	328.224,615	1.447.774,230	5.710.532,005	709.814,449	8.283.641,646

3.2 Risco do mercado

O Banco encontra-se exposto ao risco de mercado, isto é, ao risco no justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro que sofrer flutuações causadas por alterações nos preços de mercado. Os riscos de mercado advêm de posições de taxas de juro, moeda e produtos de capital em aberto, todas elas expostas a movimentações gerais e específicas de mercado e a alterações no nível de volatilidade das taxas e preços de mercado, tais como, taxas de juro, margens de juro de crédito, taxas de câmbio e preços de capital.

Técnicas de mensuração do risco de mercado

As principais técnicas de mensuração utilizadas pelo Banco para medir e controlar o risco de mercado são as seguintes:

3.2.1 Risco cambial

Enquadra-se no risco de mercado e corresponde ao risco de uma parte dos resultados, positivos ou negativos, que tenha origem nas flutuações das taxas de câmbio. O Banco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações das principais taxas de câmbio ao nível do balanço e dos fluxos de caixa. A Comissão Executiva estabelece limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, as quais são monitoradas numa base diária para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites, quer sejam regulamentares quer sejam de gestão.

A gestão da política e estratégia relacionada com o risco da taxa de câmbio é definida no Comité ALCO, implementado pela Unidade da Sala de Mercado nas suas actividades rotineiras.

As exposições estruturais em moeda estrangeira são compostas pelo seu valor líquido do investimento em instrumento de capital.

A exposição do Banco em termos de risco cambial, à data de 31 de Dezembro, encontrava-se dentro dos limites e é apresentada na tabela seguinte:

2023								
	ZAR	USD	EUR	GBP	AUD	CAD	NZD	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Activos por moeda								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	4.184,810	170	-	-	-	-	4.184,997
Disponibilidades em instituições de crédito	936	3.296,574	21.168	24.372	4.342	4.823	4.035	3.356,250
Aplicações em instituições de crédito	-	638.069,990	-	-	-	-	-	638.069,990
Empréstimos a clientes	-	1.143.518,859	-	-	-	-	-	1.143.518,859
Investimento em títulos	-	352.326,389	-	-	-	-	-	352.326,389
Total de activos por moeda	953	2.141.396,622	21.338	24.372	4.342	4.823	4.035	2.141.456,484
Passivos								
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.272.277,078	-	-	-	-	-	1.272.277,078
Recursos de clientes	13.340	114,061	-	-	-	-	-	127,401
Outras exigibilidades	-	3.013,061	106,033	-	-	-	-	3.119,094
Total de passivos por moeda	13.340	1.275.404,200	106,033	-	-	-	-	1.275.523,573
Posição cambial em 2023	(12.387)	865.992,422	(84,695)	24.372	4.342	4.823	4.035	865.932,912
Posição cambial em 2022	29.026,476	1.047.360,020	186,309	589,013	428,858	504,146	2,867	1.078.698,089

2022								
	ZAR	USD	EUR	GBP	AUD	CAD	NZD	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Activos por moeda								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	773	14.331,507	164	589,013	428,858	504,146	2,867	15.857,127
Disponibilidades em instituições de crédito	12.725,825	208.444,393	277,921	-	-	-	-	221.448,139
Aplicações em instituições de crédito	18.856,197	569.487,977	-	-	-	-	-	588.344,174
Empréstimos a clientes	-	1.229.085,672	-	-	-	-	-	1.229.085,672
Investimento em títulos	-	371.623,832	-	-	-	-	-	371.623,832
Outros Activos	-	158,890	-	-	-	-	-	158,890
Total de activos por moeda	31.582,795	2.383.132,271	278,085	589,013	428,858	504,146	2,867	2.426.517,835
Passivos								
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.316.516,868	-	-	-	-	-	1.316.516,868
Recursos de clientes	2.556,319	1.105,460	-	-	-	-	-	3.661,779
Outras exigibilidades	-	28.149,923	91,176	-	-	-	-	28.241,099
Total de passivos por moeda	2.556,319	1.345.772,251	91,176	-	-	-	-	1.345.914,746
Posição cambial em 2022	29.026,476	1.041.360,020	186,909	589,013	428,858	504,146	2,867	1.078.698,089
Posição cambial em 2021	29.883,027	397.722,990	12,566,028	21,779,836	458,213	5,009	482,910	461.898,113

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade para eventuais alterações da taxa de câmbio em 1% em ambos os sentidos nas principais moedas em que os activos financeiros do Banco estão expostos. Os valores seguintes reflectem o efeito que um tal movimento terá sobre os lucros ou perdas, mantendo-se as restantes variáveis constantes.

Se as moedas estrangeiras se valorizassem ou desvalorizassem relativamente ao Metical, nas mesmas percentagens definidas na tabela acima, teriam um efeito igual, mas de sinal oposto sobre os resultados.

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
ZAR	(124)	290,265		
USD	8,659,924	10,473,600		
EUR	(847)	1,869		
GBP	244	5,890		
AUD	43	4,289		
CAD	48	5,041		
NZD	40	27		
Total	8,659,328	10,780,981		

Está associado aos diferentes prazos residuais da taxa de juro e resulta da volatilidade das taxas de juro (activas e passivas) do mercado que, tendo em consideração os diferentes prazos de repricing dos activos e passivos sensíveis à taxa de juro, levará aos ganhos ou perdas na margem financeira e nos Fundos Próprios (valor de mercado dos respectivos activos e passivos). O risco do justo valor das taxas de juro é o risco de que o valor de um determinado activo ou passivo financeiro se altere devido às variações nas taxas de juro do mercado. A tabela a seguir resume a exposição do Banco aos riscos da taxa de juro.

Sensibilidade às variações da taxa de juro em 31 de Dezembro

A sensibilidade às variações da taxa de juro, à data de 31 de Dezembro, apresentava a seguinte estrutura:

2023							
	Valor do balanço	Fluxo de caixa líquido esperado	Até 1 mês	1 - 3 meses	3-12 meses	1-3 anos	Mais 3 anos
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Activo							
Caixa e depósitos no Banco Central	322.674,069	322.674,069	322.674,069	-	-	-	-
Disponibilidades em instituições de crédito	228.075,918	228.075,918	228.075,918	-	-	-	-
Aplicações em outras instituições de crédito	3.502.075,116	4.001.064,146	1.116.984,661	-	2.026.320,576	-	857.758,909
Empréstimos a clientes	4.324.078,870	5.582.837,149	803.049,032	1.438.853,937	1.415.733,066	1.031.652,953	893.548,160
Investimento em títulos	1.857.064,146	2.136.486,280	51.489,888	240.256,317	695.032,076	483.904,332	665.803,667
Outros activos	525.332,718	525.332,718	38.358,908	-	486.973,809	-	-
Total	10.759.300,837	12.796.470,280	2.560.632,476	1.679.110,254	4.624.059,527	1.515.557,285	2.417.110,736
Passivos							
Recursos de clientes	1.180.628,341	1.197.858,542	567.966,744	574.568,881	55.322,917	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	1.244.799,143	1.589.735,140	492.055,628	43.838,224	166.680,156	-	887.161,129
Responsabilidades representadas por títulos	2.732.965,566	3.521.877,223	41.088,759	54.993,750	624.233,426	2.273.183,509	528.777,778
Recursos consignados	3.011.035,141	3.011.035,141	1.866.723,489	-	314.027,417	830.284,235	-
Outras Exigibilidades	75.159,925	75.159,925	-	-	-	-	-
Total	8.244.588,116	9.385.665,971	3.042.994,545	673.000,855	1.169.263,918	3.103.467,744	1.415.938,907
Diferencial de liquidez no balanço	2.514.712,721	3.400.804,309	(482,362,069)	1.006,109,399	3.463,795,609	(1,587,910,459)	1.001,171,829

2022							
	Valor do balanço	Fluxo de caixa líquido esperado	Até 1 mês	1 - 3 meses	3-12 meses	1-3 anos	Mais 3 anos
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Activo							
Caixa e depósitos no Banco Central	87.296,348	87.296,348	87.296,348	-	-	-	-
Disponibilidades em instituições de crédito	328.224,615	328.224,615	328.224,615	-	-	-	-
Aplicações em outras instituições de crédito	1.943.470,457	1.952.620,407	459.567,837	-	923.564,592	-	569.487,978
Empréstimos a clientes	5.710.532,006	6.550.332,957	765.817,615	1.086.748,719	3.535.981,621	762.070,366	399.714,636
Investimento em títulos	1.447.774,230	1.701.452,287	1.489,888	88.402,175	137.369,605	546.527,108	927.653,511
Outros activos	709.814,449	709.814,449	24.717,648	-	685.096,801	-	-
Total	10.227,112,105	11.329,741,063	1.667,113,951	1,175,150,894	5,282,012,619	1,308,597,474	1,896,866,125
Passivos							
Recursos de clientes	641.339,103	667.928,278	205.901,429	-	450.000,000	12,026,849	-
Recursos de outras instituições de crédito	1.316.516,868	1.804.193,417	210.249,009	128.073,518	696.073,560	202.329,964	567.467,366
Responsabilidades representadas por títulos	2.427.873,709	3.044.852,893	29.949,933	44.538,194	729.596,802	346.755,700	1.894.010,264
Recursos consignados	2.813.358,244	1.249.661,104	342.189,419	-	319.150,000	588.321,685	-
Outras Exigibilidades	156.618,247	156.618,247	156.618,247	-	-	-	-
Total	7,355,706,171	6,923,253,939	944,90				

Tomada ou ajustamento de riscos de liquidez que é levado a cabo no Banco e monitorado pelo ALCO comporta os seguintes indicadores:

- Financiar as actividades quotidianas, geridas pela monitorização dos fluxos de caixa futuros, por forma a assegurar que as exigências possam ser atendidas. Estão incluídas as reposições de fundos conforme os mesmos se vão vencendo;
- Manter uma carteira de activos altamente negociáveis que possam ser facilmente liquidados como protecção contra qualquer interrupção imprevista no fluxo de caixa;
- Monitorar os rácios de liquidez do balanço, através da confrontação com as exigências internas e reguladoras; e
- Gerir a concentração e o perfil das maturidades dos passivos.

Impacto da alteração das taxas de reservas obrigatórias

Durante o ano de 2023, no Mercado Monetário Nacional, o Banco de Moçambique adoptou uma postura restritiva, marcada pelo aumento dos coeficientes de Reservas Obrigatórias, tanto para os passivos em moeda nacional quanto para os passivos em moeda estrangeira, com duas alterações significativas ao longo do ano. O coeficiente de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional aumentou de 10,50% em Dezembro de 2022 para 28,00% em Janeiro de 2023 e, posteriormente, para 39,00% em Maio de 2023. Para os passivos em moeda estrangeira, o coeficiente passou de 11,50% em Dezembro de 2022 para 28,50% em Janeiro de 2023 e, em seguida, para 39,50% em Maio de 2023.

O incremento dos coeficientes de Reservas Obrigatórias reduziu a liquidez do Banco, elevando o valor das reservas obrigatórias no Banco de Moçambique de MT 77,0 milhões para MT 229,97 milhões. Esta situação, levou à redução do volume das operações bancárias, nomeadamente, financiamento à economia, aplicações em outras instituições de crédito e investimento em títulos. Não obstante, o Banco apresenta parâmetros de liquidez adequados, situando-se o rácio de liquidez em 106,89%, indicador claramente acima do valor mínimo exigido de 25%, e os níveis actuais de liquidez do Banco permitem adequada continuidade das operações e o alcance das metas de crescimento previstas para o ano de 2024.

3.3 Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, de a actividade ser afectada pela utilização de recursos em regime de *outsourcing*, da existência de processos internos, recursos humanos e sistemas insuficientes ou inadequados.

O risco operacional pode dividir-se por: (a) frequência elevada ou severidade baixa, isto é, eventos que podem ocorrer de forma regular, mas que expõem o Banco a um reduzido nível de perdas; e (b) baixa frequência/alta severidade, que constituem eventos que são, normalmente raros, mas que a sucederem podem acarretar perdas significativas para o Banco.

O Banco esforça-se por reduzir estes riscos, através da manutenção de uma estrutura de governação corporativa e de sistemas de controlo interno fortes, complementados por um ambiente baseado em elevados padrões de conduta e responsabilidade. A gestão é responsável pela introdução e manutenção de políticas, processos e procedimentos operacionais eficientes, os quais são objecto de revisão sempre que necessário. A Unidade de Auditoria Interna revê a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias à gestão sempre que tal seja aplicável.

Auditoria interna

A auditoria interna desempenha um papel chave no sistema do controlo interno do Banco e na alocação adequada de capital para cobertura do risco operacional. A função de Auditoria Interna é objectiva e imparcial, e, por via das suas análises periódicas, desempenha um papel essencial na identificação de fraquezas no processo de controlo e políticas de gestão de risco, salvaguardando a conformidade com os procedimentos internos e padrões de integridade e qualidade definidos pelo Banco.

As inspecções cobrem todas áreas do Banco e os resultados são reportados ao Conselho de Administração.

Compliance

A função *Compliance* do Banco é responsável por garantir o respeito pelas exigências legais e regulamentares aplicáveis, incluindo os termos aprovados e padrões internos de conduta; promover um ambiente de controlo e transparência na estrutura organizacional adequada aos serviços oferecidos e à dimensão da instituição; monitorar a adequação e eficiência dos mecanismos de controlo associados com os riscos da actividade e proteger a reputação do Banco.

Em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, a função de *Compliance* é responsável pela criação dos mecanismos de controlo e detecção de operações suspeitas, assim como, pela monitorização do cumprimento dos requisitos legais. Compete, também, a esta a função do reporte e interacção com o Gabinete de Informação Financeira de Moçambique e do órgão de supervisão na investigação e análise de processos envolvendo transacções suspeitas.

O sistema de controlo interno do Banco baseia-se numa forte cultura de conformidade com a legislação e com os vários normativos internos (políticas, procedimentos e código de conduta). No seu conjunto, estes procedimentos visam mitigar o risco de prejuízos associados a potenciais sanções de carácter legal e perdas de reputação associados ao incumprimento contratual ou uma percepção negativa da imagem pública do Banco.

3.4 Risco de solvência

O capital e as reservas são a evidência do compromisso do accionista em garantir a continuidade das operações e a solvência do Banco. O risco de insolvência é medido pelo rácio de solvabilidade que é a relação entre o capital bancário e os elementos do activo ponderados em função do respectivo risco. O Banco e o seu accionista estão comprometidos em deter capital suficiente para manter o rácio de solvabilidade acima do mínimo regulamentar de 12% de acordo com o Banco de Moçambique. O rácio de solvabilidade regulamentar do Banco em 31 de Dezembro de 2023 fixou-se em 23,50% (2022: 17,57%), conforme a Nota 3.5 abaixo.

3.5 Gestão de capital

Os objectivos do Banco relativamente à gestão do capital, num conceito mais amplo da situação líquida reflectida ao nível do balanço são:

- Cumprir com os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique;
- Salvaguardar a capacidade de continuidade das operações do Banco, no sentido de que o mesmo possa continuar a gerar resultados para o seu accionista e benefícios para as restantes partes interessadas; e
- Manter uma estrutura de capital forte que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

A adequação do rácio de solvabilidade e a manutenção para efeitos reguladores são monitorados regularmente pela gestão do Banco, com a adopção de medidas estabelecidas pelo Banco de Moçambique. A informação requerida é reportada ao Banco de Moçambique numa base mensal.

À data do balanço, o Banco de Moçambique requer que cada Banco: (a) mantenha um valor mínimo de capital de MT 1.700.000.000,00; e (b) mantenha um rácio de solvabilidade igual ou superior a 12%.

O capital do Banco para efeitos de regulação é reportado pelo Gabinete de Gestão de Risco, sendo determinado de acordo com os normativos regulamentares aplicáveis, nomeadamente, o preconizado no Aviso n.º 08/GBM/2017, de 03 de Abril. O quadro abaixo resume o capital elegível, activo médio ponderado por risco e o rácio de solvabilidade a 31 de Dezembro de 2023. O Banco cumpriu, integralmente, com os requisitos a que se encontra sujeito em termos do seu capital.

	2023	2022
	MT	MT
Fundos Próprios		
Capital ordinário realizado	2.240.000.000	2.240.000.000
Reservas Livres	327.558.772	264.972.330
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores	973.139.680	887.214.079
Activos intangíveis	(3.441.114)	(260.296)
Insuficiência de provisões económicas sobre as regulamentares	(1.211.537.686)	(1.512.540.304)
Provisões para riscos gerais de crédito	1.171.289	1.279.789
Outros elementos a deduzir	(49.667.349)	(14.395.490)
Fundos Próprios para a determinação do rácio Core Tier 1	3.540.698.452	3.392.186.409
Fundos Próprios de Base Tier 1	2.325.719.653	1.879.385.809
Fundos Próprios Elegíveis	A 2.277.223.592	1.866.270.108
Activos Ponderados por Risco		
Calculados de acordo com o Capítulo II do Aviso n.º 15/GBM/2013	9.690.909.962	10.622.750.368
Total de Activos Ponderados por Risco	B 9.690.909.962	10.622.750.368
Rácio de Solvabilidade	A/B 23.50%	17.57%

3.6 Informação do justo valor

3.6.1 Activos e passivos financeiros

O Banco mede o justo valor usando a seguinte hierarquia, de justo valor que reflecte a importância dos *“inputs”* utilizados na mensuração:

- Nível 1: preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;
- Nível 2: técnicas de valorização baseadas em dados observáveis. Esta categoria inclui instrumentos valorizados com utilização de preços cotados em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os insumos sejam directa ou indirectamente observáveis a partir dos dados do mercado;
- Nível 3: técnicas de valorização utilizando insumos não observáveis significativos. Esta categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de avaliação inclui *“inputs”* não baseados em dados observáveis e os inputs não observáveis, pois, têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados de activos são baseados em preços de mercado cotados ou cotações de preços do revendedor. Para todos os outros instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido e os modelos de fluxo de caixa descontado e outros modelos de avaliação. Pressupostos e *“inputs”* utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro de referência, os *“spreads”* de crédito e outros prémios utilizados para estimar taxas de desconto, preços de Obrigações, Bilhetes do Tesouro e taxas de câmbio.

O objectivo das técnicas de avaliação é de determinar o justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data do relatório, isto é, a que teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

A tabela abaixo mostra os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor à data do balanço, pela sua hierarquia:

	2022		
	MT	MT	MT
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Investimento em títulos			
Obrigações corporativas	-	265.370.573	-
Bilhetes do Tesouro	-	61.511.410	-
Obrigações do Tesouro	-	641.827.967	-
Instrumentos de capital	-	479.064.281	-
	-	1.447.774.231	-
Responsabilidades representadas por títulos			
Obrigações BNI	-	2.427.873.709	-
	-	2.427.873.709	-
	2023		
	MT	MT	MT
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Investimento em títulos			
Obrigações corporativas	-	348.544.534	-
Bilhetes do Tesouro	-	371.947.392	-
Obrigações do Tesouro	-	632.411.130	-
Instrumentos de capital	-	504.161.090	-
	-	1.857.064.146	-
Responsabilidades representadas por títulos			
Obrigações BNI	-	2.732.965.566	-
	-	2.732.965.566	-

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em Instituições de Crédito e Aplicações em Instituições de Crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor do balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Investimentos em títulos

Esta categoria inclui activos cotados e não cotados, tais como, as Obrigações e Bilhetes do Tesouro, as Obrigações Corporativas e as Participações Financeiras não qualificadas.

O justo valor dos investimentos em títulos foi estimado com recurso a modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado, isto é, elementos de nível II.

A participação financeira do Banco no capital social da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) encontra-se valorizada ao custo histórico devido à ausência de informação que permite avaliar o justo valor tendo em conta os dados do mercado. No entanto, a Administração do Banco acredita que o justo valor destes títulos se encontra perto do seu custo histórico.

Crédito aos clientes

O justo valor dos empréstimos a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares. O justo valor dos instrumentos financeiros se aproxima ao valor pelo qual estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros incluem recebimentos e exigibilidades; considera-se que o valor do balanço é uma estimativa razoável do justo valor dos outros activos e passivos financeiros.

Recursos representados por títulos

O justo valor foi estimado com recurso a modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado, isto é, elementos de nível II.

Classificação de activos e passivos financeiros

As políticas contabilísticas do Banco fornecem o âmbito dos activos e passivos a serem designados no início em categorias contabilísticas diferentes, de acordo com as circunstâncias. O quadro apresentado abaixo, resume o detalhe em termos de classificação dos activos e passivos financeiros.

2023					
Justo valor					
	Valores de cotação de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Outros ao custo amortizado	Quantia escriturada no balanço	Justo valor
	MT	MT	MT	MT	MT
Em 31 de Dezembro de 2023					
Caixa e depósitos no Banco Central	-	322,674,069	-	322,674,069	322,674,069
Disponibilidades em instituições de crédito	-	228,075,918	-	228,075,918	228,075,918
Aplicações em instituições de crédito	-	3,502,075,116	-	3,502,075,116	3,502,075,116
Empréstimos a clientes	-	4,324,078,870	-	4,324,078,870	4,324,078,870
Investimento em títulos	-	1,857,064,146	-	1,857,064,146	1,857,064,146
Outros activos	-	525,332,718	-	525,332,718	525,332,718
Activos financeiros	-	10,759,300,837	-	10,759,300,837	10,759,300,837
Responsabilidades representadas por títulos	-	2,732,965,566	-	2,732,965,566	2,732,965,566
Recursos de outras instituições de crédito	-	1,244,799,143	-	1,244,799,143	1,244,799,143
Recursos de clientes	-	1,180,628,341	-	1,180,628,341	1,180,628,341
Recursos consignados	-	3,011,035,141	-	3,011,035,141	3,011,035,141
Outras Exigibilidades	-	75,159,925	-	75,159,925	75,159,925
Passivos financeiros	-	8,244,588,116	-	8,244,588,116	8,244,588,116
Em 31 de Dezembro de 2022					
Caixa e depósitos no Banco Central	-	87,296,348	-	87,296,348	87,296,348
Disponibilidades em instituições de crédito	-	328,224,615	-	328,224,615	328,224,615
Aplicações em instituições de crédito	-	1,943,470,457	-	1,943,470,457	1,943,470,457
Empréstimos a clientes	-	5,710,532,006	-	5,710,532,006	5,710,532,006
Investimento em títulos	-	1,447,774,230	-	1,447,774,230	1,447,774,230
Outros activos	-	709,814,449	-	709,814,449	709,814,449
Activos financeiros	-	10,227,112,105	-	10,227,112,105	10,227,112,105
Responsabilidades representadas por títulos	-	2,427,873,709	-	2,427,873,709	2,427,873,709
Recursos de outras instituições de crédito	-	1,316,516,868	-	1,316,516,868	1,316,516,868
Recursos de clientes	-	641,339,103	-	641,339,103	641,339,103
Recursos consignados	-	2,813,358,244	-	2,813,358,244	2,813,358,244
Outras Exigibilidades	-	156,618,247	-	156,618,247	156,618,247
Passivos financeiros	-	7,355,706,171	-	7,355,706,171	7,355,706,171

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Nota			Página
4.	Margem financeira		91
5.	Rendimentos de instrumentos de capital		91
6.	Resultados líquidos de serviços e comissões		92
7.	Proveito líquido de operações cambiais		93
8.	Outros rendimentos e gastos operacionais		93
9.	Gastos com pessoal		93-94
10.	Outros gastos administrativos		94
11.	Imparidade em activos		95
12.	Caixa e depósitos no Banco Central		95
13.	Disponibilidades em instituições de crédito		96
14.	Aplicações em instituições de crédito		96
15.	Empréstimos a clientes		97-98
16.	Investimentos em títulos		99-104
17.	Outros activos		105
18.	Activos não correntes detidos para venda		106
19.	Activos tangíveis		106-107
20.	Activos intangíveis		107
21.	Activos por impostos correntes		108-109
22.	Capital social ordinário		109
23.	Distribuição de resultados do exercício anterior		109
24.	Reserva legal e resultados transitados		110
25.	Reservas de justo valor		110
26.	Recursos de outras instituições de crédito		111
27.	Recursos de clientes		111
28.	Responsabilidades representadas por títulos		112-113
29.	Recursos consignados		113-114
30.	Outros passivos		114
31.	Passivos por impostos diferidos		115
32.	Provisões		116
33.	Transacções com partes relacionadas		116

4. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2023	2022
	MT	MT
Juros e proveitos similares		
Juros de aplicações em instituições de crédito	359,503,382	184,768,040
Juros de crédito a clientes ao custo amortizado	722,212,046	767,426,198
Juros de investimentos em títulos	181,644,880	148,568,858
	1,263,360,308	1,100,763,096
Juros e encargos similares		
Juros de recursos de outras instituições de crédito	(25,044,449)	(17,769,079)
Juros de recursos de clientes	(27,008,704)	(47,222,692)
Juros de empréstimos	(81,767,534)	(58,201,643)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(301,209,937)	(225,496,176)
Outros juros e encargos similares	(24,159,368)	(24,326,871)
	(459,189,992)	(373,016,461)
	804,170,316	727,746,635

5. Rendimentos de instrumentos de capital

	2023	2022
	MT	MT
Rendimentos de instrumentos de capital		
Dividendos de investimentos financeiros	23,662,721	19,642,643
	23,662,721	19,642,643

Os rendimentos dos instrumentos de capital derivam dos ganhos de dividendos da participação do BNI no capital social do Trade and Development Bank (TDB).

6. Resultado líquido de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2023	2022
	MT	MT
Rendimento de serviços e comissões		
Assessoria financeira	89,169,811	61,320,960
Gestão de Fundos	70,497,661	100,866,723
Outros serviços bancários	53,215,213	53,970,298
	212,882,685	216,157,981
Gastos com serviços e comissões		
Assessoria financeira	(56,766,359)	(40,867,028)
Serviços bancários	(11,294,073)	(17,117,960)
	(68,060,432)	(57,984,988)
	144,822,253	158,172,993

O Banco reconhece a receita quando transfere o controle sobre um serviço para um cliente. A tabela a seguir fornece informações sobre a natureza e o momento da satisfação das obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo termos de pagamento significativos e a política de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de Serviço	Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos	Reconhecimento do rédito sob a NIRF 15
Serviços de banca de investimento	O segmento de banca de investimento do Banco fornece vários serviços relacionados a finanças, incluindo administração de empréstimos e serviços de agência, administração de empréstimos sindicalizado, execução de transacções dos clientes com trocas e subscrição de valores mobiliários.	O rédito de serviços de agência administrativa é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os valores a cobrar de clientes em 31 de Dezembro são reconhecidos como contas a receber de clientes.
	As taxas de serviços em curso são cobradas anualmente no final de cada exercício na conta do cliente. No entanto, se um cliente rescindir o contrato antes de 31 de Dezembro, na rescisão será cobrada uma taxa pelos serviços executados até aquele momento.	O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre.
	As taxas baseadas em transacções para administração de um empréstimo sindicalizado, execução de transacções e subscrição de valores mobiliários são cobradas quando a transacção ocorre.	

7. Resultado líquido de operações cambiais

O valor desta rubrica é composto por:

	2023	2022
	MT	MT
Ganhos reais de operações de trading de divisas	35,805,109	44,605,303
Perdas/ganhos de reavaliação de activos financeiros	(860)	1,226,666
	35,804,249	45,831,969

8. Outros rendimentos e gastos operacionais

O valor desta rubrica é composto por:

	2023	2022
	MT	MT
Outros rendimentos operacionais		
Outros rendimentos operacionais	17,734,739	1,400,826
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda	1,261,864	-
	18,996,603	1,400,826
Outros gastos operacionais		
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda	-	(731,170)
Patrocínios	-	(3,444,858)
Impostos e taxas	(23,446,905)	(24,461,374)
Outros gastos operacionais	(6,287,246)	(7,198,807)
	(29,734,151)	(35,836,209)
	(10,737,548)	(34,435,383)

9. Gastos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2023	2022
	MT	MT
Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	(18,921,600)	(19,488,600)
Remuneração dos Membros da Comissão Executiva	(64,032,500)	(60,420,000)
Remuneração dos Colaboradores	(244,938,790)	(209,605,715)
Encargos sociais obrigatórios	(9,742,472)	(8,642,765)
Outros custos com pessoal	(14,155,168)	(5,169,246)
	(351,790,530)	(303,326,326)

Por categoria profissional, o número de colaboradores em 31 de Dezembro analisa-se como se segue:

	2023	2022
Funções directivas	8	7
Funções de chefia	10	10
Funções específicas	57	52
Funções administrativas	5	5
	80	74

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2023	2022
	MT	MT
Água, energia e combustíveis	(5,193,749)	(5,473,617)
Material de consumo corrente	(3,898,871)	(6,006,454)
Outros fornecimentos de terceiros	(8,144,219)	(5,511,074)
Comunicações e despesas de expedição	(12,466,796)	(12,218,076)
Deslocações, estadias e representação	(15,132,480)	(6,842,815)
Publicidade e edição de publicações	(13,451,008)	(24,357,795)
Conservação e reparação	(3,795,700)	(4,153,653)
Formação de pessoal	(10,253,513)	(8,597,873)
Seguros	(33,307,142)	(29,561,332)
Segurança e vigilância	(4,794,490)	(4,494,111)
Auditoria	(3,648,973)	(3,680,430)
Consultoria	(5,593,611)	(2,538,854)
Comunicação e dados	(7,658,218)	(8,520,580)
Gestão de condomínio e limpeza	(10,149,632)	(9,299,972)
Licenças	(4,498,106)	(3,070,788)
Rendas e alugueres	(4,070,105)	(2,756,403)
Judiciais contencioso e notariado	(20,782,473)	(8,879,439)
Outros gastos e encargos	(11,590,737)	(16,246,037)
	(178,429,823)	(162,209,303)

11. Imparidade em activos

O movimento das imparidades do Banco durante o ano foi o seguinte:

	2023	2022
	MT	MT
Imparidade de crédito a clientes (Nota 15)		
Dotação do exercício	85,934,730	107,535,221
Reversão do exercício	(57,917,787)	-
	28,016,943	107,535,221
Provisões para riscos de crédito indirecto (Nota 32)		
Dotação do exercício	7,022,010	44,215,457
Reversão do exercício	(59,804,164)	(6,544,207)
	(52,782,154)	37,671,250
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 18)		
Dotação do exercício	-	4,894,800
	-	4,894,800
Imparidade de investimento em títulos (Nota 16)		
Dotação do exercício	1,268,521	1,439,852
Reversão do exercício	(1,395,732)	(229,134)
	(127,211)	1,210,718
Provisões de outros activos (Nota 17)		
Dotação do exercício	109,794,647	-
Reversão do exercício	(7,721)	-
	109,786,926	-
	84,894,504	151,311,989

12. Caixa e Depósitos no Banco Central

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023	2022
	MT	MT
Caixa	14,527	14,589
Depósitos no Banco de Moçambique	322,659,542	87,281,759
	322,674,069	87,296,348

A rubrica de depósitos no Banco de Moçambique contempla o montante de MT 229,974,362.89 (2022: MT 77,584,623.88) destinado ao cumprimento de reservas obrigatórias, nos termos do Aviso nº 01/GBM/2023, de 24 de Março.

13. Disponibilidades em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023	2022
	MT	MT
Depósitos à ordem		
Em instituições de crédito no país	224,726,732	105,285,105
Em instituições de crédito no estrangeiro	3,349,186	222,939,510
	228,075,918	328,224,615

14. Aplicações em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro, esta rubrica apresentava-se como se segue:

	2023	2022
	MT	MT
Em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	1,079,386,119	324,489,234
Depósitos	1,812,188,852	1,030,637,049
	2,891,574,971	1,355,126,283
Em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	38,060,501	18,856,197
Aplicações a médio e longo prazos (14.1)	572,439,644	569,487,977
	610,500,145	588,344,174
	3,502,075,116	1,943,470,457

(14.1) Corresponde à aquisição do risco de participação em um projecto infraestruturante do sector de petróleo e gás com grande impacto no desenvolvimento da economia moçambicana. Este activo foi reclassificado da rubrica de empréstimos a clientes.

A decomposição por prazo residual das aplicações encontra-se abaixo:

	2023	2022
	MT	MT
Até 1 mês	1,117,446,620	459,428,680
3-12 meses	1,812,188,852	914,553,801
Mais 3 anos	572,439,644	569,487,976
	3,502,075,116	1,943,470,457

15. Empréstimos a clientes

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023	2022
	MT	MT
Crédito interno		
Empréstimos de médio e longo prazo	912,290,451	1,062,719,264
Créditos em conta corrente caucionada	2,040,139,170	1,897,982,902
Descobertos em depósitos à ordem	205,357,984	874,852,600
	3,157,787,605	3,835,554,766
Comissões associadas ao custo amortizado	(15,986,902)	(19,679,829)
Crédito e juros vencidos	1,493,472,675	2,177,834,633
Imparidades acumuladas	(311,194,508)	(283,177,564)
	4,324,078,870	5,710,532,006

Em 31 de Dezembro, os empréstimos a clientes por sectores de actividade analisam-se como se segue:

	2023	2022
	MT	MT
Crédito a clientes por sectores de actividade		
Transporte e Comunicações	435,629,624	475,382,346
Indústria	1,566,595,841	2,458,402,752
Agricultura	401,571,765	997,413,732
Comércio e Serviços	976,505,483	1,058,236,127
Petróleo e Gás	759,042,598	492,589,945
Sector Financeiro	18,052,757	112,185,660
Outros	493,862,212	419,178,837
	4,651,260,280	6,013,389,399

Em 31 de Dezembro, os prazos residuais da carteira de crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte estrutura:

	2023	2022
	MT	MT
Até 1 mês	243,888,521	946,166,193
1 - 3 meses	1,313,354,918	949,625,584
3-12 meses	901,426,519	1,283,402,938
1-3 anos	340,194,994	462,930,452
Mais 3 anos	358,922,653	193,429,599
	3,157,787,605	3,835,554,766

Em 31 de Dezembro, a antiguidade do crédito e juros vencidos apresentava a seguinte estrutura:

	2023	2022
	MT	MT
1 - 3 meses	152,511,853	401,526,314
Crédito vencido entre 3 a 6 meses	15,618,112	333,657,058
Crédito vencido entre 6 a 12 meses	67,618,695	798,313,156
Crédito vencido a mais de 12 meses	1,257,724,015	644,338,105
Exposição Bruta	1,493,472,675	2,177,834,633
Imparidade	(157,815,429)	(216,377,218)
Exposição Líquida	1,335,657,246	1,961,457,415

Em 31 de Dezembro, o crédito aos clientes apresentava a seguinte imparidade:

	2023	2022
	MT	MT
Saldo em 1 de Janeiro	283,177,564	175,642,344
Utilizações	(57,917,787)	(525,954)
Reforços/reversões líquidas de imparidade no ano	85,934,730	108,061,174
Saldo em 31 de Dezembro	311,194,507	283,177,564
Da qual:		
Estágio 1	153,379,079	66,678,709
Estágio 2	14,739,564	32,091,374
Estágio 3	143,075,864	184,407,481
	311,194,507	283,177,564

16. Investimentos em títulos

A carteira de títulos do Banco encontra-se mensurada ao justo valor, através de outro rendimento integral e em 31 de Dezembro, apresentava a seguinte composição:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Instrumentos de dívida				
Obrigações do Tesouro	632,411,130	641,827,965		
Obrigações do Tesouro 2020 (3ª Série)	-	432,687,317		
Obrigações do Tesouro 2020 (4ª Série)	10,555,511	10,394,885		
Obrigações do Tesouro 2020 (9ª Série)	-	14,577,984		
Obrigações do Tesouro 2020 (10ª Série)	200,427,240	45,712,582		
Obrigações do Tesouro 2021 (3ª Série)	53,272,670	-		
Obrigações do Tesouro 2021 (6ª Série)	11,157,464	10,369,415		
Obrigações do Tesouro 2021 (8ª Série)	10,684,929	10,182,709		
Obrigações do Tesouro 2021 (9ª Série)	-	30,725,104		
Obrigações do Tesouro 2022 (3ª Série)	11,467,563	9,577,860		
Obrigações do Tesouro 2022 (5ª Série)	25,512,003	25,300,342		
Obrigações do Tesouro 2022 (6ª Série)	26,179,207	25,867,624		
Obrigações do Tesouro 2022 (7ª Série)	12,639,431	-		
Obrigações do Tesouro 2022 (8ª Série)	10,590,459	10,565,958		
Obrigações do Tesouro 2022 (10ª Série)	205,901,561	15,866,185		
Obrigações do Tesouro 2023 (1ª Série)	16,708,633	-		
Obrigações do Tesouro 2023 (4ª Série)	27,436,079	-		
Obrigações do Tesouro 2023 (8ª Série)	9,878,380	-		
Bilhetes do Tesouro	371,947,392	61,511,410		
Emitidos pelo Governo da República de Moçambique	371,947,392	61,511,410		
Obrigações Corporativas	349,874,676	266,827,926		
Obrigações Corporativas Bayport 2021 (1ª Série)	8,792,337	8,439,918		
Obrigações Corporativas Bayport 2021 (2ª Série)	7,854,294	7,686,874		
Obrigações Corporativas Letshego 2023 (2ª Série)	58,061,790	-		
Papel Comercial MYBUCKS 2022	-	250,701,134		
Papel Comercial MYBUCKS 2023	275,166,255	-		
	1,354,233,198	970,167,301		
Instrumentos de capital				
Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO)	6,327,465	6,327,465		
Trade and Development Bank - TDB	497,833,625	472,736,816		
	504,161,090	479,064,281		
Imparidade	(1,330,142)	(1,457,352)		
	1,857,064,146	1,447,774,230		

As imparidades apresentaram os seguintes movimentos:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Saldo em 1 de Janeiro		1,457,353		246,635
Utilizações		(1,395,732)		-
Reforços /Reversões líquidas de imparidade no ano		1,268,521		1,210,718
Saldo em 31 de Dezembro		1,330,142		1,457,353

O perfil da maturidade contratual dos instrumentos de dívida à data do relato é a seguinte:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Até 1 mês		103,669,023		-
1 - 3 meses		217,224,515		28,668,010
3-12 meses		565,515,506		771,929,825
1-3 anos		352,031,884		66,461,249
Mais 3 anos		115,792,268		103,108,218
		1,354,233,196		970,167,302
Imparidade		(1,330,142)		(1,457,353)
		1,352,903,054		968,709,949

Os investimentos em títulos à data do relato apresentam o seguinte detalhe:

	2023							
	Custo		Juros e outros rendimentos a receber		Rendimentos diferidos		Total	
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Instrumentos de dívida								
Obrigações do Tesouro	598,091,229	19,802,057	-	617,893,286	14,517,844	-	-	632,411,130
Bilhetes do Tesouro	389,476,000	-	(17,528,608)	371,947,392	-	-	-	371,947,392
Empresas privadas	315,000,000	28,665,451	-	343,665,451	6,208,225	(1,330,142)	-	348,544,534
	1,302,567,229	48,468,508	(17,528,608)	1,333,507,129	20,726,069	(1,330,142)	-	1,352,903,056
Instrumentos de capital								
Outros títulos	201,358,625	-	-	201,358,625	145,507,237	-	157,295,228	504,161,090
	201,358,625	-	-	201,358,625	145,507,237	-	157,295,228	504,161,090
	1,503,925,854	48,468,508	(17,528,608)	1,534,865,754	166,233,306	(1,330,142)	157,295,228	1,857,064,146
	2022							
	Custo		Juros e outros rendimentos a receber		Rendimentos diferidos		Total	
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Instrumentos de dívida								
Obrigações do Tesouro	616,341,474	28,131,593	-	644,473,068	(2,645,101)	-	-	641,827,967
Bilhetes do Tesouro	84,640,000	-	(3,128,590)	81,511,410	-	-	-	81,511,410
Empresas privadas	265,000,012	907,224	-	265,907,236	930,690	(1,457,353)	-	265,370,573
	945,981,486	29,038,817	(3,128,590)	971,891,713	(1,724,411)	(1,457,353)	-	968,709,949
Instrumentos de capital								
Outros títulos	201,358,625	18,725,630	-	220,084,255	101,850,209	-	157,129,817	479,064,281
	201,358,625	18,725,630	-	220,084,255	101,850,209	-	157,129,817	479,064,281
	1,147,340,111	47,764,447	(3,128,590)	1,191,975,968	100,125,798	(1,457,353)	157,129,817	1,447,774,230

As Obrigações do Tesouro são constituídas pelos seguintes títulos:

- Obrigações do Tesouro 2020 (3ª Série)**, que consistiam em 4,110,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 11 de Março de 2020, tinham prazo de maturidade de 3 anos e venceram em Março de 2023. Estes títulos ofereciam uma taxa de juros remuneratória semestral de 12% para os dois primeiros cupões, seguidos por uma taxa variável nos quatro últimos cupões. A variação desta taxa estava indexada à média ponderada das taxas de juros das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro com prazo superior a 63 dias, acrescida de um *spread* de 1.5%.
- Obrigações do Tesouro 2020 (4ª Série)** representativas de 100,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 25 de Março de 2020, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 105.61 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 12% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias), acrescida de *spread* de 1.5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- Obrigações do Tesouro 2020 (9ª Série)**, eram compostos por 139,114 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 09 de Setembro de 2020, tinham prazo de maturidade de 3 anos e venceram em Setembro de 2023. Os títulos apresentavam uma remuneração base semestral à taxa anual de 10% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões. Esta taxa variável estava vinculada à média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias), com um acréscimo de *spread* de 1.5%.

- Obrigações do Tesouro 2020 (10ª Série)** representativas de 435,664 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 07 de Outubro de 2020, com uma maturidade de 6 anos, apresentando um justo valor de MT 105.25 cada, à data de relato. Os juros são pagos semestralmente a uma taxa anual de 10% para os dois primeiros cupões e de forma variável para os quatro últimos cupões. Esta variação está atrelada à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro com prazo superior a 63 dias, acrescida de um *spread* de 1.5%. O reembolso do capital será feito integralmente na data de vencimento.

- Obrigações do Tesouro 2021 (3ª Série)** representativas de 50,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 22 de Setembro de 2021, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 100.46 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual variável correspondente a MIMO adicionado ao *spread* negativo de 1.5%, mas nunca abaixo de 10.00%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

- Obrigações do Tesouro 2021 (6ª Série)** representativas de 100,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 21 de Julho de 2021, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 111,78 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 14.25% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos dez cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias), acrescida de *spread* de 0.75%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

- Obrigações do Tesouro 2021 (8ª Série)** representativas de 100,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 22 de Setembro de 2021, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 106,95 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 14.00% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos dez cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias), acrescida de *spread* de 0.75%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

- Obrigações do Tesouro 2021 (9ª Série)**, consistiam em 300,000 títulos, com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 09 de Novembro de 2021, com prazo de maturidade de 2 anos, tendo vencido em Novembro de 2023. Estes títulos ofereciam uma remuneração base semestral à taxa anual de 14.00% para os dois primeiros cupões e uma taxa variável para os últimos dez cupões. Essa taxa variável estava vinculada à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro, com prazo superior a 63 dias, acrescida de um *spread* de 0.25%.

- Obrigações do Tesouro 2022 (3ª Série)** representativas de 100,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 09 de Março de 2022, com uma maturidade de 8 anos, apresentando um justo valor de MT 114.78 cada, à data de relato. Os juros são pagos semestralmente a uma taxa anual de 15.25% para os dois primeiros cupões e de forma variável para os quatro últimos cupões. Esta taxa variável está vinculada à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro, com prazo superior a 63 dias, acrescida de um *spread* de 1.75%. O reembolso do capital será feito integralmente na data de vencimento.

- Obrigações do Tesouro 2022 (5ª Série)** representativas de 250,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 11 de Maio de 2022, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de MT 102,10 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 17.00%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

- Obrigações do Tesouro 2022 (6ª Série)** representativas de 260,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 08 de Junho de 2022, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 100.74 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 17.00%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

- Obrigações do Tesouro 2022 (7ª Série)** representativas de 118,005 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 10 de Agosto de 2022, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 157.55 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 17.75%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

- Obrigações do Tesouro 2022 (8ª Série)** representativas de 100,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 08 de Setembro de 2022, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de MT 106.00 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 17.625%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

- Obrigações do Tesouro 2022 (10ª Série)** representativas de 1,943,628 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 23 de Novembro de 2022, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 105.99 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 19.00%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

- Obrigações do Tesouro 2023 (1ª Série)** representativas de 150,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 02 de Outubro de 2023, com uma maturidade de 5 anos, apresentando um justo valor de MT 111,55 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 14.00%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

- Obrigações do Tesouro 2023 (4ª Série)** representativas de 235,500 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 10 de Maio de 2023, com uma maturidade de 5 anos, apresentando um justo valor de MT 108.10 cada, à data de relato. Os juros são pagos semestralmente a uma taxa anual de 19.00% para os quatro primeiros cupões e de forma variável para os seis últimos cupões. Esta taxa variável está vinculada à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro, com prazo superior a 63 dias, acrescida de um *spread* de 0.75%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

- Obrigações do Tesouro 2023 (8ª Série)** representativas de 100,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 20 de Setembro de 2023, com uma maturidade de 10 anos, apresentando um justo valor de MT 98.87 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 16.00%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Os Bilhetes do Tesouro têm um valor total de MT 389,476,000.00 e são remuneráveis à taxa de juro média anual de 18.12%. O juro e o capital serão pagos na maturidade dos títulos.

Os investimentos em títulos de empresas privadas são constituídos pelos seguintes instrumentos de dívida:

- Obrigações Corporativas Bayport 2021 (1ª Série)** representativas de 82,087.12 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 21 de Maio de 2021 com uma maturidade de 5 anos. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual fixa de 18.00% para o primeiro cupão e variável para os restantes cupões indexados à taxa de juro média ponderada das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 90 dias, acrescida de uma margem de 4.50%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade. À data de relato os títulos apresentam justo valor de 107.13 cada.

- Obrigações Corporativas Bayport 2021 (2ª Série)** representativas de 67,913 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 26 de Julho de 2021 com uma maturidade de 5 anos. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual fixa de 18.00% para o primeiro cupão e variável para os restantes cupões indexados à taxa de juro média ponderada das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 360 dias, acrescida de uma margem de 4.50%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade. À data de relato os títulos apresentam justo valor de 115.90 cada.

- Papel Comercial MYBUCKS 2022 (1ª Série)**, que consistiam em 2,500,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 29 de Junho de 2022, pelo prazo de maturidade de 1 ano, tendo vencido em Junho de 2023. Os títulos remuneravam juros numa base semestral a uma taxa anual fixa de 18.90%.

- Papel Comercial MYBUCKS 2023 (1ª Série)** representativo de 2,500,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 29 de Julho de 2023, por 1 ano. Os juros são pagos numa base semestral a uma taxa anual de 20.00% fixa durante a sua maturidade. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade. À data de relato os títulos apresentam justo valor de MT 110.30 cada.

- Obrigações Corporativas Letshego 2023 (2ª Série)**, representativas de 500,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 11 de Agosto de 2023, pelo prazo de maturidade de 4 anos. Estes títulos oferecem uma taxa de juros remuneratória semestral de 22.5% para os dois primeiros cupões, seguidos por uma taxa variável nos seis últimos cupões. A variação desta taxa estava indexada à média ponderada das taxas de juro médias das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 90 dias, acrescida de um *spread* de 4,5%. À data de relato os títulos apresentam justo valor de MT 113.55 cada.

Os instrumentos de capital são constituídos pelos seguintes títulos de participação no capital social:

- **Participação financeira não qualificada no capital social do TDB** no valor de USD 5,513,715.00, representativo de 888 acções de classe B, equivalente a uma quota de participação de 0.5% à data de subscrição.
- **Participação no capital social da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO)** em 0,5% correspondente a MT 6,327,464.57, representativo de 63,275 acções.

A rubrica de investimentos em títulos apresentou a seguinte composição na data de relato, no que se refere a títulos cotados e não cotados:

	2023		
	MT	MT	MT
	Cotados	Não cotados	Total
Instrumentos de dívida			
Obrigações do Tesouro	632,411,129	-	632,411,129
Bilhetes do Tesouro	-	371,947,392	371,947,392
Empresas privadas	348,544,532	-	348,544,532
Instrumentos de capital			
Outros títulos	-	504,161,090	504,161,090
	980,955,661	876,108,482	1,857,064,143

	2022		
	MT	MT	MT
	Cotados	Não cotados	Total
Instrumentos de dívida			
Obrigações do Tesouro	641,827,967	-	641,827,967
Bilhetes do Tesouro	-	61,511,410	61,511,410
Empresas privadas	265,370,573	-	265,370,573
Instrumentos de capital			
Outros títulos	-	479,064,281	479,064,281
	907,198,540	540,575,691	1,447,774,231

17. Outros activos

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Devedores e outras Aplicações				
Recursos Humanos	11,518,867	-	3,448,454	-
Operações de Clientes (17.1)	148,042,131	-	6,445,047	-
Devedores Diversos	1,091,395	-	2,271,733	-
	160,652,393		12,165,234	
Rendimentos a receber				
Outros rendimentos a receber de serviços bancários (17.2)	458,737,891	-	685,096,801	-
	458,737,891		685,096,801	
Despesas com encargo diferido				
Seguros	2,101,121	-	1,536,305	-
Licenças	3,554,663	-	2,905,199	-
Economato	4,048,248	-	3,489,459	-
Encargos associados à celebração de contrato de financiamento	7,183,788	-	6,545,178	-
Outras Despesas com encargo diferido	194,269	-	701,663	-
	17,082,089		15,177,804	
	636,472,372		712,439,839	
Imparidade (17.3)	(111,139,654)	-	(2,625,390)	-
	525,332,718		709,814,449	

(17.1) A rubrica contempla valores a receber resultantes de acordos de liquidação de empréstimos e despesas de clientes efectuadas a título de adiantamento.

(17.2) A rubrica inclui receitas de comissões a receber por prestação de serviços de assessoria financeira e pela prestação de serviços bancários diversos, em particular, a emissão de garantias bancárias.

(17.3) A rubrica inclui imparidades sobre os valores a receber sobre a prestação de serviços de assessoria financeira, conforme se pode observar o movimento:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Saldo em 1 de Janeiro				
Utilização	(2,625,390)	-	(2,625,390)	-
Dotação do exercício	(109,794,646)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	(111,139,654)		(2,625,390)	

18. Activos não correntes detidos para venda

Nesta rubrica encontram-se registados imóveis que foram obtidos, através da dação em cumprimento de créditos em dívida. Estes bens foram registados como "Activos não correntes detidos para venda" pelo seu justo valor que corresponde ao menor dos valores entre o valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda.

Em 31 de Dezembro, a mesma apresentava-se como segue:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Activos por recuperação de crédito				
Equipamentos	272,006,100	-	272,006,100	-
Imóveis	543,250,366	-	-	-
	815,256,466		272,006,100	
Perda de Justo Valor	(4,894,800)	-	(4,894,800)	-
	810,361,666		267,111,300	
Adiantamento da venda de activos	(12,000,000)	-	-	-
	798,361,666		267,111,300	

As imparidades sobre os activos não correntes detidos para venda não apresentaram movimento em 2023, conforme:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Saldo em 1 de Janeiro				
Constituição de imparidades	4,894,800	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	4,894,800		4,894,800	

19. Activos tangíveis

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023							
	Imóveis	Equipamento	Viaturas	Mobiliário e material	Outros meios básicos	Activos sob direito de uso (19.1)	Investimentos em curso	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Custo								
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	483,237,234	107,961,514	90,706,030	67,345,259	6,210,281	3,411,842	35,366,884	794,239,044
Transferência	-	18,761,515	-	-	-	-	(18,761,515)	-
Abates (19.2)	(1,109,443)	(13,996)	(13,620,000)	-	-	(3,411,842)	-	(18,155,280)
Aquisições	5,165,087	13,912,921	46,806,370	81,757	-	3,855,599	1,278,910	71,100,644
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	487,292,878	140,821,955	123,892,400	67,427,016	6,210,281	3,855,599	17,884,279	847,184,408
Depreciações acumuladas								
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	82,295,394	64,693,908	46,908,571	35,388,253	1,677,860	3,151,773	-	234,115,759
Depreciações do exercício	9,982,688	20,351,944	23,177,350	6,888,207	703,241	707,010	-	61,810,442
Abates	(79,510)	(6,123)	(6,075,000)	-	-	(3,408,963)	-	(9,569,596)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	92,198,572	85,039,729	64,010,921	42,276,460	2,381,101	449,820		286,356,693
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2023	395,094,306	55,782,226	59,881,479	25,150,556	3,829,180	3,405,779	17,884,279	560,827,805

	2022							
	Imóveis	Equipamento	Viaturas	Mobiliário e material	Outros meios básicos	Activos sob direito de uso	Investimentos em curso	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Custo								
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	481,150,304	91,434,756	81,040,030	66,921,603	5,710,794	3,233,948	25,540,119	755,031,553
Transferência	-	-	9,666,000	-	-	-	(9,666,000)	-
Aquisições	2,086,930	16,526,758	-	423,656	499,487	177,894	19,492,765	39,207,481
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	483,237,234	107,961,514	90,706,030	67,345,259	6,210,281	3,411,842	35,366,884	794,239,044
Depreciações acumuladas								
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	72,571,958	47,707,165	27,545,228	27,158,423	1,025,459	2,371,563	-	178,379,796
Depreciações do exercício	9,723,436	16,986,743	19,363,343	8,229,830	652,401	780,210	-	55,735,963
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	82,295,394	64,693,908	46,908,571	35,388,253	1,677,860	3,151,773		234,115,759
Quantia escriturada em 31 de Dezembro de 2022	400,941,840	43,267,605	43,797,459	31,957,006	4,532,421	260,069	35,366,884	580,123,285

(19.1) O Banco detém um contrato de locação de um imóvel elegível para o reconhecimento como activo sob direito de uso em conformidade com os requisitos da NIRF 16.

(19.2) Por decisão da Administração do Banco, procedeu-se ao abate de equipamentos diversos que haviam alcançado o final do período de vida útil, bem como de viaturas atribuídas a cinco gestores que exerceram seu direito de alienação ao término de suas funções, como parte da política de pessoal do Banco.

20. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Quantia Escriturada				
Saldo em 1 de Janeiro	4,905,573	-	4,905,573	-
Aquisições	40,383	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	4,945,956		4,905,573	
Amortizações acumuladas				
Saldo em 1 de Janeiro	4,905,348	-	4,153,110	-
Amortização do exercício	5,273	-	752,238	-
Saldo em 31 de Dezembro	4,910,621		4,905,348	
Quantia escriturada em 31 de Dezembro	35,335		225	

21. Activos por impostos correntes

A rubrica de activos por impostos correntes decompõe-se da seguinte forma:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
IRPC a pagar				
Estimativa do imposto do exercício	(63,651,708)	-	(43,311,836)	-
Impostos/Rendimentos tributados a taxa liberatória	63,651,708	-	43,311,836	-
IRPC a pagar	-		-	
IRPC a recuperar				
Pagamentos por conta de IRPC	111,709,452	-	74,211,221	-
Retenção na fonte de IRPC	44,823,790	-	47,153,736	-
	156,533,242		121,364,957	
	156,533,242		121,364,957	

A rubrica de IRPC a recuperar apresentou o seguinte movimento em 2023:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
IRPC a recuperar				
Por impostos a recuperar - IRPC	121,364,957	-	109,629,074	-
Utilização do crédito fiscal	(15,459,791)	-	-	-
Pagamento por conta do exercício	-	-	100,000	-
Retenções na fonte do exercício	50,528,076	-	11,635,883	-
	156,433,242		121,364,957	

Os impostos sobre o lucro observaram a seguinte decomposição:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Impostos/Rendimentos tributados a taxa liberatória	63,651,708	-	43,311,836	-
Impostos diferidos	(12,079,733)	-	(8,310,271)	-
IRPC a liquidar	51,571,975		35,001,565	

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como se segue:

	2023		2022	
	Taxa de imposto	Valor (MT)	Taxa de imposto	Valor (MT)
Resultados antes de impostos	-	320,791,419	-	243,623,038
Imposto apurado com base na taxa nominal	32.00%	102,653,254	32.00%	77,959,372
Impacto dos rendimentos sujeitos a taxas liberatórias de imposto	-27.44%	(88,036,222)	-10.67%	(25,987,101)
Benefício fiscal	14.92%	47,866,746	(0.14)	(33,857,875)
Correcções fiscais:				
Correcções de exercícios anteriores	0.06%	195,412	1.69%	4,111,282
Impostos diferidos não reconhecidos em activos	0.00%	-	1.10%	2,681,871
Despesas não dedutíveis	0.30%	972,517	4.14%	10,094,016
Total do imposto	19.84%	63,651,708	14.37%	35,001,565

22. Capital social ordinário

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023	2022
	MT	MT
Capital realizado	2,240,000,000	2,240,000,000
Total de capital subscrito e autorizado	2,240,000,000	2,240,000,000

Em 31 de Dezembro de 2023, o capital social do Banco estava representado por 2,240,000,000.00 acções ordinárias de MT 1 cada, totalmente realizadas e detidas na sua totalidade pelo Instituto de Gestão de Participações do Estado (IGEPE).

23. Distribuição de Resultados do exercício anterior

Nos termos da legislação moçambicana, o Banco tem de reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem não inferior a 30% dos seus lucros líquidos de impostos, até que a reserva atinja um valor igual ao do capital social emitido. Por deliberação da Assembleia-Geral realizada em 13 de Maio de 2023, os resultados líquidos do exercício de 2022 no valor de MT 208,621,473 foram distribuídos da seguinte forma:

	2023	2022
	MT	MT
Reserva Legal	62,586,442	34,721,482
Distribuição de dividendos	60,000,000	46,295,309
Resultados Transitados	86,035,031	34,721,481
	208,621,473	115,738,272

24. Reserva legal e Resultados transitados

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023	2022
	MT	MT
Reserva Legal		
Saldo em 01 de Janeiro	264,972,330	230,250,848
Por incorporação de resultados do exercício anterior	62,586,442	34,721,482
Total de Reserva Legal	327,558,772	264,972,330
Resultados Transitados		
Saldo em 01 de Janeiro	886,995,213	852,273,731
Regularização do efeito de aplicação de NIRF's	(51,495)	-
Por incorporação de resultados do exercício anterior	86,035,031	34,721,482
Total de Resultados Transitados	972,978,749	886,995,213
Total de Reserva e Resultados Transitados	1,300,537,521	1,151,967,543

25. Reserva de justo valor

A Reserva de justo valor a 31 de Dezembro é analisada como se segue:

	2023	2022
	MT	MT
Valor de mercado dos activos financeiros	1,857,064,146	1,447,774,232
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(1,690,830,841)	(1,347,648,432)
Ganho potencial reconhecido na reserva de justo valor de títulos	166,233,305	100,125,800
Impostos diferidos	(53,194,658)	(32,040,257)
Reserva de justo valor	113,038,647	68,085,543

Em 31 de Dezembro, o movimento das reservas de justo valor resumiu-se como segue:

	2023	2022
	MT	MT
Justo valor de títulos		
Saldo em 01 de Janeiro	100,125,800	166,761,488
Alterações de justo valor de títulos	66,107,507	(66,635,688)
Saldo em 31 de Dezembro	166,233,307	100,125,800
Impostos diferidos		
Saldo em 01 de Janeiro	(32,040,257)	(53,363,676)
Alterações de impostos diferidos	(21,154,403)	21,323,419
Saldo em 31 de Dezembro	(53,194,660)	(32,040,257)
Reserva de justo valor	113,038,647	68,085,543

26. Recursos de outras instituições de crédito

Os recursos de outras instituições de crédito a 31 de Dezembro são analisados como se segue:

	2023	2022
	MT	MT
Recursos de outras instituições de crédito		
Recursos de instituições de crédito nacionais	488,835,000	169,255,500
Recursos de instituições de crédito estrangeiras	649,728,260	1,082,469,076
	1,138,563,260	1,251,724,576
Juros a pagar	106,235,883	64,792,292
	1,244,799,143	1,316,516,868

Os recursos de outras instituições de crédito apresentavam os seguintes prazos residuais em 31 de Dezembro:

	2023	2022
	MT	MT
Até 3 meses	490,850,553	304,101,731
3-12 meses	184,536,260	260,498,146
1-3 anos	-	184,449,624
Mais de 3 anos	569,412,330	567,467,367
	1,244,799,143	1,316,516,868

27. Recursos de clientes

Os recursos de clientes a 31 de Dezembro são analisados como se segue:

	2023	2022
	MT	MT
Depósitos à ordem	413,940,665	203,131,376
Depósitos à prazo	761,365,696	410,000,000
Outros recursos	3,530,246	2,770,056
	1,178,836,607	615,901,432
Juros a pagar	1,791,734	25,437,671
	1,180,628,341	641,339,103

A maturidade residual das operações a prazo apresenta a seguinte estrutura:

	2023	2022
	MT	MT
Até 1 mês	150,000,000	-
1 - 3 meses	561,365,696	-
3 - 12 meses	50,000,000	400,000,000
Mais de 1 ano	-	10,000,000
	761,365,696	410,000,000

A carteira de recursos de clientes por moeda apresenta a seguinte decomposição:

	2023	2022
	MT	MT
Moeda nacional	1,180,500,940	637,677,324
Moeda externa	127,401	3,661,779
	1,180,628,341	641,339,103

28. Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
	MT	MT
Empréstimos obrigacionistas		
Obrigações BNI Covid - 19	-	600,000,000
Obrigações BNI 2021 - 1ª Série	353,000,000	353,000,000
Obrigações BNI 2021 - 2ª Série	600,000,000	600,000,000
Obrigações BNI 2021 - 3ª Série	500,000,000	500,000,000
Obrigações BNI 2022 1ª Série	325,682,000	325,682,000
Obrigações BNI 2023 1ª Série	500,000,000	-
Papel Comercial BNI 2023	370,000,000	-
	2,648,682,000	2,378,682,000
Juros a pagar	84,283,566	49,191,709
	2,732,965,566	2,427,873,709

- As Obrigações BNI Covid -19, consistiam em 6,000,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 16 de Junho de 2020, por um período de 3 anos e venceram em Junho de 2023. Os títulos oneravam juros semestrais a uma taxa nominal variável correspondente a 24% da PLR do Sistema Financeiro.
- As Obrigações BNI 2021 (1ª série) são representativas de 3,530,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, onerados a uma taxa nominal variável indexada à *PLR (Prime Lending Rate)* do sistema financeiro moçambicano, adicionada a um *Spread* negativo de 14.65%, mas nunca abaixo de 4.25%. Os juros são pagos trimestralmente e o capital será pago na totalidade na data de vencimento dos títulos. Os títulos foram emitidos em 15 de Julho de 2021, por um período de 5 anos.
- As Obrigações BNI 2021 (2ª série) são representativas de 6,000,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, onerados a uma taxa nominal variável indexada à *PLR (Prime Lending Rate)* do Sistema Financeiro moçambicano, adicionada a um *Spread* negativo de 8.90%, mas nunca abaixo de 10%. Os juros são pagos trimestralmente e o capital será pago na totalidade na data de vencimento dos títulos. Os títulos foram emitidos em 17 de Setembro 2021, por um período de 5 anos.
- As Obrigações BNI 2021 (3ª série) são representativas de MT 5,000,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, onerados a uma taxa nominal variável indexada à taxa MIMO, adicionada a um *Spread* negativo de 1.5%, mas nunca abaixo de 10%. Os juros são pagos semestralmente e o capital será pago na totalidade na data de vencimento dos títulos. Os títulos foram emitidos em 22 de Setembro 2021, por um período de 5 anos.
- As Obrigações BNI 2022 (1ª série) são representativas de MT 3,256,820 títulos com valor nominal de MT 100 cada, onerados a uma taxa nominal variável indexada à taxa MIMO, adicionada a um *Spread* de 2.75. Os juros são pagos semestralmente e o capital será pago na totalidade na data de vencimento dos títulos. Os títulos foram emitidos em 29 de Janeiro 2022, por um período de 3 anos.
- As Obrigações BNI 2023 (1ª série) representam MT 5,000,000 títulos, com um valor nominal de MT 100 cada. Estes títulos estão sujeitos a uma taxa de juros anual fixa de 14.00%, pagável semestralmente ao longo do seu período de maturidade. Emitidos em 02 de Outubro de 2023, estes títulos têm um prazo de 5 anos, com o capital integral a ser reembolsado na data de vencimento.
- O Papel Comercial BNI 2023 (3ª série) consiste em 3,700,000 títulos, cada um com valor nominal de MT 100. Emitido em 07 de Novembro de 2023, este papel comercial tem um prazo de maturidade de 1 ano, e sujeito a uma taxa de juros anual fixa de 15.00%, pagável semestralmente ao longo do seu período de maturidade, com o reembolso integral do capital na data de vencimento.

29. Recursos consignados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
FAE (linha de Financiamento ao Agronegócio e Empreendedorismo) (i)	87,874,066	99,912,947
FDA (Fundo de Desenvolvimento Agrário) (ii)	133,595,134	136,510,247
INCAJÚ (Instituto de Fomento de Caju) (iii)	103,630,225	104,426,950
Linha de crédito GOV.COVID-19 (iv)	503,359,901	656,263,307
SASOL (v)	314,027,417	314,419,884
Petromoc (vi)	1,866,723,489	1,500,000,000
Outros	1,824,910	1,824,910
	3,011,035,141	2,813,358,244

- (i) Os recursos consignados do FAE destinam-se ao apoio ao agro-negócio e promoção do empreendedorismo ao longo do Vale do Zambeze, tendo sido mobilizados junto da Agência do Desenvolvimento do Vale de Zambeze.
- (ii) Os recursos consignados do FDA destinam-se à cobertura do risco de crédito no sector agrícola, através de emissão de garantias bancárias.
- (iii) Os recursos consignados do INCAJÚ destinam-se à cobertura do risco de crédito do subsector do caju, através de emissão de garantias bancárias.

(iv) A linha de crédito GOV.COVID-19 foi desenvolvida em parceria com o Governo da República de Moçambique, tendo sido aprovada através do Decreto n.º 37/2020, de 02 de Junho. A linha destina-se ao apoio das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) afectadas pela Covid-19. Este montante representa o valor ainda disponível para o financiamento de projectos ou empresas cujos pedidos foram aprovados, aguardando apenas o cumprimento pelos mutuários de todas as condições prévias ao desembolso.

(v) Linha de crédito SASOL destina-se ao financiamento da cadeia de valor do sector de gás natural veicular no troço entre as Províncias de Maputo e Inhambane.

(vi) Recursos para cobertura do risco de emissão de garantias bancárias internacionais de importação de combustível.

O BNI actua como um mero intermediário, com funções de garantir a gestão operacional e financeira das linhas de crédito, não assumindo, consequentemente, qualquer risco de crédito que possa advir com a aplicação destes recursos consignados.

30. Outros passivos

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Parceiros de prestação de serviços financeiros	-	-	40,867,028	-
Receitas com rendimento diferido	8,566,264	-	2,855,106	-
Remuneração a pagar a colaboradores (30.1)	16,770,000	-	15,702,500	-
Contribuições para a segurança social (30.2)	1,310,438	-	1,154,706	-
IRPS (30.2)	5,526,625	-	5,055,014	-
Outros impostos a pagar (30.2)	3,882,788	-	2,448,650	-
Plano de saúde de Colaboradores	7,140,000	-	-	-
Outros credores (30.3)	15,689,513	-	15,804,283	-
Passivos de Locação (30.4)	3,587,525	-	377,232	-
	62,473,153		84,264,519	
Outras contas de regularização				
Contas internas	12,686,772	-	72,353,728	-
	12,686,772		72,353,728	
	75,159,925		156,618,247	

(30.1) As remunerações a pagar aos Colaboradores referem-se à especialização de gastos com o subsídio de férias pago em Janeiro de 2024.

(30.2) Esses encargos correspondem às retenções sobre o rendimento referentes ao mês de Dezembro de 2023 e serão pagos em Janeiro de 2024.

(30.3) A rubrica de outros credores inclui (i) honorários dos auditores externos MT 3.65 milhões (2022: MT 2.94 milhões); (ii) encargos a pagar sobre a gestão de fundos MT 1,978.66 milhões (2022: MT 2,14 milhões); (iii) Comissões a pagar sobre a intermediação na prestação de serviços bancários MT 1,793.81 milhões; (vi) credores diversos no montante de MT 8.27 milhões (2021: MT 8.3 milhões).

(30.4) Esta rubrica está associada ao reconhecimento das responsabilidades de locação de um imóvel, em conformidade com a NIRF 16. No exercício de 2022, a rubrica apresentou o seguinte movimento:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Saldo Inicial	-	-	377,232	1,192,939
Adições	3,855,599	-	-	-
Juros	509,175	-	185,399	-
Efeito do ajustamento do IVA	-	-	-	177,894
Pagamento	(1,154,481)	-	(1,179,000)	-
	3,587,525		377,232	

31. Passivos por impostos diferidos

Em 31 de Dezembro, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Diferenças cambiais	48,843,004	-	60,922,737	-
Justo valor de investimento em títulos	53,194,658	-	32,040,255	-
Activos tangíveis	-	-	-	(51,498)
	102,037,662		92,911,494	

O movimento do exercício da rubrica de passivos por impostos diferidos apresenta-se na tabela que se segue:

	Saldo de abertura	2023			Total
		Por resultados	Por capitais próprio	Total	
	MT	MT	MT	MT	MT
Passivos por impostos diferidos					
Investimento em títulos	32,040,255	-	21,154,403	53,194,658	-
Diferenças cambiais	60,922,737	(12,079,733)	-	48,843,004	-
Activos sobre o direito de uso	(51,498)	-	51,498	-	-
	92,911,494	(12,079,733)	21,205,900	102,037,662	

	Saldo de abertura	2022			Total
		Por resultados	Por capitais próprio	Total	
	MT	Gastos	diminuições	MT	MT
Passivos por impostos diferidos					
Investimento em títulos	53,363,676	-	(21,323,421)	32,040,255	-
Diferenças cambiais	69,233,008	(8,310,271)	-	60,922,737	-
Activos sobre o direito de uso	(51,498)	-	-	(51,498)	-
	122,545,186	(8,310,271)	(21,323,421)	92,911,494	

32. Provisões

Em 31 de Dezembro, o movimento ocorrido nas provisões foi o seguinte:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Provisões para garantias e compromissos				
Saldo em 1 de Janeiro	58,419,647	-	20,748,397	-
(Reversão)/Reforço líquido do Exercício	(52,782,153)	-	37,671,250	-
Saldo em 31 de Dezembro	5,637,494		58,419,647	

33. Transacções com partes relacionadas

Seguem abaixo os detalhes sobre transacções com partes relacionadas:

	2023		2022	
	MT	MT	MT	MT
Activo				
Crédito	734,958,065	-	468,724,702	-
Órgãos Sociais	11,239,727	-	26,427,247	-
Clientes	723,718,338	-	442,297,455	-
Petromoc,SA	626,185,905	-	339,401,761	-
Silos e terminal Graneleiro da Matola, SA	97,532,434	-	102,895,694	-
Obrigações do Tesouro	635,834,770	-	641,827,967	-
Depósitos de clientes	998,994,133	-	118,994,422	-
Administração Central	132,875,922	-	111,381,722	-
Clientes	151,990,068	-	7,612,700	-
Petromoc,SA	151,990,068	-	7,612,700	-
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	550,000,000	-	-	-
Instituto de Gestão das Participações do Estado	772,379	-	-	-
Silos e terminal Graneleiro da Matola, SA	11,365,696	-	-	-
Recursos Consignados				
Estado Moçambicano	503,359,901	-	656,263,306	-
Petromoc,SA	1,863,000,000	-	1,500,000,000	-
Rendimentos	400,741,042	-	310,105,839	-
Juros de Crédito	92,845,596	-	63,762,740	-
Juros de títulos de dívida pública moçambicana	127,004,666	-	98,498,024	-
Comissão de emissão de garantias bancárias	23,987,227	-	31,741,056	-
Comissão de assessoria financeira	89,169,811	-	61,320,960	-
Comissão sobre gestão de fundos	67,733,742	-	54,783,058	-
Custos				
Custos com responsabilidades representados por títulos	(165,319,444)	-	(170,852,625)	-
Juros de depósitos de clientes	(992,882)	-	(41,857,534)	-
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	82,954,100	-	79,908,600	-



34. Relatório do Conselho Fiscal


**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2023**

- Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal do Banco Nacional de Investimento, S.A., submete à apreciação de V. Exias o relatório de acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e contas apresentadas pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.
- O Conselho Fiscal zelou pela observância das disposições legais e regulamentares, dos estatutos e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente.
- No âmbito das suas competências e no exercício das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou de forma continuada a evolução da actividade do Banco, tendo verificado que o cenário macroeconómico desafiante observado exigiu do Banco um esforço redobrado na definição de medidas adequadas para uma gestão eficiente, equilibrada e racional, visando: (i) o fortalecimento da qualidade do balanço; (ii) a protecção da rentabilidade; (iii) e a manutenção dos níveis adequados de capital, de acordo com os requisitos regulamentares aplicáveis.
- No quadro do programa de actividades e calendário de reuniões predefinido e da prática que tem vindo a observar, durante o exercício económico de 2023, o Conselho Fiscal tomou conhecimento das deliberações do Conselho de Administração e manteve encontros regulares com a Comissão Executiva do Banco, bem como com as Unidades Orgânicas encarregues da implementação e gestão de mecanismos de controlo interno do Banco, nomeadamente: Direcção Financeira e Planeamento, Gabinete de Gestão de Risco, Gabinete de Controlo Interno e *Compliance*, Gabinete de Auditoria Interna e Direcção de Crédito e Mercados.
- O Conselho Fiscal manteve o foco no acompanhamento e avaliação da implementação das recomendações do Regulador, do Relatório do Gabinete de Auditoria Interna e das revisões de procedimentos efectuadas pelo Auditor Externo, prestando especial atenção às insuficiências identificadas e às recomendações apresentadas no sentido de as ultrapassar, bem como ao cumprimento dos prazos definidos para a sua regularização.

Relatório e Parecer CF_2023

1


**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2023**

- No âmbito das suas atribuições, apreciou favoravelmente a Proposta do Plano Anual de Actividades e do Orçamento para o Ano de 2024, que o Conselho de Administração do Banco submeteu à aprovação da Assembleia Geral.
- Verificou a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação, bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da actividade do Banco e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna.
- Acompanhou o nível do cumprimento das recomendações do Banco de Moçambique, no quadro da supervisão prudencial, nos termos da legislação aplicável às directrizes de gestão do risco.
- No âmbito das suas funções e nos termos das disposições legais e regulamentares, o Conselho Fiscal pronunciou-se sobre os casos relativos ao crédito a entidades correlacionadas, bem como a sociedades ou outros entes colectivos, directa ou indirectamente dominados pela entidade correlacionada, ou que com ela estejam em relação de grupo, nos termos da legislação em vigor.
- Com vista ao cumprimento da Lei n.º 14/2023, de 28 de Agosto, sobre Prevenção e Combate de Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa, consubstanciado pelo Aviso n.º 05/GBM/2023, de 17 de Novembro, os membros dos órgãos sociais e colaboradores da instituição foram capacitados com o objectivo de melhorar o conhecimento de operações e acções que possam estar ligadas ao branqueamento de capitais ou ao financiamento do terrorismo e instruí-los sobre os procedimentos que devem adoptar.
- O trabalho do Conselho Fiscal consistiu, sempre, em cumprir com as matérias consagradas legalmente, em acompanhar de modo permanente a actividade do Banco, e em verificar se os critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras, com referência a 31 de Dezembro de 2023, que compreendem a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações na Situação Líquida e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF's).

Relatório e Parecer CF_2023

2


**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2023**

- Os resultados do Banco Nacional de Investimento em 2023 apresentam um nível consistente com os verificados em exercícios anteriores, pese embora os desafios que se colocaram, com o resultado o líquido de MZN 269.219.443 (duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e dezanove mil, quatrocentos e quarenta e três meticais), cerca de 29% acima do período homólogo (2022: MZN 208.621.475), sustentado pelo crescimento da margem financeira em 10,5% e da margem complementar em 3,18%.
- A trajectória de resultados líquidos positivos do Banco, conjugados com a melhoria na eficiência, gestão de capital e do risco de crédito permitiram melhoria dos indicadores de solidez e de rentabilidade, evidenciado pelo rácio de solvabilidade de 23,5% (2022: 17,57%) e pelo rácio de liquidez de 106,89% (2022: 95,39%), estando os indicadores acima dos requisitos regulamentares e dos *benchmarks*, permitindo melhor cobertura dos riscos actuais e futuros advinentes dos choques adversos da conjuntura de mercado.
- O Activo total do Banco ascendeu a MZN 12.275.058.885 em 2023, representando um crescimento de 9,8% em relação ao montante de MZN 11.175.711.871 reportado em 2022. Este aumento reflectiu a expansão da carteira de instrumentos financeiros líquidos e de baixo risco, como aplicações em outras instituições de crédito e investimentos em Títulos do Tesouro, como alternativas de investimento face ao actual cenário de elevado risco e de reduzida procura por crédito.
- Apesar da queda significativa no crédito em incumprimento, a qualidade da carteira de crédito, avaliada pelo rácio do crédito vencido há mais de 90 dias em relação ao total, melhorou ligeiramente, ao sair de 29,54% em 2022 para 28,33% em 2023. Esta melhoria ligeira é explicada pela redução da carteira de crédito em 23%, como resultado da não renovação de algumas operações de crédito liquidadas, em linha com a estratégia do Banco de impor maior prudência na concessão crédito por forma a mitigar o actual ambiente de elevado risco de crédito.
- O Passivo total do Banco, no final de 2023, atingiu MZN 8.352.263.271, com um crescimento de 11,3% em relação aos MNZ 7.507.037.313 do ano anterior (2022). Esse aumento foi impulsionado pelo crescimento dos recursos de clientes (84,09%) e nos empréstimos obrigacionistas (12,57%), reflectindo o alargamento da base de parceiros.

Relatório e Parecer CF_2023

3


**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2023**

- A Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios do Banco evidencia um Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2023 de MZN 3.922.795.613, superior em 6,9% relativamente ao período homólogo (2022: 3.668.674.557), desempenho explicado pelo resultado líquido positivo do ano e pela incorporação de 71% do resultado líquido de 2022 no valor de MZN 208.621.475 em reserva legal e resultados transitados.
- A evolução positiva dos Capitais Próprios conjugada com a melhoria da qualidade dos activos do Banco contribuiu para o fortalecimento nos indicadores de adequação de capital, evidenciado pelo aumento significativo dos Fundos Próprios Regulamentares em 22%. Adicionalmente, o rácio de solvabilidade global apresentou uma melhoria notável, passando de 17,57% em 2022 para 23,50%, mantendo-se confortavelmente acima do mínimo exigido pelo regulador - o Banco de Moçambique (12,00%).
- O Conselho Fiscal procedeu, adicionalmente, a análise do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2023, preparado pelo Conselho de Administração, tendo concluído que o mesmo é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios, da situação do Banco, da envolvente económica e do mercado.
- Apreciou, igualmente, a Proposta da Aplicação de Resultados elaborada pelo Conselho de Administração, tendo constatado que não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
- Apreciou, ainda, o conteúdo do Parecer do Auditor Independente *KPMG, Sociedade de Auditores Certificados*, relativo às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício económico de 2023, cujo teor o Conselho Fiscal expressa a sua concordância e dá aqui como integralmente reproduzido.
- Não foi reportada, nem se verificou, no decorrer da actividade, qualquer irregularidade por parte da sociedade, nomeadamente de natureza lesiva aos interesses da instituição e do accionista.
- O Conselho Fiscal regista com agrado o esforço desenvolvido pelo Banco no sentido de maior rigor e prudência na concessão de crédito, caracterizado por um acompanhamento cauteloso da evolução do risco da carteira, contribuindo desse modo para uma maior resiliência à degradação do risco de crédito.

Relatório e Parecer CF_2023

4



**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2023**

24. O Relatório de Actividades e respectivas Demonstrações Financeiras apresentadas relativas ao exercício económico de 2023, as quais incluem o resumo das políticas contabilísticas espelhado na demonstração dos resultados por natureza e na demonstração dos fluxos de caixa, complementadas com os esclarecimentos adicionais, dão uma base segura para o Conselho Fiscal poder emitir a sua opinião e parecer.
25. Nestes termos e para os efeitos previstos, que tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas do Banco Nacional de Investimento, S.A., evidenciam:
- a) Que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Banco Nacional de Investimento, S.A.
 - b) Que as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Rendimento Integral, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e respectivas Notas Explicativas:
 - i. Foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Nacional de Investimento, S.A.
 - ii. Estão em conformidade com a Lei e satisfazem as disposições estatutárias, bem como as normas emanadas pela entidade Reguladora;
 - iii. Reflectem, de forma verdadeira, a situação financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2023, bem como o resultado das operações realizadas pelo Banco durante o exercício.
26. Pelo acima exposto, e não tendo conhecimento de qualquer violação da Lei, dos Regulamentos emanados pela entidade reguladora e dos Estatutos, o Conselho Fiscal é de parecer favorável que a Assembleia Geral:
- a) Aprove o Relatório de Gestão e Contas relativas ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2023; e
 - b) Aprove a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2023 apresentada pelo Conselho de Administração.

Relatório e Parecer CF_2023
5



**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2023**

Ao longo do período em que exerceu funções, o Conselho Fiscal teve a oportunidade de constatar o profissionalismo, a disponibilidade, a dedicação e forte empenhamento do Conselho de Administração, da Comissão Executiva e dos Colaboradores das Unidades Orgânicas com quem mais directamente contactou, e expressa os seus agradecimentos pela elevada qualidade e apoio dispensado para a realização do seu trabalho.

Maputo, de 04 de Abril de 2024

O Conselho Fiscal

X
Diogo da Cunha Amaral
Presidente

X
Valentim Naftal Nhamposse
Voçal

X
Aminate Bachir
Voçal

Relatório e Parecer CF_2023
6

35. Relatório dos Auditores Externos



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co/mz

Relatório dos Auditores Independentes

Aos accionistas do Banco Nacional de Investimento

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Investimento (o Banco) constantes das páginas 9 a 84, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2023 e a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data, as políticas contabilísticas significativas, as notas e outra informação explicativa.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco Nacional de Investimento em 31 de Dezembro de 2023, bem como o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (Normas contabilísticas NIRF).

Base de Opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da Empresa, de acordo com o *Código Internacional de Ética para Contabilistas Profissionais (incluindo normas Internacionais de Independência) (Código IESBA)*, juntamente com os requisitos éticos relevantes para nossa auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique e cumprimos nossas outras responsabilidades éticas de acordo com esses requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a prova de auditoria obtida é suficiente e apropriadas para proporcionar uma base razoável para a emissão da nossa opinião de auditoria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as matérias que, no nosso julgamento profissional, foram mais significativas na nossa auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Estas matérias foram abordadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, pelo que não emitimos uma opinião separada sobre estas matérias.

KPMG Auditores e Consultores, S.A., uma sociedade anónima e membro da rede global KPMG, composta por firmas membros independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade Inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

Registada em Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

KPMG Auditores e Consultores, SA, a limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Registered in Mozambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA



Perdas de crédito esperadas relativamente a empréstimos a clientes.	
Consulte as notas 2.1.2, 2.2.9 (x), 3.1.5. e 15 das demonstrações financeiras.	
Matéria relevante de auditoria	Como a matéria foi tratada na nossa auditoria
<p>A actividade principal do Banco consiste na concessão de crédito a clientes.</p> <p>O crédito a clientes totalizava 4 324 078 869 MT em 31 de Dezembro de 2023, o que representa 35% do total do activo.</p> <p>As perdas de crédito esperadas para empréstimos a clientes ("exposição") são materiais para as demonstrações financeiras em termos da sua magnitude, do nível de julgamento subjectivo aplicado pela gestão e do efeito que a perda de crédito esperada tem nos processos e operações de gestão do risco de crédito do Banco.</p> <p>As perdas de crédito esperadas das exposições são estimadas com base na contraparte. Relativamente às exposições, as áreas-chave de julgamento significativo da gestão no âmbito dos cálculos das perdas de crédito esperadas incluem</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do aumento significativo do risco de crédito; ▪ Incorporação de dados macroeconómicos e de informações prospectivas na avaliação do aumento significativo do risco de crédito e na avaliação das perdas de crédito esperadas; ▪ Avaliação da perda de crédito esperada aumentada para exposições de fase 3; e ▪ Pressupostos aplicados para estimar a probabilidade de incumprimento, a exposição dado o incumprimento e a perda dado o incumprimento no âmbito da avaliação das perdas de crédito esperadas. <p>Avaliação do aumento significativo do risco de crédito</p> <p>Para as exposições, o aumento significativo do risco de crédito é amplamente impulsionado pelo movimento nas notações de crédito atribuídas às contrapartes na data de origem e de reporte.</p> <p>O Banco dispõe de uma escala de notação para</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria efectuados para abordar a perda de crédito esperada nos empréstimos a clientes incluíram o seguinte:</p> <p>Avaliação do aumento significativo do risco de crédito</p> <p>Seleccionámos uma amostra das exposições das fases 1 e 2 e, com a assistência dos nossos especialistas internos, recalculámos de forma independente a Probabilidade de Incumprimento, analisando as informações financeiras destas exposições. O desempenho financeiro destas posições em risco foi ainda avaliado para identificar se se verificou um aumento significativo do risco de crédito e se existiam indicações de que as exposições poderiam ser consideradas em situação de incumprimento.</p> <p>Testámos o desenho e a implementação dos principais controlos no ciclo dos empréstimos a clientes.</p> <p>Avaliámos os controlos das tecnologias da informação que apoiam os sistemas e processos de crédito.</p> <p>Avaliámos o estado de vencido/em atraso de uma amostra de posições em risco e verificámos se a fase de perda de crédito esperada que lhes foi atribuída corresponde ao estado de atraso.</p> <p>Inspeccionámos a lista de processos de execução hipotecária que o Banco instituiu contra os seus clientes e avaliámos se a estas exposições foi atribuído um nível adequado de perda de crédito esperada.</p> <p>Incorporação de dados macroeconómicos e de informações prospectivas na avaliação do aumento significativo do risco de crédito e na avaliação das perdas de crédito esperadas,</p> <p>Efectuámos um recálculo independente do ajustamento prospectivo sobre os empréstimos a</p>



Perdas de crédito esperadas relativamente a empréstimos a clientes.

Consulte as notas 2.1.2, 2.2.9 (x), 3.1.5. e 15 das demonstrações financeiras.

Matéria relevante de auditoria	Como a matéria foi tratada na nossa auditoria
	(NIRF 9) e NIRF 7: Instrumentos Financeiros: Divulgações Avaliámos a adequação das divulgações de Perdas de Crédito Esperadas nas notas às demonstrações financeiras face aos requisitos da NIRF 9 e da NIRF 7.

Outra informação

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende a declaração de responsabilidade dos administradores, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório dos nossos auditores sobre as mesmas, que obtivemos antes da data do presente relatório dos auditores, e o relatório anual, que se espera que nos seja disponibilizado após essa data.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia de sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais.

Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação obtida antes da data do presente relatório do auditor, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos Administradores pelas Demonstrações Financeiras

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), e por um sistema de controlo interno relevante para a preparação de demonstrações financeiras livres de distorções materiais, devidas a fraude ou erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras, os Administradores são responsáveis por avaliar a capacidade da empresa de se manter em continuar a operar segundo o pressuposto de continuidade e utilizar o pressuposto de continuidade, a menos que os Administradores pretendam dissolver a empresa e cessar as operações, ou não tenham alternativa senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos são obter uma garantia de fiabilidade se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma garantia de fiabilidade é um alto nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderem influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.



Perdas de crédito esperadas relativamente a empréstimos a clientes.

Consulte as notas 2.1.2, 2.2.9 (x), 3.1.5. e 15 das demonstrações financeiras.

Matéria relevante de auditoria	Como a matéria foi tratada na nossa auditoria
quantificar o risco de crédito de cada posição em risco. Incorporação de dados macroeconómicos e de informações prospectivas na avaliação do aumento significativo do risco de crédito e na mensuração das perdas de crédito esperadas. A avaliação do aumento significativo do risco de crédito e a avaliação da perda de crédito esperada incorporam dados macroeconómicos e informações prospectivas. As expectativas macroeconómicas são incorporadas nas notações de crédito das contrapartes para reflectir as expectativas do Banco quanto às condições económicas e comerciais futuras. Avaliação das perdas de crédito esperadas para as posições em risco da fase 3 A Administração aplica o seu método interno de gestão do risco de crédito e as suas definições para determinar os montantes recuperáveis (incluindo as garantias) e o momento dos fluxos de caixa futuros para as exposições da fase 3 ao nível de cada contraparte. Os pressupostos aplicados para estimar a Probabilidade de incumprimento, a Exposição dado incumprimento e a Perda dado o incumprimento no âmbito da avaliação das perdas de crédito esperadas. Os pressupostos aplicados para estimar a Probabilidade de Incumprimento, a Exposição dado o Incumprimento e a Perda Dado o Incumprimento como dados para a mensuração da Perda Esperada de Crédito estão sujeitos à apreciação da gestão e são determinados ao nível da exposição. Devido aos julgamentos significativos e às estimativas envolvidas na determinação da imparidade dos empréstimos a clientes, esta foi considerada uma matéria essencial de auditoria.	clientes. O novo cálculo baseou-se no impacto esperado das perspectivas macroeconómicas do país na qualidade de crédito do Banco. A avaliação também incluiu o impacto potencial de eventos globais que podem ter um impacto no desempenho económico do país. Avaliação das perdas de crédito esperadas para as exposições da fase 3 Para uma amostra de exposições classificadas como fase 3, avaliámos a razoabilidade dos indicadores de imparidade, incertezas e pressupostos aplicados pela gestão na sua avaliação da recuperabilidade da exposição, recalculando de forma independente a perda de crédito esperada com base nos fluxos de caixa esperados e na recuperabilidade das garantias ao nível da exposição individual. - Foram avaliadas as técnicas de avaliação das garantias aplicadas pela administração. Relativamente às garantias detidas, inspecionámos os acordos legais e outra documentação relevante para confirmar a existência e o direito legal às garantias. Pressupostos de dados aplicados para estimar a probabilidade de incumprimento, a exposição dado o incumprimento e a perda dado o incumprimento no âmbito da mensuração da perda esperada de crédito Recorrendo aos nossos especialistas internos (Especialista em Gestão de Riscos Financeiros), avaliámos de forma independente a razoabilidade dos pressupostos aplicados relativamente à Probabilidade de Incumprimento, Exposição dado o Incumprimento e Perdas dado o Incumprimento, Avaliámos as notações de risco de crédito das exposições nos modelos de crédito Avaliámos a adequação da metodologia de perdas de crédito esperadas do Banco face aos requisitos da NIRF 9, Instrumentos Financeiros



Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o cepticismo profissional durante a auditoria. Igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e implementamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultando de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressarmos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações feitas pelos Administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos Administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da empresa de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consolidadas e Banco ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que a empresa deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliámos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidada, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os Administradores sobre, entre outras matérias, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

Apresentamos igualmente aos administradores uma declaração que atesta o cumprimento dos requisitos éticos relevantes em matéria de independência e comunicamos-lhes todas as relações e outras questões que possam razoavelmente ser consideradas como afectando a nossa independência e, conforme aplicável, as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Das matérias comunicadas aos administradores, determinamos as matérias que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são, por conseguinte, as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos estas matérias no nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou os regulamentos impeçam a divulgação pública da matéria ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que uma matéria não deve ser comunicada no nosso relatório porque as consequências adversas de o fazer poderiam razoavelmente ultrapassar os benefícios de interesse público dessa comunicação.



KPMG Sociedade de Auditores Certificados 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:

Abel Jone Guaiaguaiá, OCAM n.º 04/CA/OCAM/2012
Sócio
16 de Abril de 2024
Maputo

36. Demonstrações Financeiras (formato BM)

Rubricas	Descrição	Notas / Quadros anexos	Sunday, December 31, 2023			12/31/2022
			Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	
	Activo					
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	322,674,069		322,674,069	87,296,348
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	228,075,917		228,075,917	328,224,615
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda	16	1,853,921,381	1,330,142	1,852,591,239	1,447,034,531
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito	14	3,502,075,116		3,502,075,116	1,943,470,457
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310(1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a clientes	15	4,635,273,377	311,194,508	4,324,078,869	5,710,532,006
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda	18	815,256,466	4,894,800	810,361,666	267,111,300
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	19	843,328,808	285,906,783	557,422,025	559,863,217
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis	20	8,801,555	5,360,441	3,441,114	260,296
300	Activos por impostos correntes	21	156,533,242		156,533,242	121,364,957
301	Activos por impostos diferidos	31	0		0	51,498
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos	17	851,826,181	111,139,655	740,686,526	709,814,449
	Total de activos		13,217,766,112	719,826,330	12,497,939,782	11,175,023,674

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

Rubricas	Descrição	Notas / Quadros anexos	12/31/2023	12/31/2022
79+80	Juros e rendimentos similares	4	1,263,360,308	1,113,369,458
66+67	Juros e encargos similares	4	(459,189,992)	(373,016,461)
	Margem financeira		804,170,316	740,352,997
82	Rendimentos de instrumentos de capital	5	23,662,721	19,642,643
81	Rendimentos com serviços e comissões	6	212,882,685	219,847,218
68	Encargos com serviços e comissões	6	(68,060,433)	(57,984,987)
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	1,261,864	(731,170)
-690 + 830	Resultados de reavaliação cambial	7	35,805,109	45,831,969
-695(1) -696(1) -69901 -69911 -75 -720 -721 -725(1) -726(1) -728 +835(1) +836(1) +83901 +83911 -840 -843(1) +844(1) +848	Outros resultados de exploração		(25,383,167)	(50,978,713)
	Produto bancário		984,339,095	915,979,957
70	Custos com pessoal	9	(351,790,530)	(303,326,326)
71	Gastos gerais administrativos	10	(178,429,823)	(162,209,303)
-784 -785 -786 -788 -884 -885 -888	Provisões	11	66,165,049	(36,692,349)
76+87	Imparidade de crédito	11	(137,676,659)	(113,640,739)
77	Amortizações do exercício	19 + 20	(61,815,715)	(56,488,199)
	Resultados antes de impostos		320,791,417	243,623,041
	Impostos		(51,571,975)	(35,001,565)
65	Correntes	21	(63,651,708)	(43,311,836)
-74 -86	Diferidos	31	12,079,733	8,310,271
	Resultados após impostos		269,219,442	208,621,476

Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas

Rubricas	Descrição	Notas / Quadros anexos	12/31/2023	12/31/2022
	Passivo			
39 - 3311(1) -3411 + 5201 + 5211(1) + 5318(1)	Recursos de Outras Instituições de crédito	26	490,760,646	169,679,636
40 + 41 - 3311(1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211(1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	26 + 27	1,934,666,839	1,788,176,336
42 - 3311(1) - 3414 + 5204 + 5211(1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos	28	2,732,965,566	2,427,873,709
47	Provisões	32	5,637,493	58,419,647
491	Passivos por impostos diferidos	31	102,037,662	92,962,992
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos(1)	29 + 30	3,309,075,965	2,969,236,793
	Total de Passivo		8,575,144,171	7,506,349,111
	Capital			
55	Capital	22	2,240,000,000	2,240,000,000
58 + 59	Reservas de reavaliação	25	113,038,648	68,085,542
	Outras reservas e resultados transitados			
50-502+60	Reserva Legal	24	327,558,772	264,972,330
60-602+61	Resultados transitados	24	972,978,750	886,995,213
	Resultado do exercício		269,219,442	208,621,476
	Total de Capital		3,922,795,612	3,668,674,562
	Total de Passivo + Capital		12,497,939,782	11,175,023,674

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

